

D 13
.2
.A7
Copy 1



THE HISPANIC FOUNDATION



Class _____

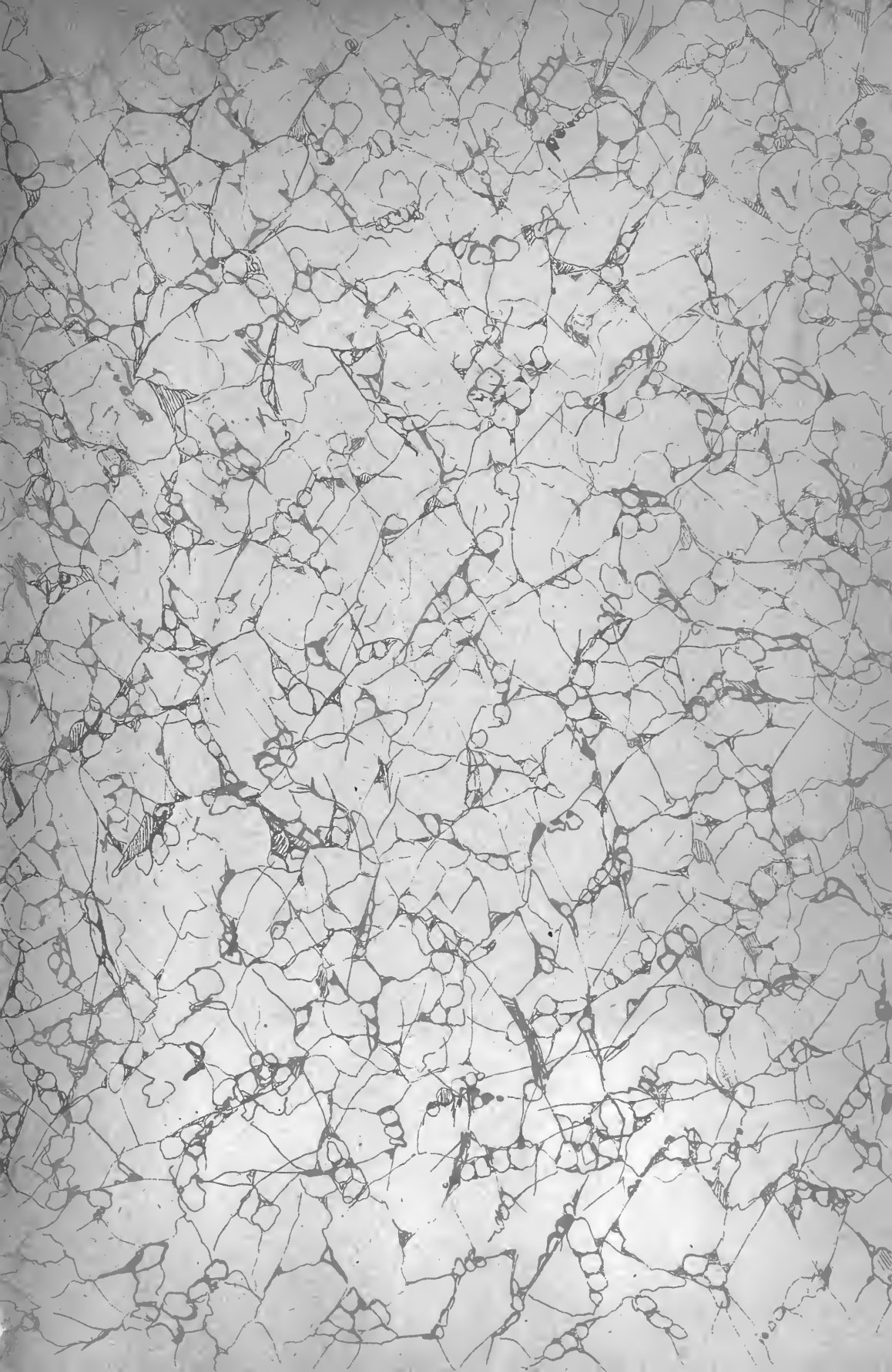
Book _____

GIFT OF

Ex Libris



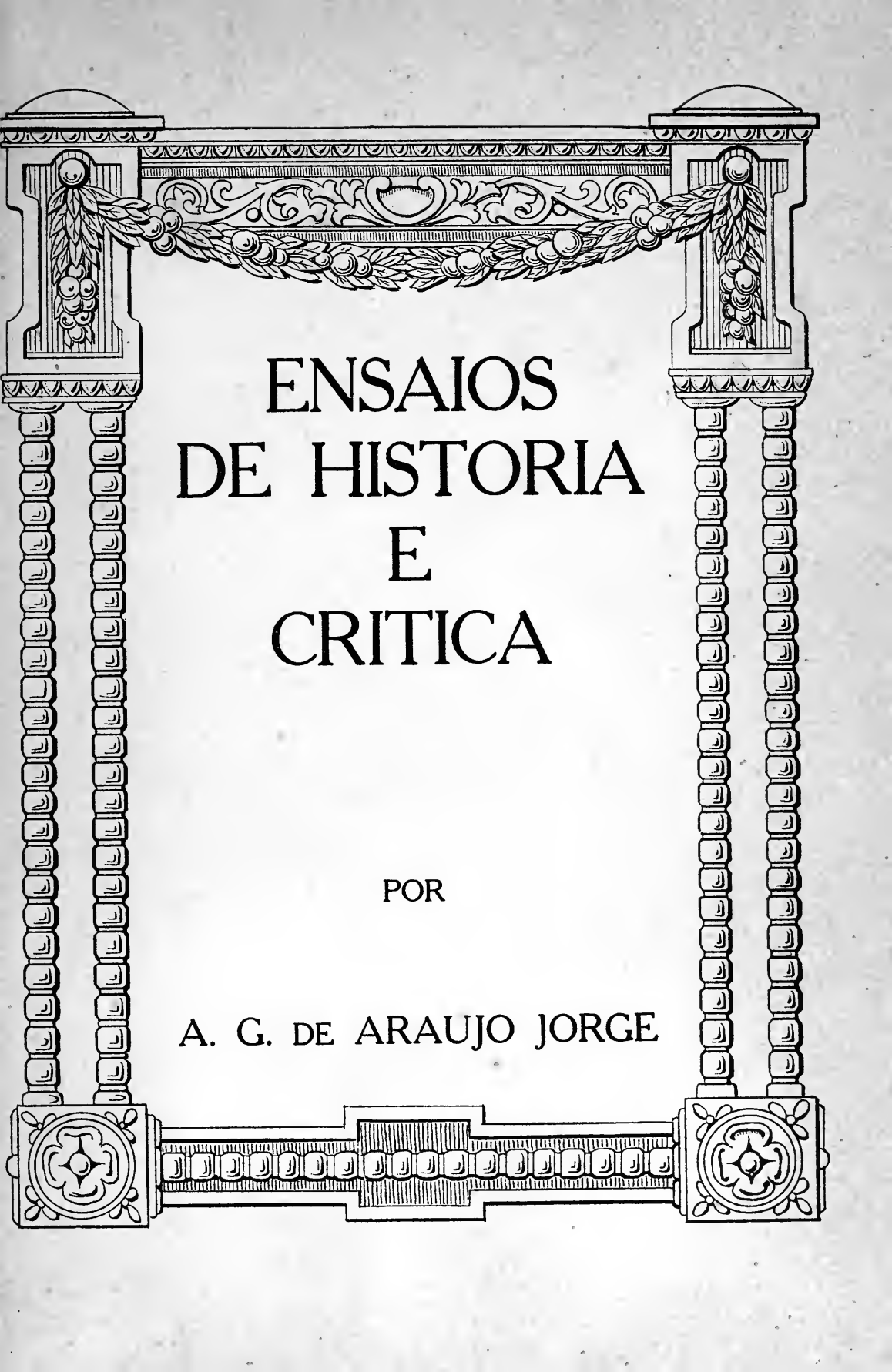
Library of the
Interamerican Section
of the
Carnegie Endowment
for International Peace











ENSAIOS
DE HISTORIA
E
CRITICA

POR

A. G. DE ARAUJO JORGE



Arthur
Guimarães
A. G. DE ARAUJO JORGE

ENSAIOS

DE

HISTORIA E CRITICA



RIO DE JANEIRO
Imprensa Nacional
1916

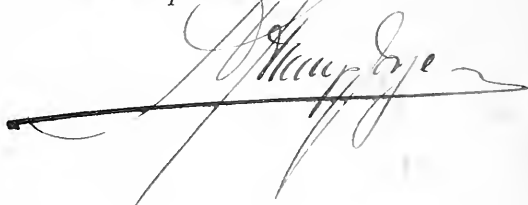
D13
2
.A7

GIFT
CARNEGIE ENDOWMENT
AUG. 29, 1939



Foram tirados em papel registo quinze exemplares
especiaes, que vão numerados e rubricados pelo Autor.

7^a

A handwritten signature in cursive script, which appears to be 'J. M. de S. J.', is written over a thick horizontal line.



INDICE



ALEXANDRE DE GUSMÃO :	
O AVÔ DOS DIPLOMATAS BRAZILEIROS.	1
EUCLYDES DA CUNHA :	
O SEU ULTIMO LIVRO «A' MARJEM DA HISTORIA»	51
PAUL GROUSSAC :	
UM CAPITULO DA HISTORIA DIPLOMATICA ARGENTINA.	89
GUGLIELMO FERRERO :	
A SUA CONCEPÇÃO DA HISTORIA.	117
EMILIO BOSSI :	
A NEGAÇÃO DA EXISTENCIA HISTORICA DE JESUS-CHRISTO. . .	129
BINET-SANGLÉ :	
JESUS-CHRISTO E A PSYCHOLOGIA MORBIDA.	165
NICOLAS NOTOVITCH :	
A VIDA DESCONHECIDA DE JESUS-CHRISTO	195
CLEMENTE RICCI :	
A SIGNIFICAÇÃO HISTORICA DO CHRISTIANISMO	223
APPENDICE	253





DUAS PALAVRAS

Forma o presente volume uma serie de oito ensaios publicados em differentes epocas no JORNAL DO COMMERCIO e na REVISTA AMERICANA. Dois delles appareceram num opusculo intitulado JESUS e os restantes vão agora enfeixados em livro para lhes prolongar a passageira existencia das paginas e columnas das publicações periodicas. Representam modestas contribuições aos estudos de historia e critica no nosso paiz e somente como taes devem ser julgados.

Arthur Guimarães de ARAÚJO JORGE.

Rio de Janeiro, fevereiro, 1916.



ALEXANDRE DE GUSMÃO

O avô dos diplomatas brasileiros

(1695-1753)





ALEXANDRE DE GUSMÃO

O avô dos diplomatas brasileiros

(1695-1753)

I

Pelos annos de 1710, um adolescente, vindo do Brasil, desembarcava em Lisbôa. Deixava a vida simples e primitiva da sua cidade natal, a derivar monotonamente na mesmice inaturavel dos lugares pequenos, e caía de chofre em Lisbôa, que aos olhos coloniaes de um brasileiro do comêço do seculo XVIII devia apparecer como a realização mais perfeita da civilização e do progresso.

A Lisbôa dessa época, anterior ao terremoto e ao Marquês de Pombal, e que o velho Fernão Lópes, com ingenua indignação, já chamara « grande cidade de muytas e desvayradas gentes », era bem feita para provocar uma impressão de pasmo e deslumbramento. A catastrophe de 1755 ainda não tinha apagado o character meio-luso meio-arabe dos seus vetustos quarteirões, onde torvelinhava a população mais pinturesca da terra, ou modificado a physionomia cosmopolita que lhe conferira a sua posição privilegiada de centro do vasto imperio colonial portuguez, emporio de todas as elegancias e ignominias nutridas com as riquezas das conquistas ultramarinas. E o omnipotente Ministro de D. José ainda não esquadriara a nova cidade, ao sabor da sua phantasia arida, delineando ruas symetricas e uniformes, bordadas de casarões massiços e quadrangulares e entrecortadas de campanarios com os seus coruchéus coruscantes e de blocos graniticos de tórres, rompentés da massa parda da casaria, como trebelhos de pedra de uma gigantesca tábola de xadrez.

Havia grandeza nessa Lisbôa do seculo XVIII, com todos os seus edificios publicos monumentaes, majestosos de velhice; os templos faiscantes de gemmas e pedrarias; os palacios sumptuosos pejados de riquezas carreadas de todos os recantos do mundo; as mansões patricias que diziam nos hieroglyphos armoriaes dos portões brasonados toda a epopéa heroica e brutal das conquistas de ultramar; a Côrte luxuosa e freiratica, com um ceremonial ridiculo mas pomposo, presidido por D. João V,

especie de grande-lama perdido no officio de Rei de Portugal.

Ainda mais: lá estava intacta a Lisbôa medieval, com as suas casas de sotéas mouriscas, feitas contra as soalheiras, as janellas guarnecidas de adufas com reixas verdes, por trás das quaes se exercia a tradicional e incansavel coscovilhice lisboeta; as vielas soturnas, negras de lama e impenetraveis de escuridão, reentrando em becos sinistros, colleando ao vize dos outeiros, abrindo-se sobre o Tejo em boqueirões lugubres, por onde se esgueiravam a deshoras, num deslissamento imperceptivel de sombras, vultos embuçados de rufiões incorrigiveis e de chichisbéus á cata de aventuras; as ruas lageadas, estreitas, irregulares, tortuosas, pelas quaes embitesgava a berlinda dourada de D. João V, oscillando sobre os correões, tirada ao trote largo e certo de urcos nédios e possantes.

Tudo compensava a travessia incommoda e arriscada.

Chamava-se Alexandre de Gusmão o jovem brasileiro e nascera em Santos em 1695. O seu nome não era inteiramente desconhecido na Côrte, onde já vivia desde algum tempo, em grande valimento, seu irmão, o Padre Bartholomeu de Gusmão — o *Voador* (1). A noticia de uns versos detestaveis que Alexandre de Gusmão recitára, quando escolar, no

(1) Alexandre de Gusmão era o nono filho legitimo de Francisco Lourenço Rodrigues, cirurgião-mór do presidio da então villa de Santos, e de D. Maria Alvares, natural de Santos, neto paterno de Pedro Lourenço e de Domingas Gonçalves, naturaes de Portugal, e neto materno de Antonio Alvares, natural de Portugal, e de Maria Gomes, filha de João Gomes Villas Boas e

Collegio dos Jesuitas, em Santos, em louvor de D. João V, chegara aos ouvidos do Monarcha que o animou a proseguir os estudos, sob o seu patrocinio.

O agrado que o moço brasileiro teve no animo de D. João V valeu-lhe, apesar dos seus vinte annos incompletos, a nomeação de Secretario de D. Luís Manoel da Camara, Conde da Ribeira Grande, que o Rei de Portugal, terminada a guerra de successão da Espanha, enviou a Paris, na qualidade de Embaixador Extraordinario, portador das homenagens do pequeno Reino á majestade gloriosa de Luís XIV. >

O estagio de cinco annos em Paris foi decisivo na formação do espirito de Alexandre de Gusmão. Não se deixou seduzir pelas pompas exteriores da Côrte do grande Rei: frequentou as escolas superiores, doutorou-se em direito civil, romano e ecclesiastico (2), aprimorou a sua educação politica e litteraria, afinou a sua intelligencia lucida, prompta e

de Maria Joanna. Além de Bartholomeu, teve os seguintes irmãos: os Jesuitas Fr. Simão Alvares e Ignacio Rodrigues, o franciscano Fr. Patricio de Santa Maria, o carmelita Fr. João Alvares de Santa Maria, as clarissas Paula Maria e Archangela da Conceição, Joanna Gomes de Gusmão, Maria Gomes e Domingas Gomes. O appellido Gusmão foi tomado do Jesuita Alexandre de Gusmão, padrinho e mestre de Alexandre. V. *Apontamentos historicos, geographicos, biographicos, estatisticos e noticiosos da Provincia de S. Paulo*, Tomo I, verb. Alexandre de Gusmão, pags. 7-8, Rio de Janeiro, 1879. Tambem o Sr. Affonso A. de Freitas, em artigo num dos jornaes de S. Paulo, sob o titulo *Os Gusmões*, informa-nos de algumas particularidades dos irmãos de Alexandre de Gusmão.

(2) O Sr. Arthur Goulart, num *Estudo litterario-biographico* sobre Alexandre de Gusmão, publicado na *Revista do Instituto Historico de S. Paulo* (Tomo II, pags. 221-231), affirma, não sei sobre que fundamento, ter Alexandre de Gusmão frequentado a Universidade de Coimbra e recebido o gráu de doutor em leis, antes de partir para Paris, na qualidade de Secretario da em-

penetrante, temperada por uma doce ironia que mais tarde o spectaculo da Côrte embrutecida e fanatica de Lisbôa transmudaria em mordacidade sarcastica, impregnou-se dos principios liberaes e philosophicos do seculo.

E voltou para Lisbôa. Os seus habitos do mundo, a fidalguia do seu trato, a seducção pessoal, a sua rara visão dos homens e das cousas, esse doce scepticismo, advindo da intimidade das rodas cosmopolitas das embaixadas estrangeiras, em breve o designaram para Roma, onde, desde 1720, Bartholomeu de Gusmão, pouco avezado á esgrima insidiosa dos cardeaes, se esbofava sem conseguir pôr termo a uma melindrosa missão religiosa de que fôra incumbido por D. João V. Alli se apuraram as qualidades mestras da intelligencia de Alexandre de Gusmão e o feliz exito das longas negociações valeu-lhe a calorosa sympathia do soberano portugûês.

Depois de sete annos em Roma, consumidos em achar difficuldades, remover embaraços, vencer escrupulos, tendo assistido á morte de três pontifices, o que importava recommençar sempre as negociações interrompidas, conseguiu, por fim, que a Collegiada de S. Thomé, na Capella Regia, fôsse elevada á categoria de Patriarchal e que os Reis de Portugal pudessem de ora em diante usar o titulo de *Fidelissimo*, como ás majestades de Espanha

baixada do Conde da Ribeira Grande. Será possivel que elle se tenha graduado antes dos vinte annos? E' o que resta averiguar. Os biographos portuguezes ensinam que Alexandre de Gusmão foi incorporado á Universidade de Coimbra depois de graduado pela de Paris.

e de França se concedera anteriormente os de *Catholica* e *Christianissima*. O insigne negociador captivou de tal sorte a Côrte Pontificia que o Santo Padre Benedicto XIII, encantado com a urbanidade do seu trato, {lhe offereceu o titulo de Principe Romano, que Alexandre de Gusmão recusou por não ter obtido o consentimento de D. João V. }

De volta a Portugal, em 1730, a Academia Real de Historia Portuguesa, que emprehendera a renovação dos estudos historicos, incluiu-o na lista dos seus cincoenta membros. Os seus discursos academicos (3), alguns maus versos, compostos nas horas que lhe deixavam os cuidados da administração publica, varias memorias sôbre assumptos sociaes, a familiaridade com as linguas vivas da Europa e o seu profundo conhecimento da literatura classica, crearam-lhe uma reputação literaria, cujo insignificante valor elle era o primeiro a proclamar.

No discurso de agradecimento aos elogiosos conceitos do Conde de Ericeira, em sessão solemne da Academia de Historia, Alexandre de Gusmão não se deixou cegar pela vaidade: « contra a sorte comum a todos os que entram na carreira literaria, diz elle, consigo a coroa antes de me haver assignalado no certamen, sem outras provas de sufficiencia que a

(3) Veja-se a relação das obras de Alexandre de Gusmão em *Bibliotheca Lusitana, historica, critica e chronologica*, por Diogo Barbosa Machado, Lisboa, 1741, Tomo I, pag. 97, *verb.* Alexandre de Gusmão: *Diccionario bibliographico portuguez*, de Innocencio Francisco da Silva, Tomo I, Lisboa, 1858, *verb.* Alexandre de Gusmão, pags. 33-34 e *Diccionario bibliographico brasileiro*, por Sacramento Blake, Rio de Janeiro, 1883, Tomo I, *verb.* Alexandre de Gusmão, pags. 28-33.

noticia de haver em mim uma summa veneração ás letras e um desejo ardente de vir a merecer um nome». É a resposta a Diogo Machado, que pretendia incluir o seu nome na Bibliotheca Lusitana, é um modelo de circumspecção e dignidade. Na carta que dirigiu áquelle celebre presbytero, agradecendo a honra de figurar entre os letrados portuguezes, Alexandre de Gusmão não se peja de confessar o nenhum fundamento da sua nomeada: «Alguns amigos, explica elle, me fazem a mercê de espalhar no publico um conceito vantajoso dos meus estudos: porém, como estes, emquanto não se dão a conhecer pelas obras, dependem de mui pia fé para se acreditarem, não devo attribuir o estabelecimento daquella fama senão á benevolencia dos que me favorecem, pois até o presente não tenho mostrado composição por onde possa adquiril-a; e, fazendo contas com o meu talento, tenho por mui provavel que o perderia de todo, sahindo á luz com algum volume. Supposta esta verdade que sou obrigado a confessar ainda que me cause confusão, discorro que tambem Vossa Mercê se tem deixado enganar com aquella não merecida opinião e que seria extranhada á boa exacção e boa critica de Vossa Mercê conter na Bibliotheca Lusitana entre os autores a um individuo que o não é».

D. João V, cedendo a uma sympathia natural pela intelligencia e pelo character de Alexandre de Gusmão, designou-o escrivão da puridade e guardou-o sempre a seu lado, como secretario particular, utilizando os seus conhecimentos em todos os ramos da administração e muito especialmente no tocante

às relações internacionaes. Nos bastidores do Governo, não escaparam á visão esclarecida do estadista brasileiro os males profundos que derrancavam Portugal. Ingenuamente acreditou remediá-los, denunciando-os implacavelmente. Datam desta época os seus famosos avisos, curtos, incisivos, energicos, destoantes das fórmulas estereotypadas do estylo official (4).

A um fidalgo, Governador de Angola, e que, ao parecer, ensaiava o absolutismo em terras de Africa, mandava dizer Alexandre de Gusmão: «El-Rei nosso Senhor está cabalmente informado de que V. Ex. governa esse Reino á maneira dos Bachás da Turquia, cujos procedimentos são contrarios á graça do provimento do Governo que foi feito a V. Ex. sem preceder donativo; pelo que é Sua Majestade servido ordenar que V. Ex. faça justiça, favoreça o commercio, respeite a religião e procure favorecer os interesses dos povos, sem prejuizo do Estado, abstando-se daqui por diante de todos os procedimentos e acções que possam conduzir queixas ao throno. Deus guarde a V. Ex.»

(4) Os trechos da correspondencia de Alexandre de Gusmão, citados no decurso deste escripto, encontram-se no volume publicado no Porto, em 1841, sob o titulo *Collecção de varios escriptos ineditos e literarios de Alexandre de Gusmão, Conselheiro do Conselho Ultramarino e Secretario privado d'El Rei dom Joam Quinto*.

Outros excerptos foram tambem publicados na esmerada *Memoria* apresentada pelo Visconde de São Leopoldo ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em sessão de 13 de Março de 1841, sob o titulo: *Da vida e feitos de Alexandre de Gusmão e Bartholomeu de Gusmão*; em *Os Varões Illustres do Brasil durante os tempos coloniaes*, por J. M. Pereira da Silva, Tomo I, pags. 229-237, Paris, 1858, e na *Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo*, Tomo XX, 1905, pags. 100-125.

O lembrete a um outro fidalgo, que contrabandeava por sua conta, o quarto Duque de Unhão, Governador do Algarve, é ainda mais original: depois de declarar num longo officio que o Duque « ignora as obrigações de vassallo e as regras do officio de bom Governador », Alexandre de Gusmão remata facetamente: « Por agora se satisfaz Sua Majestade em mandar que V. Ex. compre as Ordenações do Reino juntamente com as Leis Extra-vagantes e faça ler cada dia ao seu Secretario quinze ou vinte paragraphos, a que V. Ex. assistirá por espaço de seis mezes, cuja pontual execução confia Sua Majestade da honra de V. Ex., a quem Sua Majestade muito estima ».

Uma vez, a advertencia attingiu o proprio Secretario de Estado, Pedro da Mota, que, seguindo um habito que não foi esquecido por um dos nossos maiores homens publicos, despachava o expediente durante a noite: « com este motivo é Sua Majestade servido ordenar-me que eu advirta a V. Ex. em como os dias foram feitos para trabalhar e as noites para dormir, e que lhe parece muito mal que V. Ex. queira alterar esta ordem da natureza com o supposto motivo de que *não tem que responder visto que El-Rei não despacha*: porque se a tardança dos despachos é muito penosa, muito mais o será darem-se os desenganos ou respostas lá da meia noite por diante. Deus guarde a V. Ex.»)

De nada valiam essas orchatas anodynas para atalhar a decadencia irremediavel que atacava todos os orgãos da Monarchia portuguesa. Hoje deletreamos esses officios como simples documentos da

anarchia administrativa naquelle reinado de quarenta e quatro annos. O país necessitava de regentes energicos, de drasticos poderosos e quem lh'os devia propinar, agitava-se esterilmente em missões diplomaticas em Londres e em Vienna. Se Alexandre de Gusmão, á sua clarividencia de estadista alliasse a envergadura de aço do Marquês de Pombal, teria ao menos desbravado a estrada que o prepotente estadista de D. José foi forçado a abrir, annos depois, a golpes de violencia e de arbitrio.

Annulado pelo meio hostile, Alexandre de Gusmão vingava-se dos seus minusculos adversarios caricaturando-os na correspondencia com os amigos, que eram os espiritos liberaes do seu tempo. Os vicios que não corrigiu, vergastou-os. Os inimigos que não abateu, farpeou-os de bandarilhas de fogo: « tão pouco receou a ira dos beatos e o odio popular que a superstição instigava, affirmando-se nos pasquins. *«Quem merece a inquisição? Gusmão»*, diziam as satyras » (5) Carteava-se activamente com D. Luís da Cunha, embaixador de Portugal em Paris e a correspondencia que manteve com o mais arguto estadista portuguez daquella época, constitue uma impiedosa pintura da Côrte de D. João V, cuja vida decorria entre os mysticismos lubricos no ninho perfumado da Madre Paula em Odivellas, e as procições, os *laus perennes*, as ceremonias theatraes da Patriarchal, com a sua custosa comparsaria de prin-

(5) J. Lucio d'Azevedo — *O Marquez de Pombal e a sua época*, Lisboa, 1909, pag. 116.

cipaes, prelados, conegos, beneficiados, acolytos, capellães, meninos do côro e musicos. >

As cartas de Alexandre de Gusmão estão definitivamente incorporadas á historia de Portugal: como muito bem observa Camillo Castello Branco, « não se encarecem como obra escrupulosa de linguagem; mas na esperteza da observação, na solercia da critica e para quem antepõe estudos sociologicos a preluxidades linguisticas, o Secretario de D. João V excede Antonio Vieira e D. Francisco Manuel de Mello » (6).

Versar aquella meia duzia de paginas é penetrar nos desvãos dessa Côrte freiratica e beata, pomposa e ridicula, a contrastar tristemente com a decadencia e a miseria indescrictivel das provincias.

È a acção venenosa desse ambiente se faz sentir por toda a parte. Em todos os orgãos da Monarchia se manifestam os symptomas denunciadores da dissolução que o genio de Pombal consegue apenas retardar de alguns annos.

< A literatura se rebaixara á funcção desvirilizadora do panegyrico. > Emquanto os espiritos da época vagueam pelas capitaes da Europa, sob a perenne ameaça das fogueiras inquisitoriaes, uma cafila de velhos funda academias inoffensivas, destinadas ás infindaveis discussões de antigualhas historicas, sem nenhum effeito sobre a vida intel-

(6) *Curso de litteratura portugueza*, por José Maria de Andrade Ferreira e Camillo Castello Branco, Lisboa, 1875, Capitulo XI, Tomo II, pags. 136-165. E' necessario lembrar que só o primeiro volume deste *Curso* foi redigido por Andrade Ferreira; depois da sua morte a obra foi completa por Camillo Castello Branco, o qual, a pedido dos editores, escreveu todo o segundo volume, onde se encontram referencias as mais lisonjeiras a Alexandre de Gusmão e aos grandes vultos do seu tempo.

lectual da nação. Quasi ninguem conhece as cartas do celebre Abbade Antonio da Costa, que Theophilo Braga considera « inexciveis para quem pretenda escrever portuguez » (7). O grande livro da época, *Verdadeiro Methodo de Estudar*, de Verney, representa um protesto vibrante, mas isolado, contra o systema pedagogico dos Jesuitas. Nas comedias do brasileiro Antonio José da Silva, applaudidas em todos os theatros de Lisbôa, a Inquisição enxerga opiniões hereticas e condemna o seu auctor a ser relaxado em carne, morto, queimado, como convicto, negativo e relapso, conforme a phraseologia dessa santa gente. Francisco Xavier de Oliveira, o famoso Cavalheiro de Oliveira, o homem mais espirituoso de Portugal no seculo XVIII e o mais intrepido propagandista das idéas liberaes, terminou os seus dias numa triste romaria pelo estrangeiro, mendigando a esmola de subscrições para publicar os seus livros e sendo queimado mais tarde em estatua como herege revel e convicto. Em compensação, venerandos desembargadores, restabelecido o Rei do primeiro ataque de paralyssia, que acabou por victimá-lo, discutiam gravemente themas dessa natureza: « Foi tão grande a molestia de Sua Majestade como a affectuosa piedade dos seus vassallos ? » ou « Foi neste Reino tão grande o sentimento da queixa de Sua Majestade como o gosto da sua melhora ? ».

A poesia se alambicava na ridicularia das periphrases e trocadilhos, de que todas as literaturas já se tinham libertado. A lingua torturada ao gosto

(7) *Curso de historia de litteratura portuguesa*, por Theophilo Braga, Lisboa, 1885, pag. 342.

dos imitadores de Gongora se abastardara, desarticulando-se na composição dos anagrammas, écos, equívocos e acrosticos.

Sob o ponto de vista financeiro, a mesma derrocada. Os milhões do Brasil, sugava-os a Inglaterra, mandando para Portugal os panos crús, ou sumiam-se nos escaninhos voraginosos da barca de S. Pedro, a troco de indulgencias e concessões extravagantes, emquanto obras de utilidade publica, o famoso Aqueducto das Aguas Livres, se construiam mediante empréstimos. < « Alexandre de Gusmão, attonito, apertava a cabeça com ambas as mãos, exclamando: a fradaria absorve-nos, a fradaria suga tudo, a fradaria arruina-nos » (8). >

Só os negócios relativos á Santa Sé conseguiam interessar vivamente o Rei e os seus conselheiros. Os diplomatas em Roma tacanheavam o talento a mendigar do Santo Padre a definição do dogma da Immaculada Conceição da Virgem Maria, licenças para os padres dizerem três missas nos dias de finados, benções para afugentar os maus espiritos. A credulidade e fanatismo revestiam aspectos inverosímeis: o Cardeal Mota, afim de tranquillizar o povo, recorria ao expediente heroico de mandar riscar das folhinhas do anno os raios, trovoadas e tempestades. Santo Antonio era promovido por actos de bravura. Voltaire escrevia com acerto: « Les fêtes de Jean V étaient des processions, ses édifices des monastères et ses maîtresses des religieuses ». Nas Côrtes européas a politica interna-

(8) *Historia de Portugal*, por J. P. Oliveira Martins, 3ª ed., Lisboa, 1882, Tomo II, pag. 150.

cional portuguesa, crystallizara-se na famosa maxima: « Guerra com todo o mundo e paz com a Inglaterra ».

E o Rei, segregado do espirito do seu seculo, macaqueando os aspectos exteriores da Côrte de Luís XIV, construindo conventos e protegendo confrarias, não tinha consciencia da verdadeira situação do país. Os cortesãos não o deixavam ver as manqueiras e os vícios da administração. As mais elementares providencias assumiam logo a feição de medidas civilizadoras, através do optimismo dos conselheiros. Ao se assentar uma vez a partida de três velhos calhambeques para a defesa da India, o Secretario de Estado, impando de orgulho patriotico, diz ao Rei: « Esta esquadra ha de atemorizar a India », e o Cardeal da Mota, pressuroso: « Ha de fazer bulha na Europa », enquanto o Reitor de Santo Antão, revirando o branco dos olhos para o céu, murmurava enternecido: « Tomara já ler os progressos escriptos em miudezas pelos nossos Padres ».

Pode-se figurar a situação de um homem como Alexandre de Gusmão no seio dessa sociedade fanatica e corrompida, forçado, pela natureza das suas funcções publicas, a participar das miserias dessa Côrte ridicula: « Não se esqueça Vossa Senhoria dos amigos que deixou lutando com as ondas no mar da superstição e da ignorancia » escrevia elle ao Desembargador Encerrabodes, Embaixador de Portugal em Londres.

Um dia, D. Luís da Cunha põe em alvoroço toda a Côrte. A guerra tinha estalado na Europa,

depois que Maria Theresa subira ao throno da Alemanha por morte do Imperador Carlos VI. A Espanha, a França, a Inglaterra e a Prussia, extenuadas da longa luta que já durava sete annos, aguardavam o primeiro gesto pela paz. O Embaixador portuguez, antevendo o proximo termo da guerra e insinuado pelo Marquês d'Argenson, Ministro dos Negocios Estrangeiros da França, propôs que o Rei de Portugal se apresentasse na qualidade de arbitro da paz européa, com a vantagem moral « de figurar muito na Europa, sem ter parte nas desgraças della » > Em carta a Alexandre de Gusmão, D. Luís da Cunha explicava o seu plano e pedia-lhe que o patrocinasse em Lisbôa, afim de evitar a opposição que necessariamente levantaria a camarilha hostil e retrograda junto do Rei.

Alexandre de Gusmão viu de relance a importancia que adviria a Portugal, intervindo naquelle momento entre os países em luta. Corre ao Cardeal da Mota a transmittir-lhe a` fausta nova: « Procurei falar a Sua Reverendissima mais de três vezes primeiro que me ouvisse e o achei contando a apparição de Sancho a seu amo, que traz o Padre Casuino na sua *Côrte Santa*: cuja historia ouviam, com grande attenção, o Duque de Lafões, o Marquês de Valença, Fernão Alves Freire e outros: respondeu-me que Deus nos tinha conservado em paz e que V. Ex. queria metter-nos em arengas, o que era tentar a Deus ».

Não desanimou Alexandre de Gusmão. Recorre ao Rei e mostra-lhe a carta de D. Luís da Cunha: « Fallei a El-Rei — seja pelo amor de Deus; estava

perguntando ao prior da freguezia por quanto rendiam as esmolas das almas e as missas que se diziam por ellas. Disse que a proposição de V. Ex. era muito propria das maximas francezas, com as quaes V. Ex. se tinha conaturalizado, e que não proseguisse mais ».

E Alexandre de Gusmão rematava: « Se V. Ex. cahisse na materialidade, de que está muito longe, de querer instituir alguma irmandade e mandasse fallar nella, haviamos de conseguir o empenho e ainda merecer-lhe alguns premios ».

Nomeado Ministro do Conselho Ultramarino, as atenções de Alexandre de Gusmão voltaram-se para a sua terra de origem: tratou de activar a colonização do Rio Grande do Sul e Santa Catharina, fazendo transportar para alli um grande numero de familias pobres das ilhas dos Açores, zelou os interesses da Igreja, promovendo a criação dos bispados de Minas, S. Paulo e Pará e, no intuito de animar a industria da exploração do ouro, substituiu o imposto do quinto pela capitação, mais tarde abolida pelo Marquês de Pombal.

Em todos os ramos da administração publica lobrigam-se vestigios da intelligencia e da actividade do *brasílico*, como o chamava um dos seus desaffectedos. Camillo Castello Branco, que não é suspeito de exaggerado amor aos homens e cousas do Brasil, dizia de Gusmão, ao referir as gabadas reformas do Marquês de Pombal: « Todas as encomiadas providencias de Sebastião de Carvalho, acerca da moeda, das companhias na America, das Colonias, das industrias nacionaes, das obnoxias distincções entre christãos

novos e velhos, das minas do Brasil, encontram-se nos escriptos de Gusmão ». E logo adiante: « Ser-me-ia agradável tarefa confrontar o plagiato não só na essencia das providencias, mas até na fórma. Não o faço com justo receio de que o meu país não tenha dez caturras que me agradeçam o inutil serviço. Se os ha, esses que cotejem os escriptos geniaes de Alexandre de Gusmão com as jactanciosas rapsodias de Sebastião de Carvalho » (9).

Mas a obra que perpetuou o nome do diplomata brasileiro e lhe conferiu o primeiro posto entre os operarios da grandeza territorial do Brasil é o Tratado de 13 de Janeiro de 1750, celebrado com a Espanha e destinado a fixar pela primeira vez os limites das possessões portuguezas e espanholas na America e pôr um termo aos constantes conflictos e turbulentas rivalidades entre os subditos dos dous países naquellas paragens.

* * *

O Brasil entrara em pleno seculo XVIII com as suas fronteiras romanticas, definidas em 1494, em Tordesillas. Mas, de facto, esse magro patrimonio territorial triplicara, crescera desmesuradamente, graças ao arrojo das expedições colonizadoras que, partindo do litoral e irradiando por três quadrantes, penetraram pelos sertões com a impetuosidade bravia de uma torrente equatorial.

(9) *Perfil do Marquez de Pombal*, por Camillo Castello Branco, 2ª ed., pags. 96-101, Porto, 1900.

Fôra uma bohemia sublime. Mais do que isto, uma especie de loucura collectiva irresistivel, um delirio contagioso, do genero do que levantou a Europa, em massa, para a libertação dos Lugares Santos. As bandeiras abalavam, feito grandes cidades ambulantes, em jornadas de annos, transpondo rios, vingando serras, atravessando desertos, abrindo caminhos através da espessura das florestas tropicaes, lutando, depredando, escravizando, violando a robusta virgindade da terra. Antonio Raposo, chefiando o troço mais singular de homens de que ha noticia na historia, vara o Continente, embate contra os primeiros esporões dos Andes, transmonta a Cordilheira e, com a espada desembainhada, defronta as aguas do Pacifico, exclamando que « avassallava terra e mar para seu Rei ».

Emquanto as Corôas de Portugal e Espanha estão incorporadas e as possessões americanas sob o mesmo sceptro, desaparecem as questões de fronteiras. As divisas penetram-se. Fundem-se. Embarralham-se á phantasia das vagas colonizadoras. Portugueses e Espanhoes na America perlustram terras pertencentes ao mesmo dono. Encontram-se sem despertar suspeitas de antagonismo, pois o Rei de Espanha é o unico senhor de todos os dominios americanos.

Restaurada a independencia portuguesa em 1640, reaccende-se o velho odio entre os subditos das duas Corôas.

A invasão que em principio era justificada pela necessidade de alliciar braços indigenas para as grandes culturas do litoral, assume a feição de franca

luta á mão armada contra qualquer velleidade de expansão castelhana. Ao sul e a oeste, os Paulistas expulsam os Espanhoes, desalojam as suas reduções no Alto Paraguay, ao oriente do Paraná, entre o Paranapanema e o Iguassú, e mais ao sul ao oriente do Uruguay. As missões jesuíticas, aterradas com as suas incursões cada vez mais atrevidas, despacham embaixadas alarmantes para Roma e Madrid, reclamando com energia medidas urgentes, inadiáveis, «para contener los portugueses del rio de San Pablo».

Por toda a parte resoam os clamores selvagens dos lutadores, o tropel das cavalladas caindo de improviso sobre os aldeamentos que dispersam numa noite, sacudidos de panico irreprimivel, ao alarma tradicional do *¡Ahí vienen!* Uma bulla papal vem em auxilio dos indios, ameaçando de excommunhão os seus captivadores. S. Paulo responde á bulla, expulsando os padres. O Vice-Rei do Perú recebe ordens para armar os indios e afrontar as destemidas frandulas dos paulistas indomaveis. «Em 1638 o licenciado Presidente da Audiencia de Charcas, depois de descrever a marcha da invasão sobrestante no territorio de Mojos com energia virtual, capaz de a conduzir mais longe, sacudiu irreverentemente a somnolencia respeitavel do venerando Conselho das Indias com uma conjectura apavorante: «puede suceder que ellos se apoderen de las cordilleras del Itatin y sean señores de todo el co-
«razón del Perú.»

No sul, em 1680, cravam em pleno coração dos dominios castelhanos a Colonia do Sacramento, na margem septentrional do Rio da Prata.

Não tentaremos descrever as lutas entre Portugueses e Espanhoes provocadas pela fundação desse malfadado estabelecimento militar e commercial.

Esbocemo-las em suas linhas essenciaes, pois formam o primeiro plano no quadro em que avulta a figura de Alexandre de Gusmão riscando, a distancia de quasi dois seculos, as fronteiras que deram ao Brasil sua configuração actual.

II

De longa data os Portugueses ambicionavam installar-se á margem septentrional do Rio da Prata

Os navios estrangeiros, com particularidade holandeses e ingleses, se entregavam alli ao mais escandaloso contrabando, burlando o monopolio colonial de Cádiz, e provocando constantes queixas e recriminações da Côrte de Espanha. Funcionarios espanhoes mancommunavam-se aos portugueses e protegiam os carregamentos clandestinos sem embargo das severissimas penas de «perdimiento de bienes y trabajos forzados» e da prohibição formal de entrar no país quem não fôsse portador de «una licencia especial del Rey».

Emquanto as duas Corôas estiveram reunidas, os Portugueses, emparceirados aos Espanhoes, não

encontravam difficuldades na exploração mercantil da navegação do Rio da Prata.

Aproveitando-se com habilidade da situação politica que os equiparava aos Espanhoes, os Portugueses residentes em Buenos Aires em grande numero tornaram-se dentro em breve os mais activos intermediarios entre os mercadores do Perú e os agentes commerciaes estrangeiros.

Recuperada a independencia de Portugal em 1640, <a applicação das durissimas leis fiscaes aos Portugueses vibrou um profundo golpe no commercio illicito> A situação se tornava intoleravel. Por fim, o protesto dos interessados appareceu sob a fórma de uma representação que a Camara de Commercio do Rio de Janeiro dirigiu em 1675 ao Principe Regente D. Pedro, depois Rei Pedro II, de Portugal, na qual se recommendava a conveniencia e a necessidade inadiavel de fundar um estabelecimento jacente á margem esquerda do Rio da Prata e de se fazer daquelle rio o limite meridional dos dominios portugueses na America.

Essa idéa suggerida pela Camara de Commercio do Rio de Janeiro <não era uma novidade> Os Portugueses não tinham duvidas sobre a propriedade da margem septentrional do Rio da Prata. Já em 1531, Martim Affonso de Sousa aí tinha plantado padrões de posse em nome da Corôa de Portugal. E a Bulla do Papa Innocencio II, de 16 de Novembro de 1676, creara um Bispado na Prelasia do Rio de Janeiro, cuja diocese se extendia até o Rio da Prata.

Em 1680, o mestre de campo D. Manuel Lobo, Governador do Rio de Janeiro, recebeu instrucções

para occupar a margem esquerda do Rio da Prata,
 «com alguma colonia na ilha de S. Gabriel, ou na
 paragem que tivesse por mais a proposito».

Assim nasceu quasi em frente a Buenos Aires
 a Colonia do Sacramento.

Alarmado com a noticia da fundação desse es-
 tabelecimento que dominava a foz do grande rio e
 temendo pela sorte das missões jesuiticas que tanto
 tinham já soffrido com as incursões depredadoras dos
 paulistas, o Governador do Paraguay mandou avisar
 do occorrido ao Governador de Buenos Aires, D. José
 Garro. Homem prudente e cauteloso, este, antes de
 qualquer procedimento, desejou saber «quaes as in-
 tenções com que se entrava nos territorios de Sua
 Magestade Catholica». Respondeu D. Manuel Lobo
 que aquellas paragens pertenciam á jurisdicção por-
 tuguesa e que, havendo recebido ordem de occupá-las,
 «se estabelecera decidido a sustentar os direitos
 d'El-Rei de Portugal». Mandou de novo D. José
 Garro intimá-lo formalmente a que se retirasse dalli,
 visto como os Reis de Espanha estavam de posse da-
 quellas terras havia mais de um seculo. Para fazer
 mais solenne aquelle reclamo, ouviu o Governador
 espanhol as figuras de mais representação em
 Buenos Aires a respeito dos limites entre os dois do-
 minios. Redigiu-se um parecer minucioso sobre a
 questão, logo enviado, com muitos documentos, a
 D. Manuel Lobo. «Por sua vez apresentou este
 um memorial demonstrativo de que a Portugal
 e não á Espanha pertencia o país legitimamente
 occupado pelos Portugueses». Não tendo podido
 chegar a um accôrdo, resolveram os representantes

das duas Corôas concurrentes appellar para as respectivas Côrtes.

D. José Garro enviou para Madrid um Memorial «cumplido y justificado» pedindo reclamasse da Côrte Portuguesa contra o desrespeito da soberania espanhola nos dominios americanos, bem como solicitando a approvação dos actos de fôrça a que ia ser obrigado, pela insistencia de Manuel Lobo em proseguir na fundação do estabelecimento a despeito dos reiterados e inuteis protestos»

Logo depois de ter tomado essas providencias e de ainda uma vez intimar a D. Manuel Lobo a retirar-se dos dominios espanhoes, concedendo-lhe todas as facilidades de transporte das tropas para o Rio de Janeiro, deu ao mestre de campo Antonio de Vera Mojica o commando geral de um numeroso exercito de Espanhoes e de indios guaranis, o qual tomou de assalto a praça na madrugada de 7 de Agosto. A offensiva foi tão mortifera, e os indios educados no odio dos Portugueses caíram com tanta furia sobre os defensores da Colonia, que da guarnição, segundo referem as chronicas, só foi encontrado com vida o Governador D. Manuel Lobo, em companhia de uma duzia de homens.»

A Côrte de Madrid, ao tomar conhecimento do Memorial do Governador de Buenos Aires, enviou logo as necessarias instrucções ao seu Embaixador em Lisbôa, o Abbade Masseratti, para protestar contra a occupação da margem septentrional do Rio da Prata, levada a effeito por D. Manuel Lobo, em virtude de ordens recebidas da metropole, e reclamar

providencias immediatas afim de que a praça fôsse evacuada.

As negociações se arrastavam lentamente. A Côrte Portuguesa suggeria a conveniencia de se nomearem commissarios de ambos os países <que examinassem sobre os mappas a posição exacta da praça e decidissem a quem de direito pertenceria o seu dominio, quando começaram a circular as primeiras noticias da tomada da Colonia pelas fôrças de D. José Garro e da morte de quasi toda a guarnição portuguesa> Houve um clamor immenso em todo o país. Romperam-se immediatamente as relações diplomaticas entre as duas Côrtes. O Abbade Masseratti foi despedido. O Principe Regente D. Pedro reuniu nas fronteiras um exercito de onze mil homens e estava decidido a entrar em acção, confiante no apoio da Inglaterra, cuja politica cavillosa, em favor dos interesses dos seus commerciantes, consistia em favorecer a divisão das duas soberanias na margem do Prata, para impedir, com a neutralidade do rio, o dominio exclusivo da legislação aduaneira de uma das nações concurrentes.

A Espanha procedeu nessa conjectura com uma triste coherencia. Decaída do seu antigo esplendor e arrastando uma vida miseravel sob a administração de Carlos II <entregou-se de mãos atadas ao Governo Português> Desautorizou o procedimento altamente patriotico do Governador de Buenos Aires. Destituuiu-o. Moveu-lhe um processo, logo suspenso a pedido do proprio Principe Regente de Portugal. D. Domingo Judice, Duque de Giovenazo e Principe de Chelemar, foi mandado a Lisbôa na qualidade de

Embaixador. Por parte de Portugal, as negociações fôram encaminhadas pelos Duque de Cadaval, Marquês da Fronteira e Bispo Fr. Manuel Pereira, e a 7 de Maio de 1861, foi assignado um Tratado Provisional, em virtude do qual a Colonia do Sacramento voltaria provisoriamente ao dominio portuguez, com tudo o que nella se encontrasse no momento da rendição e com a obrigação para a Espanha de reparar as muralhas derruidas e satisfazer os prejuizos decorrentes do assalto. Além disso, as duas Partes concordaram em que a questão de direito, isto é, da soberania do territorio em litigio, fosse examinada por uma Commissão de arbitros nomeados pelos dois Governos

A Colonia do Sacramento foi restituida ao Governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, em 1683, o qual depois passou a sua administração a Sebastião da Veiga Cabral, nomeado Governador.

Excusado é accrescentar que os commissarios dos dois países, reunidos em conferencia ás margens do Caya, rio fronteiro na provincia da Extremadura, não conseguiram chegar a um accôrdo, pois se lembraram de invocar as disposições do Tratado de Tordesillas. Um anachronismo palmar de que resultaram contradicções curiosas: os commissarios portuguezes reclamavam agora com insistencia o mesmo meridiano que Portugal recusara seculo e meio antes por occasião de se discutir a propriedade das ilhas Molucas, isto é, a linha traçada desde a ilha de Santo Antão, a mais occidental do Archipelago do Cabo Verde; emquanto os Espanhoes, com igual incoherencia, sustentavam a divisa que em vão

tinham offerecido naquella época aos negociadores portuguezes, isto é, um meridiano tirado a partir da ilha do Sal, a mais oriental do mesmo archipelago. Quanto ao ponto terminal das trezentas e setenta leguas, levantaram-se identicas difficuldades: os Espanhoes, pelos seus calculos, sustentavam que as trezentas e setenta leguas terminariam ao Norte do porto de S. Luís do Maranhão e ao Sul no porto de S. Vicente. Os Portuguezes declaravam que o meridiano deveria ser traçado além do Pará, comprehendendo a foz do Amazonas, e que ao Sul elle abrangeria a Colonia do Sacramento. Essas divergencias, aggravadas com as imperfeições das cartas geographicas, nas quaes o Brasil figurava muito mais para leste do que na realidade, inutilizaram todos os esforços. O recurso ao Santo Padre, previsto pelo Tratado Provisorio no caso de dissidencia entre os commissarios, foi contraproducente. A Santa Sé, afim de não desagradar a qualquer das duas Corôas, adiou indefinidamente a solução promettida e nenhum dos dois países se lembrou de reclamá-la. Mas Portugal conservou em seu poder a Colonia do Sacramento.

A politica européa veio dar uma nova feição aos acontecimentos. A successão do throno de Espanha, pondo em armas a Europa inteira, repercutiu logo nas colonias americanas de Espanha e de Portugal. Carlos II chegava aos ultimos dias do seu obscure e infeliz reinado sem deixar successores. Extincto o ramo da Casa d'Austria na Espanha, o Imperador Leopoldo da Austria, o Delphim, o Principe Eleitor da Baviera se julgam no direito de re-

colher a opulenta herança. A morte prematura do Príncipe Bavaro, já escolhido em testamento depois de uma consulta prévia aos mais notáveis juriconsultos e legistas da Espanha e da Italia, abriu de novo a questão da successão do throno. Carlos II, assediado de adivinhos, exorcistas, confessores, torna-se o juguete dos partidarios da França e da Austria que redobram de actividade em favor dos seus candidatos. As intrigas refervem em Madrid. Um tratado de partilha celebrado sem consulta de Carlos II designa o Archiduque Carlos successor do throno de Espanha. Luís XIV tira partido da indignação de Carlos II ante a escandalosa ingerencia das potencias estrangeiras. A politica habilissima do Duque de Harcourt faz pender a balança para a candidatura de um principe francês. Influenciado pelo seu confessor, Carlos II delega a escolha do successor do throno da Espanha ao Papa Innocencio XII, o qual, em razão do velho odio contra a Casa d'Austria, indicou um Príncipe da Casa de Bourbon. A 2 de Outubro de 1700, tornou-se publico o ultimo testamento de Carlos II, instituindo seu herdeiro universal o Duque de Anjou, neto do Rei de França, com a condição de renunciar solennemente a sua nacionalidade e quaesquer pretensões ao throno da França.

O novo Rei subiu ao throno com o nome de Felippe V e desde logo começou a captar as sympathias da Côrte de Portugal. No intuito de evitar que o reino vizinho prestasse auxilio á Hollanda, Inglaterra e Austria, colligadas em favor do candidato da Casa d'Austria, ou permittisse que as fôrças

inimigas utilizassem os seus portos como base de operações contra a Espanha, se apressou em celebrar um Convenio, assignado a 18 de Junho de 1701, confirmando as disposições do ajuste provisório de 7 de Maio de 1761 e estabelecendo no artigo 14 que « Sua Majestade Catholica cede e renuncia a qualquer direito que possa ter nas terras sobre que se fêz o Tratado Provisional entre ambas as Corôas, em os sete dias do mês de Maio do anno de 1861, e em que se acha situada a Colonia do Sacramento: o qual Tratado ficará sem effeito e o dominio da dita Colonia e uso da Campanha na Corôa de Portugal, como ao presente o tem ».

Este pacto estava destinado a uma duração ephemera. Portugal, seduzido pela Inglaterra que lhe acenara com grandes vantagens na America, desligou-se dos compromissos assumidos com Felippe V e, nos termos do Tratado de 16 de Maio de 1703, entrou na grande colligação européa, em favor do Archiduque Carlos, compromettendo-se este a « ceder e largar a Sua Sagrada Magestade El-Rei de Portugal e á Coroa desses Reinos para sempre, todos e cada um dos direitos que teria ou poderia ter tido ás terras situadas na margem septentrional do Rio da Prata que servirá de limites aos dominios de ambas as Coroas em America e de tal modo que Sua Magestade Portugueza as possua e guarneça, como seu legitimo soberano, da mesma fórma que todas as mais terras de seus dominios não obstante qualquer Tratado Provisional ou decisivo feito com a dita Coroa de Hespanha ».

A nova attitude de Portugal não tardou em produzir os seus efeitos na America. Os Espanhoes voltaram novamente as suas vistas para a Colonia do Sacramento que durante os ultimos vinte annos de administração portuguesa se desenvolvera consideravelmente e constituia uma posição de primeira ordem para assegurar a influencia portuguesa no estuario do Rio da Prata e nos territorios jacentes á margem do Uruguay. A's primeiras noticias dos successos da Europa, Sebastião da Veiga Cabral reclamou reforços do Rio de Janeiro para o caso de um ataque, que se saiba premeditado contra a Colonia e tratou de preparar para a resistencia a pequena guarnição de que dispunha. Não eram infundados esses receios. O Vice-Rei do Perú, Conde de Moncloa, que via com maus olhos o progresso do estabelecimento portugues em detrimento do monopolio peruano, resolveu tirar partido da situação européa e dar um golpe decisivo. Expediu ordem a Juan Valdez é Inclan, Governador de Buenos Aires, para tomar de assalto a praça. Um exercito de sete mil homens, espanhoes e guaranis, foi pôsto sob o commando do Capitão Garcia Ros que sitiou e atacou a Colonia, defendida pelo General Sebastião da Veiga Cabral, sendo a praça evacuada por ordem da propria metropole, depois de uma heroica resistencia de seis meses e meio, ficando pela segunda vez em poder dos Espanhoes.

Na Europa a luta chegava ao seu termo. O ardor dos alliados começava a arrefecer. A guerra civil estalara na Espanha. As provincias do Norte esposaram a causa do Archiduque Carlos, que chegou

a ser coroado sob o nome de Carlos III. Por fim, a morte de Leopoldo, Imperador da Austria, veio resolver providencialmente a situação complicada em que se encontravam as potencias alliadas. O Archiduque Carlos, já coroado Rei de Espanha, foi forçado a voltar ao seu país e recolher a herança paterna. A Inglaterra já não se mostrava disposta a prestar o seu apoio ao engrandecimento da Casa d'Austria. <Felippe V acabou sendo reconhecido por toda a Europa como o verdadeiro successor de Carlos II.> A paz de Utrecht pingou o ponto final nesses doze annos de luta que extenuaram a Europa.

No Tratado de 6 de Fevereiro de 1715, assignado em Utrecht, voltou a baila a questão do dominio da Colonia do Sacramento. A Espanha, preoccupada com a consolidação do throno de Felippe V, <não teve difficuldade em abrir mão daquelle remoto estabelecimento, que foi cedido a Portugal com o territorio necessario á sua defesa e segurança.> E pelos arts. V, VI e VII o Rei de Espanha renunciava a todos os seus direitos e reclamações « ao territorio e Colonia do Sacramento situada na margem septentrional do Rio da Prata, com a condição de poder offerecer dentro do prazo de anno e meio uma compensação que o Rei de Portugal aceitaria ou não pelo dito territorio e Colonia ».

A ordem de restituição foi expedida directamente de Espanha ao Governador de Buenos Aires e, em virtude de Carta Regia de 20 de Setembro de 1715, foi encarregado de recebê-la em nome de Portugal Manuel Gomes Barbosa, que della tomou posse em

principios do anno seguinte e a governou até 14 de Março de 1722.

Infelizmente os negociadores de Utrecht não fôram praticos: redigiram o tratado naquelles termos propositadamente vagos e obscuros que em geral caracterizam os accôrdos internacionaes: esqueceram de delimitar o territorio cedido e a interpretação das disposições do famoso ajuste deu lugar a novas complicações. O Govêrno Português entendia que as palavras « Colonia e territorio » significavam toda a margem esquerda do Rio da Prata. O Governador de Buenos Aires, Coronel Garcia Ros, ao fazer a entrega solenne, assignou como limites do estabelecimento português o territorio comprehendido no alcance de um tiro de canhão.

A Côrte de Madrid esposou essa interpretação e ás reclamações de D. Luís da Cunha, Ministro de Portugal em Madrid, respondia o Govêrno Espanhol que de outro modo não se podia interpretar o Tratado de Utrecht. Nesse sentido, a 12 de Outubro de 1716 expediu ordens ao Governador de Buenos Aires para mandar occupar o porto de Montevidéu. A ordem não foi logo executada e informado della, o Governador da Colonia, Ayres Saldanha de Albuquerque, depois de consultar o do Rio de Janeiro, fez seguir uma pequena força para se apoderar daquelle paragem antes dos Espanhoes: o mestre de campo Manuel Freitas da Fonseca e o Capitão de Mar e Guerra Manuel Henriques de Noronha iniciaram os trabalhos de fortificação. O Governador de Buenos Aires, D. Bruno Mauricio de Zabala, em virtude de ordens recebidas de Madrid pelo Vice-Rei

do Perú, teve de recorrer á fôrça para desalojar a pequena guarnição portuguesa. As communicações pelo litoral ficaram interrompidas, vendo-se os Portugueses forçados a fazer o commercio de contrabando desde os portos do Rio Grande do Sul e Paraná até a Colonia através dos descampados da Banda Oriental.

Zabala, homem prudente e conciliador, já não sabendo a que expedientes recorrer afim de pôr um paradeiro ao desenvolvimento do trafico clandestino com prejuizo crescente do monopolio peruano, tomou o partido de expor francamente á Côrte de Madrid a verdadeira situação em que se encontravam os paízes ribeirinhos do Rio da Prata: «en ellos, dizia o avisado Governador, miran las naciones marítimas, enemigas ó rivales de España un gran canal predispuesto por la naturaleza para el comercio de contrabando y para surtir por todo el interior hasta el Perú» — E suggeria medidas extremas: ou vibra um golpe mortal na Colonia pondo de uma vez por todas um paradeiro ao commercio illicito, ou crear a «gobernación de Buenos Aires», fora da superintendencia e fiscalização do Perú. O venerando Conselho das Indias não se commoveu ás alarmantes queixas de Zabala: ao contrario, julgou mais prudente remover um governador com idéas tão revolucionarias e destituiu-o mandando em seu lugar a D. Miguel de Salcedo.

A Colonia do Sacramento continuava a florescer sob a administração do General Antonio Pedro de Vasconcellos: a grande preocupação do Governador, agora que as communicações pelo litoral estavam

interrompidas, era encontrar um caminho directo por terra entre a Colonia e alguns portos da costa brasileira. Estudava-se mesmo o meio de utilizar o rio Uruguay para facilitar as relações do Brasil com a Colonia.

Com a chegada do novo Governador de Buenos Aires recommencaram as antigas rivalidades.

D. Miguel de Salcedo, logo nos primeiros dias, mandou propor ao General Vasconcellos, em virtude de ordens que dizia ter recebido da Côrte de Madrid, a delimitação do territorio da Colonia do Sacramento, nos termos do Tratado de Utrecht de 1715 e para esse fim convidava o Governador do Sacramento « a entrar com elle immediatamente em conferencia, começando-se logo aquelle serviço indispensavel e urgente pela necessidade de conter os colonos de uma e outra nação dentro das respectivas fronteiras », segundo as suas proprias palavras. Vasconcellos, sem poderes nem instrucções, recusou entrar em qualquer accôrdo, e declarou na resposta que deu a Salcedo no mesmo dia que, se na realidade Sua Majestade Catholica enviara essas ordens, não deveriam tardar instrucções no mesmo sentido emanadas da Côrte de Lishôa, e que elle estaria disposto a cumprí-las fielmente. Salcedo continuou a insistir na conveniencia de se proceder quanto antes á demarcação, frisando que esta se faria de conformidade com a interpretação dada pelos Espanhoes ao Tratado de Utrecht, isto é, admittindo como territorio a restituir aquelle que estivesse comprehendido dentro do alcance de um tiro de canhão de praça. Rebateu ainda o Brigadeiro Vasconcellos dizendo que o Go-

vêrno Espanhol o julgava «com maiores poderes do que os que levaram ao Congresso de Utrecht os plenipotenciarios de Portugal: repetindo que não podia, por não estar a isso autorizado, entrar em taes negociações; e terminava propondo, para que se não alterasse a paz em que alli se vivia, que se recorresse a Suas Majestades Catholica e Portuguesa para que deliberassem o que fôsse justo e conveniente ».

Depois dessa troca de correspondencia em que Salcedo, cada vez mais ameaçador, reclamava a demarcação immediata e Vasconcellos, prudentemente, declarava ignorar semelhante interpretação do Tratado de Utrecht, interromperam-se as relações entre as duas autoridades. <Começou o Governador de Buenos Aires a fazer preparativos para atacar a Colonia> Sabendo daquelles projectos e já certo de que o conflicto era inevitavel, formulou o Brigadeiro Vasconcellos um protesto em termos claros e energicos, datado de 15 de Maio de 1734, que foi entregue em Buenos Aires ao Governador Espanhol pelo tenente mestre de campo general Pedro Gomes de Figueiredo. A este protesto respondeu D. Miguel de Salcedo declarando, a 23 do referido mês, que «a não conter-se a guarnição da Colonia nos limites do tiro de canhão, ficaria o Governador della responsavel por todos os damnos e perdas que se seguissem para os dois Monarchas e que, na falta desta regularidade, forçosamente se havia de usar do direito que corresponde em semelhante caso, pois só com armas se proporcionava a devida satisfação de um agravo tão notorio ». Ainda uma vez retrucou Vasconcellos

dizendo que « enquanto o Senhor D. Miguel de Salcedo não lhe fizesse ver escripto publico de convenção ou ajuste entre as Corôas de Portugal e de Castella, estipulando que o territorio da Colonia se regula pelo alcance do tiro de canhão, reputaria por violenta e perturbadora da paz qualquer operação que se encaminhe directa ou indirectamente a obrigar a tão extranha novidade ».

Já não ha meio de harmonizar as duas autoridades, ambas ciosas do cumprimento das instrucções recebidas das respectivas Côrtes. Não ha censurar o Governador de Buenos Aires na sua insistencia, como só palavras de louvor merecem a prudencia e a dignidade com que Antonio de Vasconcellos soube sustentar os direitos do seu país.

Não tardaram os actos de hostilidades. Em meados de 1735 foi capturado á saída do estuario um navio mercante portuguez que se destinava á Bahia. A Colonia foi assaltada. Mas a resistencia obstinada de Vasconcellos, reforçada com os auxilios enviados do Rio de Janeiro, concorreu para que, depois de um longo cerco, de perto de dois annos, Salcedo desistisse do ataque e pusesse sitio á praça, na esperanza dos soccorros promettidos de Madrid.

Falharam as previsões do Governador de Buenos Aires. A Espanha, envolvida na politica da Europa, mal podia prestar attenção ao que se passava nas suas colonias americanas. A guerra da successão da Polonia, em que a Espanha tomara parte conspicua, chegara ao seu termo com a Conferencia de Vienna, onde se repartiam os despojos. A Inglaterra, dese-

josa de manter no Rio da Prata a situação dos Portugueses então favoravel aos seus interesses commerciaes < sustentou com calor os direitos de Portugal e não consentiu que fôsem alteradas as disposições do Tratado de Utrecht > Felipe V, de Espanha, abandonado dos seus alliados, ameaçado pela Inglaterra e Hollanda, preferiu recolher o seu quinhão sob a forma de um throno, o das Duas Sicilias, para seu filho D. Carlos, e não teve duvida em abrir mão da Colonia do Sacramento.

Além de todas essas complicações, um acontecimento sem importancia, mas elevado logo á categoria de offensa á soberania, pusera de mau humor as Côrtes de Espanha e Portugal. Os creados de Pedro Alvares Cabral, Ministro de Portugal em Madrid, num dia de carnaval, arrancaram das mãos de um official de justiça um malfeitor. O Rei de Espanha, irritado com o facto, mandou prender dentro do edificio da Embaixada Portuguesa todos os creados de libré do Embaixador portugûes.

O Rei de Portugal resentiu-se com essa desatenção que importava uma injuria á soberania do seu país. Os seus ridiculos conselheiros aconselham-no a usar de represalias. O Marquês de Capece-latro, Embaixador da Espanha em Lisbôa, teve o desprazer de ver invadido o edificio da Embaixada e presos os seus creados. Os enviados das duas Côrtes abandonaram logo os seus respectivos postos. Considerou-se inevitavel o rompimento. O Govêrno Portugûes começou a juntar tropas na fronteira. A Inglaterra enviou em auxilio de Portugal uma esquadra

de vinte e cinco navios sob o commando de Sir John Norris.

Graças á prudencia do Primeiro Ministro espanhol, D. José Patiño, o incidente não teve maiores consequencias. A França se prestou de boa vontade a accommodar as duas Côrtes. Logo depois, a Inglaterra e a Hollanda offereceram tambem os seus bons officios, que só a muito custo fôram aceitos pela Espanha. As negociações fôram iniciadas, mas proseguiam com uma lentidão desesperadora. Uma declaração, contendo os pontos principaes em que deviam concordar as duas Côrtes, foi enviada a Lisbôa pelo Embaixador de França em Madrid. Nesse intervallo chegou a noticia de que o Governador de Buenos Aires pusera sitio á Colonia do Sacramento, em virtude de ordens expedidas pelo Govêrno Espanhol por um navio partido de Ferrol pouco tempo depois do incidente com os creados do Embaixador portuguez em Madrid. Não foi difficil a José Patiño explicar ao mediador francês, Sr. de Valgremant, que essas ordens se referiam a successos anteriores ao incidente do Embaixador e á aceitação da mediação franceza. E assegurou que a Espanha estava prompta a cumprir o que fôsse ajustado, desde que Portugal estivesse nas mesmas disposições. Depois de uma série de complicações que cada vez mais azedavam as relações entre Portugal e Espanha, os Ministros da Inglaterra e Hollanda, orientados pelo Cardeal Fleury, chegaram a um accôrdo definitivo. A 15 de Março de 1737 os mediadores redigiram e enviaram para Lisbôa e Madrid uma Convenção, logo approvada por Suas Majestades Catholica e Portuguesa,

estipulando a liberdade dos creados presos injustamente, a obrigação de nomearem as duas Côrtes novos Embaixadores, e a expedição de ordens para a America para a suspensão de hostilidades, « ficando as cousas no mesmo estado em que se achassem no momento de chegarem essas ordens, até o ajuste definitivo das reclamações pendentes »»

Essas ordens chegaram a tempo na America.; Gomes Freire de Andrade, em obediencia a instrucções recebidas de Lisbôa, já tinha ordenado a tomada de Montevidéo e, conforme o testemunho de Varnhagen, estava planeando o ataque á propria cidade de Buenos Aires.

Nos primeiros dias de Setembro de 1737, a nau de guerra *Boa Viagem* trazia á Colonia do Sacramento a noticia do Convenio Preliminar entre as duas Corôas.

Na Europa a situação politica era cada vez mais inquietadora. A partir de 1738 estalara a guerra entre a Inglaterra e a Espanha; « e possibilidade de um ataque ás colonias espanholas da America do Sul trazia o Gabinete portuguez cheio de apprehensões » Logo depois, a ascensão de Maria Theresa ao throno da Alemanha, vago pela morte do Imperador Carlos VI em Outubro de 1740, desencadeou a luta na Europa inteira. Portugal conservou-se neutro sem embargo das constantes sollicitações do Gabinete britânico. Com a morte de Felippe de Espanha, manifestam-se os primeiros desejos de paz; o throno espanhol é occupado por Fernando VI, genro do Rei de Portugal. D. Luís da Cunha, em Paris, suggerido pelo Marquês d'Argenson, escrevia a Alexandre de

Gusmão lembrando a conveniencia da intervenção de Portugal na pacificação da Europa: vimos em que termos foi recusada a proposta pelos Conselheiros do Rei. Por fim, a paz de Aix-la-Chapelle foi assignada em 1748. Portugal, não tendo participado na guerra desejou tomar parte nas negociações e aproveitar o ensejo de liquidar a irritante questão dos limites das possessões americanas, e especialmente a da Colonia do Sacramento. Era tarde « A nossa representação foi recusada, diz J. Lucio de Azevedo, e as pazes se ajustaram sem audiencia do Governo, cuja intervenção os mais poderosos dos belligerantes haviam requerido. » >

III

Terminada a longa luta, a Espanha e Portugal bem sentiram a necessidade imperiosa de liquidar definitivamente a irritante questão dos limites entre as possessões americanas. Indispensável para a sua tranquillidade interna, a solução desse problema era a condição imprescindível do desenvolvimento e progresso dessas nacionalidades em formação.

A' Espanha incumbia a delicada missão de recuperar, pela habilidade diplomatica, as terras que a inepta administração colonial dos Reis da Casa d'Austria não soubera conservar. A' diplomacia portuguesa cabia a tarefa mais ardua de consagrar em tratado solenne o esforço dos colonizadores brasileiros, e legitimar a conquista, incorporando ao

Brasil todos os territorios adquiridos e effectivamente occupados até aquella época.

Alexandre de Gusmão era o homem talhado para essas negociações. Conhecia a fundo a historia do Brasil, a sua constituição politica e economica, a psychologia das novas populações adestradas nas lutas continuas contra a invasão estrangeira; estava familiarizado com todos os episodios da extraordinaria marcha colonizadora que triplicara o patrimonio territorial americano da monarchia portuguesa.

Não escapava ao seu espirito clarividente que á população <brasileira repugnaria qualquer ajuste que sacrificasse ou mesmo desrespeitasse a obra heroica dos Bandeirantes> O Brasil em 1750 já não era o primitivo aggregado amorpho, presidio sinistro de hereticos e relapsos do Reino; transmutara-se, ao contrario, num emporio opulentissimo, cujo ouro endossava as letras de Portugal no «Stock-Exchange», em Londres. Ao agrupamento heterogeneo de frades, degregados e capitães mores, succedera uma raça nova, viril, audaz e voluntariosa que guardara a terra com amor, a defendera obstinadamente das continuas investidas do estrangeiro e, depois de dilatá-la na conquista dos sertões, começava a impacientar-se com as medidas vexatorias e os vicios profundos da administração colonial portuguesa. A revolta do Maranhão em 1684, a guerra civil dos Mascates no Recife, a dos Embobas em Minas Geraes, eram symptomatas denunciadores do germinar da consciencia collectiva, do espirito de nacionalidade que se veio elaborando

lentamente e obscuramente desde as primeiras idades da vida colonial e cujas manifestações rudimentares já se revelavam na revolta de S. Paulo e repulsa dos padres, na tentativa em favor de Amador Bueno, na expulsão dos Hollandeses pelos Pernambucanos contra a vontade da Corôa Portuguesa.

As linhas geraes do Tratado estavam naturalmente definidas. E não havia tempo a perder: um conjuncto feliz de circumstancias facilitava agora a tarefa dos negociadores: as duas Côrtes mantinham relações cordialissimas depois da elevação ao throno de Espanha do Principe das Austrias, sob o nome de Fernando VI, casado com a Infanta portuguesa Dona Maria Barbara: e o Principe herdeiro de Portugal, o futuro D. José I, desposara D. Maria Anna Victoria, filha de Felippe V, de Espanha, do segundo consorcio com D. Isabel Farnese. Fizeram-se as nomeações: Portugal designou o mestre de campo general Thomaz da Silva Telles, Visconde da Villa Nova de Cerveira, embaixador em Madrid. Por parte da Espanha figurou o seu Ministro dos Negocios Estrangeiros, D. Joseph de Carbajal y Lancaster, de origem inglesa e um dos mais habéis conselheiros de Fernando VI.

As negociações fôram logo iniciadas em segredo: em Lisbôa, Alexandre de Gusmão redigia successivas cartas, minutas, propostas, contrapropostas que deviam ser submittidas ao exame e approvação do Gabinete de Madrid. A 13 de Janeiro de 1750, o famoso ajuste de limites era assignado. Pelas suas clausulas, Portugal cedeu á Espanha a Colonia do Sacramento e a margem esquerda do Amazonas á léste da boca

mais occidental do Japurá, renunciou aos seus direitos sobre as ilhas Philipinas e desistiu do preço pago á Espanha pelas Molucas em 1529, consoante os termos do accôrdo de Saragoça celebrado com Carlos V. A Espanha concordou em reconhecer todas as posses portuguezas na America do Sul e em ceder o territorio da margem esquerda do Uruguay, ao Norte do Ibicuy, onde os Jesuitas tinham estabelecido sete missões, com cêrca de trinta mil Indios catechizados.

Na historia das relações internacionaes, o Tratado de 1750 é duplamente importante: por abandonar o famoso meridiano de Tordesillas, que reduzia o Brasil a uma nesga de litoral, debuxada a medo, nos mappas do seculo XVII, e por ter deslocado do direito civil para as relações da vida internacional o instituto do *uti possidetis*, como titulo de aquisição entre os povos. Autores nacionaes e estrangeiros são unanimes em celebrar a intelligencia dos seus negociadores, o espirito liberal que presidiu a sua redacção. Rio-Branco louva a «boa fé, lealdade e grandeza de vistas que inspiraram este ajuste amigavel de antigas e mesquinhas querellas; consultando-se unicamente os principios superiores da razão e da justiça e as conveniencias da paz e da civilização da America» e o insuspeito Southey não occulta a sua admiração pelos dois soberanos contractantes que parecem ter ido muito além do seu seculo: «procederam com uma lealdade que quasi pode ser considerada nova na diplomacia: procurando estabelecer uma paz perpetua nas suas colonias, quaesquer que fossem as disputas que entre elles se suscitassem na Europa, deram um

exemplo digno de recordar-se como meio pratico de diminuir os males da guerra » (10). >

Com o Tratado de 1750 estava terminada a missão do estadista brasileiro: D. João V vem a fallecer no mesmo anno da ratificação do Tratado. D. José I abdica nas mãos do seu omnipotente Ministro, o futuro Marquês de Pombal, a autoridade que durante um quarto de seculo vae ser exercida sem desfallecimento. <O Tratado começou a ser combatido: os motivos generosos que moveram os negociadores não encontraram éco na opinião.> Em Madrid dizia-se que as suas clausulas, favoraveis aos interesses de Portugal, tinham sido alcançadas pela influencia da Rainha D. Maria Barbara sobre o espirito fraco de Fernando VI. Em Lisboa, ao contrario, consideravam-no lesivo a Portugal: os commerciantes interessados no commercio de contrabando, que se exercia pela Colonia do Sacramento, não se resignavam á restituição da praça á Espanha. Dizia-se mesmo, em Madrid, que todas as pessoas envolvidas nas negociações do Tratado tinham sido subornadas pelo Governo Espanhol. « O proprio Rei não escapava á suspeita: havia quem pretendesse que, sendo principe herdeiro, fôra corrompido por grande somma para se não manifestar adverso. » Enquanto esbravejavam os interessados, veio tomar lugar entre os oppugnadores do Tratado o brigadeiro Antonio Pedro de Vasconcellos, antigo Governador da Colonia

(10) *History of Brazil*, by Robert Southey, second edition, London, 1812-1817-1819, Tomo III, chap. 39, pag. 448, e *Exposição* apresentada pelo Barão do Rio-Branco ao Presidente dos Estados Unidos da America, como arbitro na questão de limites entre o Brasil e a Republica Argentina; pag. 24. Nova-York, 1894.

do Sacramento, e que durante os annos de 1735 e 1737 resistira heroicamente aos ataques de Miguel de Salcedo, Governador de Buenos Aires. <A palavra do velho militar, as razões patrioticas invocadas contra a cessão da Colonia, produziram uma profunda impressão.> Alexandre de Gusmão veio em defesa do Tratado: escreveu a sua celebre *Impugnação* (11), justificando a entrega da praça, allegando as difficuldades com que Portugal lutara até então para sustentar a sua guarnição, as constantes lutas a que dera lugar, a sua vizinhança de Buenos Aires, o perigo da sua situação em plenos dominios castelhanos e separada das terras do Brasil pelos descampados da Banda oriental. E enumerava todas as vantagens decorrentes da entrega daquelle remoto presidio e valhacoito de contrabandistas em troca de concessões inestimaveis obtidas com o Tratado de 1750.

* * *

Estava terminada a missão do estadista brasileiro. Não voltou mais a publico em defesa da administração publica. A sua ultima tentativa esmoreceu ante a brutalidade do Ministro de D. José. « Não se conformando com a queda definitiva, nota J. Lucio de Azevedo, pretendeu ainda arcar com o poder novo que assomava, impugnando no Conselho Ultramarino as disposições de Sebastião de Carvalho sobre as minas do Brasil que revogavam as suas proprias. Com

(11) *Revista do Instituto Historico*, n. 4, Rio de Janeiro, 1840, pag. 322.

a brutalidade que não supportava contradictores, uma reprimenda arrogante do Ministro tolheu-lhe as representações.»

Os seus derradeiros annos passara-os na tranquillidade da sua casa: por volta dos cincoenta annos desposara D. Isabel Maria Teixeira Chaves, filha de Francisco Teixeira Chaves, fidalgo da Casa Real. Em 1752 um incendio consumiu-lhe a casa e a familia. Amargurado de desgostos morreu obscuramente em 31 de Dezembro de 1753 o homem de quem pôde dizer o maior escriptor da lingua portugueza: « estadista que nas sciencias politicas foi mais arguto que D. Luiz da Cunha e na sagacidade e lucidez de fino sentir foi o mais avançado espirito do seu seculo » (12).

Em 1755 o seu nome não estava inteiramente esquecido; dois documentos, citados por Camillo Castello Branco, recordam que uma certa Anna Maria do Vencimento requerera a penhora do laço e fita com o habito de Christo, de Alexandre de Gusmão, e das arrecadas de diamantes e rubis de sua senhora que foram vendidas em hasta publica para o pagamento das dividas. Digno fim do Secretario particular de um soberano de Portugal que durante o seu reinado recebeu do Brasil a bagatella de cento e trinta milhões de cruzados, cem mil moedas de ouro, trezentos e quinze mil marcos de prata, vinte e quatro mil e quinhentos marcos de ouro, setecentas arrobas de ouro em pó, trezentas e noventa e duas oitavas de peso, quarenta milhões de cruzados em

(12) Camillo Castello Branco no *Curso de Litteratura Portugueza*, Tomo II, pag. 165.

diamantes, além dos rendimentos do imposto dos quintos e do monopólio do pau-brasil...

Perdido no recanto de um dos salões do Palácio Itamaraty, entre outras glórias mais vistosas e menos profícuas, um modesto busto de bronze, devido ao carinho de Rio-Branco, perpetua a physionomia do esquecido filho de Santos, o maior obreiro da grandeza territorial dêsse Brasil ingrato.

(Maio, 1915.)

EUCLYDES DA CUNHA

O seu último livro “A’ Marjem da Historia”





EUCLYDES DA CUNHA

O seu ultimo livro “A’ Marjem da Historia”

I

Conheci Euclýdes da Cunha na plenitude da sua gloria literaria em casa do Barão do Rio-Branco. Encontrava-o sempre entre os poucos amigos que Rio-Branco, nas semanas de vadiação, reunia no gabinete da Westphalia em Petropolis, espectador mudo daquelles cavacos formidaveis que o grande ministro presidia com o seu bom humor bohemio, o seu cigarro e a sua vela, e a que não faltavam a graça mordaz e

demolidora de Gastão da Cunha, a pilheria caipira de um tão accentuado sabor matuto de Leopoldo de Bulhões, a palestra evocativa e saudosa de Affonso Arinos, a ironia suave e commedida de Domicio da Gama e até, quem o diria? a collaboração do bom Ernesto Senna, chistoso almanaque de brejeirices que a illustre companhia folheava com prazer sempre renovado.

Nunca me recobrei da primeira impressão de espanto provocada pelo contraste impressionador entre o bravo escriptor que ideara a epopéa d'*Os Scrtôcs*, em cujas paginas esfusilam coleras sagradas e pelas quaes clamam as mil vozes vingadoras de uma raça enjeitada, e a figura do homem miudo, rachitico, mirrado, anguloso, quasi envergonhado de mostrar o rosto acobreado de indio, de zigomas salientes, com a inquietante expressão de desvairo nos olhos esgazeados, a boca de labios grossos, mal tallhados, sob os pelos cerdosos de um triste bigode descaído para os cantos.

Quem o considerasse, então, desajeitado naquella conversação chispante de graça, constrangido pela figura esmagante de Rio-Branco, que exercia um dominio singular sôbre todos os presentes, sem presença de espirito para a replica prompta, limitando-se a rir e approvar silenciosamente, sobreolhá-lo-ia commiserado.

Ninguém suspeitaria que sob aquelle exterior modesto e quasi humilde se escondia a alma de um sabio e de um artista. O timido e hesitante das suas maneiras, a sua candura quasi infantil nem de longe denunciavam a bravura, a clareza, a originalidade,

as qualidades soberanas da sua intelligencia. Aquella mão sêca e trigueira, que murchava num comprimento flaccido e inexpressivo, florea a penna, transmudando miraculosamente a palavra escripta em surprehendente fôrça creadora, desenhando aqui a figura esculptural de Floriano Peixoto, alli esculpindo a face convulsiva de Antonio Conselheiro, burilando adeante o perfil duro de Moreira Cesar. As phrases, que na conversação se arrastavam molles e cambeteantes, estereotypavam-se na escripta transfiguradas, lapidarias, de uma concisão soberana, de um contôrno geometrico: a physionomia dos nossos titans sertanejos, estoicos e resignados ante a inclemencia madrasta da terra, e o facies jovial do gauchô matamoiros, a expandir-se no seio de uma terra carinhosa e boa, ficarão gravados em quatro paginas impereciveis, exuberantes de vida, refertas de um realismo profundo e commovedor. O seu estylo, desenfeitado no convivio quotidiano, assumia aspectos singulares ao materializar-se na pagina do livro ou no artigo de jornal: o periodo distendia-se em ondulações doces, ou arremettia em impetos insofregados, estacando de improviso ou irrompendo desafogado, ora curto e incisivo como um versiculo biblico, ora amplo, ondeante e sonoro, feito um grande rio tranquillo e remansoso, rolando as suas aguas e reflectindo de passagem os esplendores do céu e da natureza rodeante.

O que impressionava primeiro em Euclydes da Cunha era o triplice aspecto da sua individualidade: *Os Sertões* e os livros seguintes revelaram-nos um pensador, recluso nas suas cogitações, alheado do

mundo exterior e todo entregue á faina ingloria de descobrir o segredo da phenomenalidade universal: um homem de sciencia, que archivava pacientemente tudo quanto a natureza rodeante lhe offerecia ao olhar escrutador, e um artista, encarcerado na sua phantasia. Homem de sciencia, Euclýdes da Cunha não affirmava de golpe, com o só auxilio da intuição: ascendia cautelosamente ás generalizações ousadas pelos degraus amortecedores das analyses demoradas e das experiencias decisivas. Artista, seduzia-o o amor innato á forma que fazia seguir a idéa, docil como a sombra o corpo que a projecta. Pensador, deixava entrever em todos os seus trabalhos a laboriosa gestação mental, o activo processo de elaboração psychica, cujos vestigios um olhar esperto surprende de relance por entre os esplendores soberanos da linguagem magnifica.

Depois, o seu amor quasi supersticioso ao Brasil. Em todos os seus livros estúa esse pensamento de um fecundo retôrno ao passado para retemperar as energias gastas e tonificar as fôrças consumidas no drama tumultuario e tão sempre o mesmo da existencia: conhecia a fundo toda a vida politica e social do Brasil, tinha um entranhado carinho pelas suas tradições, pelo seu passado esquecido, pelos incontaveis aspectos da sua natureza. Quanta vez o ouvi lastimar com amargura o doloroso descaso pela grandeza obscura e desconhecida dos nossos antepassados, o desamor ás idades transcorridas, a indiferença pela nossa historia, e especialmente pelos rudes patricios do interior, cujo abandono no recesso dos sertões, alheios da civilização e sequestrados da cul-

tura, se lhe afigurava um crime de consequências incalculaveis.

È elle tinha razão. Não sei de país que viva mais divorciado das suas tradições e da memoria dos seus maiores. Perdemos pouco a pouco ao influxo das culturas exoticas uns restos de originalidade nativa e de vivificante idealismo. As nossas vigorosas faculdades primitivas abastardam-se, folheadas de attributos estranhos: as qualidades originarias de affectividade e idealismo que caracterizam a nossa gente esmaecem ao calor das novas raças e por tal modo affeioamos o nosso espirito ao dos outros povos, que os escriptores que remontam a fonte de tradições nacionaes não conseguem vingar um reduzidissimo circulo de intellectuaes. Aí está, por exemplo, esse Alberto Rangel, desgarrado no inferno florente dos seringaes, tentando constringir no ambito de um livro a alma da Amazonia em sua desordem barbara e formidavel. O *Inferno Verde* foi acolhido com discreto silencio pelos grãos pontifices da critica: ninguém se deu ao trabalho de versar aquellas paginas que delatam o angustioso anseio de uma sociedade em formação, sem leis, sem justiça, sem nenhum dos elementos de vida social que consorciam definitivamente o homem á terra. Os poucos que se commoveram com os accents daquelle tragico realismo preferiram guardar as suas impressões a transmittí-las a um publico indifferente.

Como reclamar a popularidade para Euclides da Cunha? Nunca realmente possuiu um publico numeroso. Na região elevada em que vivia tornou-se antes solitario e pouco accessivel. O trabalho de

atingí-lo desencorajou os que, sem preparo e ás pressas, aspiravam a intimidade do seu espirito, mas os poucos que se detiveram na sua familiaridade não se esquivaram de frequentá-lo com assiduidade e proveito. Por isso a sua obra ficou incompreendida á critica do seu tempo, á critica das cidades, de canones estreitos e regrinhas dogmaticas. *Os Sertões*, que teve uma relativa popularidade, foi saudado menos como a expressão de uma nova maneira de estudar os graves problemas que dizem com os nossos destinos do que como uma nova forma literaria, traçada ao arrepio das formulas correntes, de rytmos impacientes, sacudidos e irrequietos. Censuraram-lhe o abuso do termo tecnico, de uma phraseologia inadequada, diziam, ás obras de arte ou de uma opulencia pomposa de linguagem impropria dos livros de sciencia pura. Mas nenhum dos seus criticos deixou de enaltecer a belleza rara dêsse consorcio dos dois generos. Os severos postulados da razão não appareceram menos imponentes envoltos nos pannejamentos de um estylo soberbo e cheio de majestade.

II

O ultimo livro de Euclides da Cunha não lhe accresce ou reduz os meritos de estylista, de pensador e de homem de sciencia. São dez ensaios em que o pensador bate parellas ao artista e nos quaes se põem de relevo as características fundamentaes da intelligencia de Euclides da Cunha: uma certa maneira especial de ser impressionado pelos phenomenos do mundo exterior e uma potencia descriptiva desabrochando em formulas e imagens, capazes de traduzir todas as formas do espirito e do coração e as infinitas manifestações da vida universal. Ou se deixe arrebatado na visão radiosa da Amazonia, ou delinee, secamente, em largos traços magistraes, toda a historia da evolução politica do Brasil desde os alvares da Independencia até a implantação do regimen republi-

cano; revivendo um episodio trivial e commovedor, o sabbado da alleluia entre os seringueiros do Alto Acre, ou adstringindo-se aos processos rigorosamente scientificos no desvendar as vantagens politicas do desenvolvimento das redes ferro-viarias na America do Sul: em qualquer dos seus derradeiros ensaios, versando os assumptos mais dispaes, desvendando um estado d'alma ou esculpindo um perfil de heroe, evocando um momento historico, ou bosquejando um fugidio aspecto da natureza, se espelham todos os peregrinos dons do inditoso escriptor.

Em *Impressões Geraes*, defronta-se uma visão panorâmica da Amazonia em toda sua belleza desordenada e mysteriosa.

Aquella região selvagem batida por tantos sabios, trilhada pelas missões apostolicas, que as expedições scientificas têm perlustrado em todas as direcções, apparece-nos hoje feito uma obra da natureza, esquecida, em que tudo está por acabar: os grandes rios de leitos divagantes, torcendo-se em meandros e sinuosidades, em busca de uma situação definitiva de equilibrio; a flora paradoxal em que os fetos arborescentes, contemporaneos das florestas carboniferas, se desvendam emparelhando com as palmeiras; a fauna monstruosa em que dominam os amphibios corpulentos, a lembrarem os especimens extinctos da epocha paleozoica. E quando o sabio tenta explicar os estranhos phenomenos que offerece a complexa physiographia amazonica, não raro se alcançadora ao sonho, alheado da precisão e rigor das formulas scientificas. «Vae-se, por exemplo, com Frederico Katzer, diz Euclydes da Cunha, a seriar, a

escandir e a confrontar velhissimos petrefactos ou grapholithos numa romaria ideal pelos mais remotos pontos, nas mais remotas idades — largo tempo, a debater-se entre as classificações massiças, a enredar-se na trama das raizes gregas das nomenclaturas bravias — e, de improviso, os dizeres da sciencia desfecham num quasi idealismo: as analyses rematam-nas prodigios; as vistas abreviadas nos microscopios desapertam-se no descortino de um passado muitas vezes millenario; e, esboçados os contornos estupendos de uma geographia morta, alonga-se-lhe aos olhos a perspectiva indefinida daquelle extincto oceano medio-devonico, que afogava todo o Matto-Grosso e a Bolivia, cobrindo quasi toda a America Meridional e chofrando no levante as antiquissimas arribas de Goyaz, ultimos litoraes do continente brasilio-ethiopico, que aterrava o Atlantico indo abranger a Africa... Segue-se com os naturalistas da Commissão Morgan, e a historia geologica, a despeito de linhas mais seguras, não perde o traço grandioso, desenvolvendo-se ás duas margens do largo canal terciario que, por longo tempo, separou os planaltos brasileiros e os das Goyanas, até que o vagaroso sublevar dos Andes, no occidente, cerrando-lhe um dos extremos, o transmudasse em golpho, em estuario, em rio...».

E tudo é assim, singular e sorprendente, naquella terra em ser. O proprio rio Amazonas, ao contrario dos grandes cursos d'agua que se erigem como factores principaes no remodelamento da physionomia movel da terra e no attenuar a dureza dos accidentes naturaes, destruindo e reconstruindo, « compensando

a degradação das vertentes com o alteamento dos valles, corroendo montanhas e edificando planuras », o proprio Amazonas figura-se a Euclydes da Cunha « o menos brasileiro dos rios », um « estranhô adversario entregue dia e noite á faina de solapar a propria terra ».

E não é uma simples affirmação phantasista, segundo observa o grande escriptor. Emquanto o rio Hoang-Ho formou um delta, dando graciosamente uma provincia nova á China, e o Mississipi, carreando o seu aterro secular, levou-o quasi até ás bordas do *gulf-stream*, o Amazonas vae destruindo, lentamente, ininterruptamente, as largas superficies que atravessa a sua caudal. A poderosa massa de aguas barrentas, que representa continentes em dissolução, não concorre para formações duradouras: entra pelo mar em busca da corrente equatorial que a arrebatá para a construcção de territorios em regiões longinquoas. A sua funcção destruidora revela-se, em toda a plenitude, na curta duração das ilhas formadas pelos detritos transportados: ellas nascem, desbarrancam-se, desgastam-se, restauram-se logo para desaparecer dentro em pouco tempo. . . « a de Urucurituba durou dez annos, mercê de superficie vastissima, e apagou-se numa enchente. . . ». Nas margens, a actividade destructiva produz resultados surprehendentes: fá-las altear pouco a pouco, durante as cheias, depositando terras, que se vão elevando sempre a cada enchente, invadidas logo pela flora « até qué num só assalto, de enchente, todo esse delta lateral se abata. . . ». E a 29 de Julho de 1866, numa só noite, na margem es-

querda do Amazonas, desmoronaram, em linha continua, cincoenta leguas de terras caídas.

Para esta Amazonia que tanto tem deslumbrado os viajantes, cujo seio abrigou tantas missões, e partidas demarcadoras, e bandos guerreiros, Euclýdes da Cunha chama a atenção dos poderes publicos; e tambem para a sua historia, tão dramatica e revólta, para a sua organização social, primitiva e aspera, para a ausencia da justiça, das leis do trabalho, de tudo quanto nobilita e dignifica o esforço do homem no duello formidavel com a terra.

Em *Rios em abandono*, Euclýdes da Cunha revela-nos e explica o conceito revolucionario do americano Morris Davis, do «cyclo vital dos rios», isto é, a descripção das vicissitudes evolutivas dos cursos d'agua «com uma infancia irrequieta, uma adolescencia revólta, uma virilidade equilibrada e uma velhice ou decrepitude melancolica, como se elles fôsem estupendos organismos, sujeitos á concurrencia e á selecção, destinados ao triumpho ou ao aniquilamento, consoante mais ou menos se adaptem ás condições exteriores».

Para demonstrar a uniformidade dêsses rytmos evolutivos a que obedecem todas as caudaes, a constancia e a periodicidade das phases que atravessam durante a sua existencia millenaria, Euclýdes da Cunha estuda o rio Purús, justamente aquelle tributario do Amazonas que a sua ousadia permittiu percorrer, em toda a sua extensão itineraria de tres mil duzentos e dez kilometros, até aos mais remotos manadeiros. E reclama, com vehemencia, trabalhos tendentes á conservaçã do grande rio que, dia a dia,

se torna mais impenetravel e em breve estará trancado á navegação, se não forem iniciados, quanto antes, serios esforços para a sua desobstrucção.

A causa principal dessas difficuldades está na extrema variabilidade do leito. As aguas do Purús, que derivam lentamente, em correntezas fracas, são deslocadas pelo primeiro obstaculo. E o resultado é que o rio, pouco e pouco, se afasta do leito, lateralmente, contorneando o obstaculo, em amplissima arqueadura circular, até voltar ao canal primitivo: « de sorte que, explica Euclydes da Cunha, toda a área de terrenos abrangidos se transmuda em verdadeira península, ligada por um isthmo tão delgado, ás vezes, que o caminhante o atravessa em minutos, enquanto gasta um dia inteiro de viagem, embarcado, para perlongar o contôrno da terra quasi insulada. Por fim, esta se destaca, ilhando-se de todo. No sobrevir de uma enchente, o Purús despedaça a fragil barreira do isthmo e retoma, de golpe, o primitivo curso, deixando á margem, a relembrar o desvio por onde divagou, um lago annular não raro amplissimo. Prosegue. Reproduz adeante outros meandros, completados sempre pela criação dos mesmos lagos ou saccados. E assim vai — perpetuamente oscillante aos lados de seu eixo invariavel — num rytmo perfeito, reflectindo o jogar de leis mecanicas capazes de se synthetizarem numa formula, que seria a traducção analytica de curioso movimento pendular ».

E nesse construir lagos ou reservatorios naturaes nos flancos da grande caudal, revela a Natureza o jogo harmonioso das suas leis. Não sómente esses diques naturaes, fabricados sem a intervenção dos

homens, evitam as inundações devastadoras, mas também, durante as grandes estiagens, restituem ao rio empobrecido as provisões de massa líquida armazenadas. Para se avaliar a importancia dêsses escoadouros naturaes, basta conhecer os esforços immensos dos hydraulicos franceses, no intuito de evitar as enchentes mortíferas do Garonna, construindo diques artificiaes, imperfeitos, quando comparados aos primores que a só natureza prodigalizou no Purús.

E o Purús, um dos rios mais bem talhados para a grande navegação pela fixidez e regularidade do seu perfil, está ameaçado de um atravancamento completo. As terras caídas, ás vezes florestas inteiras, desabam sôbre elle, abarream-lhe a corrente, creando uma situação cuja gravidade é intuitiva.

Obstrue-se, dêste modo, a unica estrada: os homens quedam-se inertes, sem um esforço em favor do rio que os traz ao mundo: « passam e repassam nas paragens perigosas, observa Euclydes da Cunha; esbarram mil vezes a canôa num tronco caído ha dez annos junto á beira de um canal; insinuam-se mil vezes com a maior difficuldade numa ramagem revôlta, barrando-lhes de lado a lado o caminho, encalham e arrastam penosamente as canôas sôbre os mesmos « salões » de argilla endurecida; vezes sem conta arriscam-se ao naufragio, precipitando, ao som das aguas, as ubás contra as pontas durissimas dos troncos, que se enristam, invisiveis, submersos de um palmo — mas não despendem o minimo esfôrço e não despedem um golpe unico de facão ou de machado num só daquelles paos, para desafogar a travessia.

« As lanchas, e até os vapores, que alli vão apparecendo mais a miude, á medida que avultam as safras dos cento e vinte opulentos seringaes, que já se abriram acima da confluencia do Yaco, viajam, invariavelmente, nas quadras favoraveis das cheias, quando aquelles entraves se afogam em alguns metros de fundo.

« Sobem, velozes, o rio; descarregam, precipitadamente, em varios pontos, as mercadorias consignadas; carregam-se de borracha; e tornam logo, precipites, aguas abaixo, fugindo. Apesar disto, algumas não se forram a repentinas descidas de nivel, prendendo-as. E lá se ficam, longos meses — esperando a outra enchente ou o inesperado de um « repiquete » propicio, invernando paradoxalmente sob as soalheiras caniculares — nas mais curiosas situações: ora em pleno rio, agarradas pelos centenaes de braços das arvores sêcas, que as immobilizam; ora a meio da barranca, onde as surpredeu a vazante, grosseiramente especadas, encombentes, com as prôas afocinhando, inclinadas, em riscos permanentes de queda; ora no alto de uma barreira, como autenticos navios-phantasmas, apparecendo, de improviso e surpredeadoramente, em plena entrada da mata majestosa ».

Euclydes da Cunha remata o seu profundo ensaio, lembrando o caso do rio Mississipi, quasi impenetavel, ha um seculo, em alguns pontos intransponivel, e hoje transfigurado e aberto ao commercio e á navegação do mundo, graças aos esforços da engenharia americana: « lá está, porém, em seu valle, em um de seus affluentes, o rio Vermelho, um caso desalentador. E' um rio perdido. O *yankee* descobriu-o tarde

de mais. A desmedida tranqueira, *the great raft*, exactamente formada como as que estão se formando no Purús, estira o labyrintho dos seus madeiros e das suas frondes mortas por 630 kilometros — e lá está indestructivel, depois de desafiar durante vinte e dois annos os maiores esforços para uma desobstrucção impossivel ».

O destino do Purús será o mesmo do minuscuro rio norte-americano se se não iniciarem melhoramentos e serviços tendentes á sua conservação e salvamento, sendo de notar, segundo observa Euclydes da Cunha, que a intervenção do homem será em parte insignificante, porquanto os grandes e serios problemas de hydraulica fluvial foram resolvidos pêlo simples jôgo harmonioso das leis da natureza.

Nesta primeira parte do livro avultam ainda outros capitulos, ligados pelo titulo de *Terra sem Historia: Os Caucheros, Brasileiros, Transaccreana, Um clima calumniado*. E' impossivel analysar cada um delles. Basta que falemos do ultimo, *Um clima calumniado*, que é a glorificação das condições de vida no Acre e a destruição da lenda de insalubridade attribuida ás planuras amazonicas. O que se realiza no Acre é a selecção tellurica, a que allude Kirchhoff; uma forma da luta universal pela existencia; é o escrutinio biologico de que resulta a sobrevivencia dos mais fortes, dos melhor aparelhados para o rude combate com a terra; é a eliminação generalizada dos incompetentes para a eleição dos bons e dos perseverantes, attingindo indistinctamente « o tuberculoso inapto á maior actividade respiratoria nos ares adurentes, pobres de oxygenio, e o lascivo desmandado;

o cardiaco succumbido pela queda da tensão arterial e o alcoolico candidato contumaz a todas as endemias; o lymphatico, colhido de prompto pela anemia, e o glutão; o noctivago, desfibrado nas vigílias, ou o indolente estagnado nas sextas enervantes; e o colerico, o neurasthenico de nervos a vibrarem nos ares electrizados, descompassadamente, sob o influxo mysterioso dos firmamentos deslumbrantes, até aos paroxismos da demencia tropical que o fulmina, de pancada, como uma especie de insolação de espirito ».

È pertencem a essa categoria todos os attingidos pelo incorruptivel processo selectivo da terra, aquelles sôbre que a natureza exerce com severidade a sua revista inexoravel. Os fortes, os perseverantes, os aptos resistem galhardamente, acclimam-se, prosperam: « o Purús e o Juruá abriram-se ha muito á entrada dos mais dispares forasteiros — do syrio que chega de Beyruth, e vae pouco a pouco supplantando o portugûes no commercio do « regatão », ao italiano aventureoso e artista que lhes bâte as margens, longos meses, com a sua machina photographica, a colleccionar os mais typicos rostos de selvicolas e aspectos bravios de paisagens, ao saxonio fleugmatico, trocando as suas brumas pelos ares equatoriaes. È, na grande maioria, lá vivem todos; agitam-se, prosperam e acabam longevos ». È, por fim, somos levados a concluir com Euclydes da Cunha, que não é o clima que é máo, é o homem.

Nestes ensaios que formam a primeira parte do livro, Euclydes da Cunha revela-se-nos principalmente como um pensador, interessado na solução de problemas que se relacionam directamente com o país,

inspirado por um forte amor ao Brasil, ás suas ingenuas tradições, aos seus heroes primitivos, aos incontaveis aspectos da sua natureza incomparavel, ao seu passado cheio de encantos e seducções, sobretudo a esses rudes patricios do interior, sequestrados da cultura e da civilização.

III

Avançando pelo interior do livro, deparam-se nos outros aspectos da individualidade de Euclides da Cunha.

Vimo-lo, até agora, seriamente preocupado com a observação e o estudo dos phenomenos naturaes nos vastos plainos amazonicos, esquadrihados por tantos sabios e missionarios e ainda não revelados em toda a sua plenitude.

Da *Independencia á Republica*, o trabalho mais completo do livro, é um resumo de historia politica, em que se reconstitue nas suas grandes linhas toda a evolução da nossa vida social, num determinado momento historico, á luz de um criterio rigorosamente scientifico e subordinado a uma orientação philosophica superior.

Não se encontrará naquellas duzentas paginas de soberba synthese a lista completa dos personagens que se agitaram desde 1808 até 1889, nem a historia minuciosa dos partidos politicos, com os nomes, por extenso, dos seus chefes e dirigentes, nem a enumeração das suas lutas pelo poder, dos seus dias de desalento e das suas horas de triumpho. Os que desejem uma historia rigorosamente chronologica do longo periodo que se desdobra desde os primeiros dias da administração de D. João VI e se estira pela Independencia, Primeiro Imperio, Regencia e Segundo Imperio, esmiudeando as mais insignificantes particularidades em detrimento dos factos que orientam a directriz da nossa evolução, prestariam um inestimavel serviço á memoria de Euclydes da Cunha deixando de ler as suas paginas de historia politica.

Temos tido, como se sabe, uma legião de historiographos, de eximios excavadores do passado, mas ainda não possuímos o verdadeiro historiador, munido de um corpo de doutrinas, aparelhado de methodos e processos de investigação, apercebido de conhecimentos variados e complexos exigidos para a comprehensão clara e precisa dos phenomenos sociaes.

Para os que estudam o desenvolvimento successivo dos povos não sómente na pessoa dos seus homens representativos, mas tambem na multidão, que é a zymosis fecunda onde fermentam todos os grandes problemas sociaes; para os que desejam conhecer as causas da grandeza e da decadencia dos povos, explicada não só pelos grandes acontecimentos que,

muitas vezes, sómente perturbam, pelo seu caracter accidental, a marcha regular e progressiva das sociedades, mas tambem pelos factos sociaes que se reproduzem periodicamente no seio dos povos, para todos estes a publicistica brasileira offerece um quadro desalentador e symptomatico. Tudo está por fazer.

O primoroso ensaio de Euclydes da Cunha fornece um bello modêlo da historia como deve ser escripta. Nessas paginas que ficarão incorporadas á historia do Brasil, como a synthese de uma das phases mais drámaticas da nossa vida politica, se assiste ao lento desenrolar de todos os successos que ocorreram no Brasil, desde a chegada de D. João VI, acoitado de Portugal pelo tropear dos granadeiros de Junot, até á parada militar, que legitimou e deu corpo ás antigas aspirações republicanas do país.

O curso da nossa historia dentro dêste periodo patenteia uma uniformidade de rytmos, um desdobramento de phases sociaes tão eloquentes, denunciando a acção inflexivel de uma lei universal da vida, que Euclydes da Cunha não hesitou em recompor todos estes acontecimentos á luz de um seguro criterio historico. E a leitura dêste ensaio nos deixa a certeza de que as sociedades são organismos vivos, cujas formas crescem e se desenvolvem, não por saltos e movimentos bruscos, mas por evolução lenta, continua e natural, que a historia, considerada de baixo de um ponto de vista superior, não consiste na narração anecdotica da vida dos povos, mas numa successão intermina de causas e effeitos que se ligam por um laço etiologico e que os phenomenos sociaes,

como os da natureza, podem ser agrupados e classificados em vista de uma generalização superior.

Se não, vejamos.

Chegando ao Brasil, D. João VI encontrou um país povoado de três milhões de habitantes, distanciados pelo meio, isolados por destinos divergentes, fundamente separados por discordancias ethnicas. Engravescidas estas condições com a ausencia de uma tradição secular que approximasse, caldeando, os differentes agrupamentos em que se repartia a população, perdidos num territorio immenso, sem uniformidade de idéas e de sentimentos, sem outros laços de solidariedade além de um vago communismo de crenças religiosas, o Brasil, trabalhado por agitações internas, estava fatalmente destinado a fragmentar-se em pequenos Estados. Não havia ainda os traços denunciadores de uma nacionalidade feita; mas agrupamentos parcellados, de character local, separados e indifferentes uns aos outros. « O drama da Inconfidencia terminara recentemente no sul, sem que o seu desenlace tragico commovesse o norte, onde, por sua vez, em quadra mais remota, a luta contra os batavos se abrira e se encerrara com o divorcio completo das gentes meridionaes. »

Euclides da Cunha esclarece a acção verdadeiramente util e quasi providencial de D. João VI, transmutando os nossos destinos com a sua chegada ao Brasil, e impedindo o desmembramento do país, á semelhança do que acontecera com os dominios espanhoes nesta parte do Continente: « . . . e D. João VI, um mediocre, foi um predestinado ».

Figura-se-nos, porém, extremamente injusta a maneira de julgar o procedimento do Príncipe Regente de Portugal, ao transferir para o Brasil a sede da monarchia portuguesa.

Como se sabe, a idéa da mudança, não fôra de todo estranha a D. João IV, á rainha D. Luisa de Gusmán e ao Padre Antonio Vieira, nem a D. Luis da Cunha, em 1736, nem ao Marquês de Pombal, em 1761. E D. João VI, a quem não sorrira em principio a idéa da trasladação, acabou por aceitá-la, premido por circumstancias excepçionaes, sem que a sua retirada importasse em fuga opprobriosa. Não fugiu, como apraz a Euclydes da Cunha repetir. Não só se justifica o seu acto, como se explicam todas as incertezas da politica portuguesa tão acremente verberadas pelo escriptor brasileiro.

Sinceramente. Não se pôde arguir de desorientada a politica de D. João VI. No meio das profundas transformações sociaes que sublevaram toda a Europa no angustioso periodo de transição do seculo XVIII para o XIX, a politica do menor dos Estados europeus não podia traçar-se uma directriz intorcível. Ella espelhava, necessariamente, a variabilidade das tendencias da época. Nesse memoravel periodo da historia da humanidade, em que os actores dos formidaveis dramas sociaes invadiam desabaladamente a historia, e os destinos do mundo se enfeixavam no guante de um antigo official de artilharia, não havia exigir-se uma direcção rectilinea na politica do mais fraco dos países europeus, atropelado e enredado nas malhas constrictoras do dominio napoleónico. Nem a tiveram os imperios e soberanos

mais poderosos. As dynastias errantes, os monarchas espavoridos ante a fragilidade do seu infrangivel direito divino, soberanos foragidos, reis depostos violentamente e enxotados dos seus dominios, offereciam um espectáculo desalentador ao observador sereno que pretendesse descobrir um ponto fixo no meio da mobilidade infinita e surpreendedora dos acontecimentos.

E D. João VI, transpondo o Atlantico, e assentando os fundamentos de um grande Imperio, apparece-nos hoje transfigurado, e a sombra do seu vulto projecta-se na historia sob um aspecto diverso daquelle a que nos tinham habituado chronistas coscovilheiros e pouco escrupulosos e historiadores de anedotas.

Ainda que discordante dessa maneira de apreciar a acção de D. João, o facto que Euclydes da Cunha assignala fica ao abrigo de toda duvida: D. João VI foi um predestinado, a sua missão foi verdadeiramente providencial e, sem ella, talvez, todo o vasto territorio brasileiro se teria fragmentado em pequenas republicas rivaes, sangrando sob os caudilhos e as revoluções. A presença da Côrte imprimira nova orientação nos espiritos e infundira energias novas mesmo nas regiões mais afastadas. As provincias, isoladas por longas distancias que ainda não venciam rapidos meios de communicação, começavam a evolver, embora emperradamente, sob o influxo longinquo das Cartas Régias, que irradiavam do Rio de Janeiro. E foi todo um despertar de fôrças adormecidas. Euclydes da Cunha presta justiça á actividade do Principe Regente, no acordar o espirito nacional,

propellindo e animando o commercio das idéas, favorecendo o surto da expansão civilizadora, renovando o movimento artistico, interessando-se por todos os departamentos da administração interna, lançando, por êste modo, os fundamentos essenciaes do nosso destino, até que a revolução de 1817, em Pernambuco, e depois a de Portugal, em 1820, abalaram esse periodo de reconstrucção e forçaram D. João VI, hesitante, a attender aos portuguezes, que o intimavam a voltar ao seu país e acceitar a Constituição da Junta Revolucionaria de Lisboa.

A partir daí, Euclides da Cunha desvenda-nos todos os periodos da vida politica brasileira. E assistimos aos primeiros movimentos que determinaram a Independencia, toda dominada pela figura esculptural de José Bonifacio, o nascer da Constituição, jurada a 24 de Março de 1824, por entre as crises ministeriaes, a desordem e o disequilibrio governamentaes, que se vão accentuando mais e mais, até ao desabamento completo em 1831. Surde a Regencia « como um ponderador das agitações nacionaes: um volante, regulando a potencia revôlta de tantas fôrças disparatadas », avultando, no fundo do quadro, num destaque triumphante, o vulto dêsse padre extraordinario, cuja missão providencial enche quasi todo um periodo memoravel da nossa historia politica — Diogo Feijó — para desapparecer, depois de ter nobilitado a lei, resuscitado a autoridade, dignificado o Governo e preparado o Segundo Imperio.

As cincoenta paginas restantes do ensaio de Euclides da Cunha são consagradas ao Segundo Imperio, ás lutas politicas que se desencadeiaram du-

rante quasi meio seculo de nossa existencia nacional, aos embates da corrente monarchista e dos principios democraticos, á historia dos grandes homens representativos que incorporaram o seu nome e sua acção aos destinos do país. E tão de perto se conchavam os acontecimentos, tão claramente nos mostra Euclydes da Cunha as suas relações necessarias de causa e effeito que, ao attingirmos, naturalmente e sem esforço, a Republica, parece-nos que toda a nossa vida politica anterior não fôra senão uma longa iniciação preparatoria anterior.

E a impressão resalta, forte, de que ella não foi uma surpresa: «vimos, nas varias phases, a traços largos esboçadas, o constante despontar, cair e renascer de uma aspiração dispersa em 'movimentos isolados; suplantada, a principio, pelo pensamento primordial da autonomia politica, depois pela preocupação superior da unidade nacional. Impertinente em 1822, inoportuna em 1831, aborticia em 1848, era-o a Republica, sobretudo porque se não podia inverter a serie natural da evolução humana. Aspiração politica, requeria que lhe propiciasse o advento o desenvolvimento social. A sociedade não a repellia; prorogava-a. E a partir de 1875, começou a incorporá-la... Mudaramos muito.

«Deante da grande maioria indifferente e amorpha que ainda existe em virtude da lei universal da persistencia — como um prolongamento da colonia — formando o *caput mortuum* do grande organismo dêste país, só se alevantara até 1875, através de agitações exclusivamente politicas, o espirito critico da metaphysica revolucionaria de que é impec-

cavel modêlo o proprio manifesto republicano de 1870. Mas êste, que illusoriamente preside o ascender crescente do novo ideal politico até 15 de Novembro de 1889, resvalara a segundo plano.

« A propaganda republicana... fazia-se por si mesma. Attribuir-lhe o successo feliz á palavra dos tribunos, ao jornalismo doutrinario ou agitador, ao entusiasmo de uma mocidade robusta, á indisciplina militar, e, por fim, ao levante de um exercito que, como o de 7 de Abril, nada mais foi que a ordenança passiva da nação em marcha — equivale a attribuir a maré montante ás vagas impetuosas que ella alteia... porque, na realidade, o que houve foi a transfiguração de uma sociedade em que penetrava pela primeira vez o impulso tonificador da philosophia contemporanea... As novas correntes, fôrças conjugadas de todos os principios e de todas as escolas — do comtismo orthodoxo ao positivismo desafogado de Littré, das conclusões restrictas de Darwin ás generalizações ousadas de Spencer — o que nos trouxeram, de facto, não foram os seus principios abstractos, ou leis incompreensiveis á grande maioria, mas as grandes conquistas liberaes do nosso seculo; e estas, compondo-se com uma aspiração antiga e não encontrando entre nós arraigadas tradições monarchicas, removeram, naturalmente, sem ruido, — no espaço de uma manhã — um throno que encontraram. »

E' nesse espirito, subordinado á influencia dessas idéas, que Euclides da Cunha reconstitue os varios periodos da nossa historia, descobrindo-lhe os mesmos processos evolutivos communs a todas as

existencias organicas e regido pelas mesmas leis universaes da vida: « a principio, o aggregado diffuso, a nebulosa humana, desprendida do colonato, scindida de ideaes revolucionarios em uma larga dissipação de movimento, reflectindo, no periodo de 1808-1831, o *processus* geral de todas as existencias organicas. Depois de 1831 a 1837: a delimitação dos lutadores nos tres partidos definidos da Regencia, traduzindo-se a tendencia para uma phase mais definida, a par de uma distribuição mais integra e heterogenea do prestigio governamental, até então enfeixado na autoridade caprichosa ou inconstante de um principe. Subsecutivamente, com o crescer da reacção monarchica, de 1837, balanceando-se a simplicidade maior do Govêrno com a complexidade maior da sociedade, evidenciou-se, inilludivel, a reflectir-se, tangivelmente, no binario conservador e liberal, a marcha gradual para o equilibrio das duas fôrças co-existentes, democratica e reaccionaria, que persistiam desde a Independencia. Por fim, em 1848, e, sobretudo, com o Marquês de Paraná, na quadra que uma intuição de genio resumiu na palavra « Conciliação »: a harmonia completa dos lutadores, ultimando-se inteiramente a admiravel evolução monarchica no equilibrio dos partidos.

« O Imperio constitucional attingira, de facto, o termo de suas transformações; e, de accôrdo com a propria lei evolutiva que o constituiria, iria desintegrar-se, submettendo-se, por sua vez, ao meio, que até então dominara, e aos excessos de movimentos que êste adquirira.

« Ora, esta dissolução é tão demonstravel, que até teve, e era necessario que o tivesse, o seu primeiro symptoma no primeiro retratar com a fidelidade de um decalque os estadios anteriores. Assim, a Liga de 1862, surgindo do excesso do movimento do meio, nas eleições de 1860, e logo depois della o schisma dos progressistas e historicos, deante dos conservadores transformados, reproduziram, successivamente, e numa ordem inversa, os tumultos desordenados dos primeiros dias das lutas da liberdade e a triplice physionomia politica da Regencia . . .

« Mas a nova concentração de fôrças e o novo equilibrio já não se poderia fazer em tórno do regimen imperial. Os seus mais eminentes sustentaculos justapor-se-iam, sem o pensarem e sem o quererem, á nova directriz dos acontecimentos — destacando-se, como expressivo exemplo, o proprio Ministerio Rio-Branco, tão accentuadamente demolidor e reconstructor, ao mesmo passo que com as suas medidas administrativas memoraveis derivara para o campo das agitações politicas as energias renascentes da sociedade. Depois delle — a attitude curiosissima do partido liberal em todo o periodo que vae de 1878 a 1886 — de Cansansão de Sinimbú ao ultimo Ministerio do Conselheiro Saraiva — já agitando este-rilmente, como reforma unica, a pseudo-reforma liberal da eleição directa e censitaria, já estonteando a opinião com os seus varios governos incoherentes sustentados antilogicamente com o amparo do elemento conservador, e caíndo todos batidos por violentas moções de desconfiança dos proprios liberaes — seria bastante incisiva no delatar o artificialismo

de um regimen theoreticamente extincto e implicativo das novas aspirações sociaes...

« Como facto predominante dessa politica artificial, espelhada no invariavel contraste entre os velhos principios que a alentavam e a situação verdadeira do país, o historiador futuro commentará, sorrindo, a abdicação graciosa e bellissima de 13 de Maio de 1888, em que o ministerio conservador do Conselheiro João Alfredo cortou as ultimas amarras do Imperio, abandonando-o na caudal irresistivel das idéas republicanas... »

Defrontámos, como se vê, um espirito facetado, que se não deixa apprehender de um só golpe de vista.

Mais dois traços característicos da sua forte individualidade e cerremos êste capitulo.

IV

Nos ensaios, de que nos temos occupado, Euclydes da Cunha apparece-nos sempre como um pensador excepcional e um homem de sciencia, observando e experimentando, induzindo e deduzindo, adstricto rigorosamente aos processos serenos de investigação, sem outra preocupação que a da verdade.

Um dos capitulos do presente volume revela-nos, em toda a sua plenitude, a alma do artista. São dez paginas de maravilhosa concepção sob o titulo *Judas-Ashverus*, nas quaes Euclydes da Cunha narra singelamente a maneira pela qual os seringueiros no Alto Acre festejam o sabbado da alleluia.

Nesse dia, aguardado com ansia, pois cortam a inaturavel monotonia da sua existencia asperrima, os seringueiros não dispensam o tradicional monstro

de palha, com o qual se desforram dos seus dias de tristeza e de desolação. Convictos de que a humanidade os esqueceu para sempre naquellas paragens remotas e desfrequentadas, aproveitam o emissario sinistro que a Igreja lhes manda e commettem-lhe a missão de apregoar, mudamente, pelo mundo em fora, o seu infortunio, o seu exaspero e o seu aniquilamento.

Empregam requintes de arte na fabricação do monstro: a figura classica, disforme e graciosa, feita de palha e pannos velhos, com uma bola á maneira de cabeça, capaz de contentar a toda gente, não basta ao seringueiro. E', apenas, o bloco, bruto, donde o artista vae fazer sair a concepção deslumbrante. Trabalha cuidadosamente, cercado dos filhos, sôbre o manequim achamboado, como um esculptor incontentavel a gravar na pedra os traços impereciveis da obra que vae torná-lo immortal.

«... E principia, ás voltas com a figura disforme; salienta-lhe e affeiçoa-lhe o nariz; reprofunda-lhe as orbitas; esbate-lhe a fronte; accentua-lhe os zigomas e aguça-lhe o queixo numa massagem cuidadosa e lenta; pinta-lhe as sobrancelhas, e abre-lhe, com dois riscos demorados, pacientemente, os olhos, em geral tristes e cheios de um olhar mysterioso; desenha-lhe a boca, sombreada de um bigode ralo, de guias decaídas aos cantos. Veste-lhe, depois, umas calças e uma camisa de algodão, ainda serviveis; calça-lhe uma botas velhas, cambadas...

«Recúa meia duzia de passos. Contempla-a durante alguns minutos. Estuda-a.

« Em tórno, a filharada, silenciosa agora, queda-se expectante, assistindo ao desdobrar da concepção, que a maravilha.

« Volve ao seu homunculo, retoca-lhe uma palpebra; aviva um rictus expressivo na arqueadura do labio; sombreia-lhe um pouco mais o rosto, cavando-o; ajeita-lhe melhor a cabeça; arqueia-lhe os braços; repuxa e rectifica-lhe as vestes.

« Novo recúo, compassado, lento, remirando-o, para apanhar de um lance, numa vista de conjuncto, a impressão exacta, a synthese de todas aquellas linhas, e renovar a faina com uma pertinacia e uma tortura de artista incontentavel. Novos retoques, mais delicados, mais cuidadosos, mais serios; um tenuissimo esbatido de sombra, um traço quasi imperceptivel na boca refegada, uma torsão insignificante no pescoço engravatado de trapos. . .

« È o monstro, lento e lento, num transfigurar-se insensivel, vae se tornando em homem. Pelo menos a illusão é empolgante.

« Repentinamente, o bronco estatuario tem um gesto mais commovedor do que o *parla!* ansiosissimo de Miguel Angelo: arranca o seu proprio sombreiro, atira-o á cabeça do Judas; e os filhinhos todos recuam, num grito, vendo retratar-se na figura desengonçada e sinistra o vulto de seu proprio pae. . . È' um doloroso triumpho. . . O sertanejo esculpiu o maldito á sua imagem. . . »

Um pintor não representaria com tanta vida, com tamanha vibração a scena que acaba de ser descripta. O contórno palpitante reflecte-se, maravilhosamente, no cerebro mais bronco.

O seringueiro, esculpindo a imagem da sua desdita, vae attribuir-lhe um destino singular. Não lhe basta que o monstro se quede inutilmente, empalado no terreiro, ás vistas dos filhos e dos amigos, afastado da humanidade longinqua. E' necessario mandá-lo pela terra afora, apregoando, mudamente, a miseria e a agonia dos que ficam. Uma jangada conduzirá o viajante phantastico. E o rio, que se estira á porta, no eterno rolar das suas aguas, se incumbem de transportá-lo para longe.

E ei-lo, o grotesco manequim, depois de solidamente especado á pôpa da fragil embarcação, descendo melancolicamente o rio, em longa marcha rectilinea ou contorneando a arqueadura de uma praia suave, saudado á passagem dos barracões por descargas repetidas de rifles, attrahindo pragas e maldições das mulheres que o vêem passar, silencioso, acordando os amphibios corpulentos que sesteam á flor das aguas, retransindo de medo as creancinhas, afugentando os passaros, que se recolhem, cautamente, ao recesso protector das densas frondes verdejantes.

E o Judas, um Ashverus de nova especie, entre gritos, convicios e remoques, insensivel ás balas que lhe esfusiam em tôrno zimbrando as aguas, lascando o lenho boiante que o conduz, algumas vezes curvado, em mesuras grotescas, como se agradecesse o alarido e a tempestade de rancores de tantos que o malquerem, vae continuando a sua descida melancolica...

«E vae descendo, descendo... Por fim, não segue mais isolado. Alliam-se-lhe na estrada dolo-

rosa outros socios de infortunio, outros aleijões apavorantes sôbre as mesmas jangadas diminutas, entregues ao acaso das correntes, surgindo de todos os lados, varios no aspecto e nos gestos, ora muito rijos, amarrados aos postes que os sustentam; ora em desengonços, desequilibrando-se aos menores balanços, atrapalhadamente, como ebrios; ou fatidicos, braços alçados, ameaçadores, amaldiçoando; outros, humildimos, acurvados num acabrunhamento profundo; e, por vezes, mais deploraveis, os que se divisam á ponta de uma corda, amarrada no extremo do mastro esguio e recurvo, a balouçarem, enforcados. . .

« Passam todos aos pares, ou em filas, descendo, descendo, vagarosamente. . .

« A's vezes o rio alarga-se num immenso circulo; remansa-se; a sua corrente torce-se e vae em gyros muito lentos perlongando as margens, traçando a espiral amplissima de um redemoinho imperceptivel e traiçoeiro. Os phantasmas vagabundos penetram nestes amplos recintos de aguas mortas, rebalsadas; e estacam, por momentos. Ajuntam-se. Rodeiam-se em lentas e silenciosas revistas. Misturam-se. Cruzam-se, então, pela primeira vez, os olhares immoveis e falsos de seus olhos fingidos; e barallham-se-lhes numa agitação revôlta os gestos paralyzados e as estaturas rigidas. Ha a illusão de um estupendo tumulto sem ruidos e de um estranho conciliabulo, agitadissimo, travando-se em segredos, num abafamento de vozes inaudiveis.

« Depois, a pouco e pouco, debandam. Afastam-se; dispersam-se. E acompanhando a correnteza, que se rectifica na ultima espira dos remansos — lá

se vão, em filas, um a um, vagarosamente, processionalmente, rio abaixo, descendo... »

Em lingua portuguesa poucas paginas avultam mais commovedoras, mais perfectas e mais empolgantes. Cada uma das scenas que o escriptor restaura, grava-se-nos no cerebro, indelevelmente, numa imprimadura recortante de agua-forte. Sente-se a palpitação da vida, o estuar das arterias, o martelar do coração dêsses manequins sinistros, feitos de palha e molambos, mensageiros mudos dos seringueiros distantes. E, depois, o pensamento, como que impellido por uma sympathia incoercivel, se transporta para aquellas paragens desfrequentadas, onde habita a tristeza, á borda do rio solitario « que no proprio volver das suas aguas é o primeiro a fugir eternamente áquelles tristes e despovoados rincões ». E tão de perto sentimos a sua dôr cruciante, associamo-nos ás suas desditas e participamos do seu aniquilamento, tão sympathicos e dignos de compaixão se nos figuram aquelles rudes patricios perdidos e ignorados dentro do seu exaspero e do seu infortunio, que não podemos deixar de bemquerer ao escriptor que no-los mostra, em toda a sua nudez. E dentro de nossas almas acorda o desejo de minorar a agonia daquelles homens que, pouco e pouco, anonymamente, com uma tenacidade inquebrantavel, vão construindo uma patria nova, terra de promissão, onde se acolhem todos os opprimidos e espoliados que não deseperaram de vencer na vida.

Se outros titulos não recommendassem o ultimo livro de Euclides da Cunha, êste bastaria para fa-

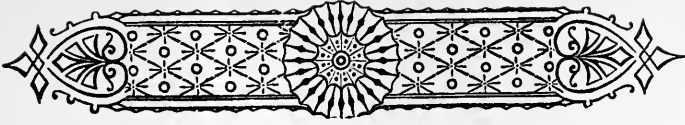
zê-lo querido de todos os que acreditam nos grandes destinos do Brasil.

Infelizmente, aquellas paginas profundas e commovedoras ficaram fechadas, pela indiferença, ao grande publico. È o livro que as contém só mereceu do país, que Euclides da Cunha tanto nobilitou com o seu talento, as referencias polidas e communs que se prodigalizam aos mediocres, aos nullos e aos encolhidos.

(Petropolis, Abril, 1910.)

PAUL GROUSSAC

Um capítulo da historia diplomatica argentina



PAUL GROUSSAC

**Um capitulo da historia diplomatica
argentina**

I

Não creio que o nome de Paul Groussac viva na intimidade espiritual dos nossos eruditos de profissão, nem que os seus variados trabalhos criticos e historicos figurem com assiduidade e proveito nas estantes dos letrados americanos ou nos mostruarios das nossas livrarias.

Paul Groussac é um francês de origem, que escreve o espanhol com a pureza e vernaculidade de

um classico. Dirige actualmente a Bibliotheca Nacional de Buenos Aires. As paginas de critica historica, com que tem opulentado os *Annacs* dêsse estabelecimento e as monographias consagradas á historia da Republica Argentina, avultam entre as mais valiosas no mofino e escasso patrimonio intellectual sul-americano.

Se o volume de um autor pode fornecer a medida justa ou approximada da sua capacidade, tanto quanto uma só gota nos autoriza a declarar salgada toda a agua do oceano, não hesitamos em considerar o presente livro de Paul Groussac como o expoente das suas faculdades de critico e de historiador (1).

O thema, o litigio anglo-argentino sôbre a propriedade das ilhas Malvinas ou Falkland, não apresenta o aspecto truculento de todos os complicados problemas historicos, e o livro, que se acreditaria ericado de textos durissimos, escorre suavemente, sem que a exposição minuciosa da pendencia, com todo o seu vasto e necessario cortejo de argumentos politicos, historicos, juridicos e geographicos, perturbe, de leve, a visão clara do facto, em suas grandes linhas, e das conclusões esmagantes que se desatam, naturalmente, do conjuncto de provas exhibidas.

Todas as qualidades do espirito de Groussac reaesem nesse seu livro: o zêlo da exactidão historica, o escrupulo na utilização dos documentos, a seriedade na analyse critica dos factos submettidos ao seu

(1) Paul Groussac. Directeur de la Bibliothèque Nationale de Buenos Aires. *Les Iles Malouines. Nouvel exposé d'un vieux litige, avec une carte de l'archipel.* Buenos Aires. Imprimerie Coni Frères, Éditeurs — 1910.

exame, e, de outro lado, o amor innato á elegancia do dizer, á belleza da expressão, á nobreza da phrase, serena e concisa, como o pensamento que ella reveste.

Paul Groussac é antes de tudo um sincero.

Não lhe constringe a independencia do juizo o character das funcções que exerce. A sua publicação é official somente « au point de vue de la subvention que lui alloue le Gouvernement Argentin ».

Era ociosa a chamada.

Os diplomatas e publicistas argentinos, que apparecem avergoados com as suas valentes cipoadas, delatam, com mais eloquencia, a liberdade conferida ao implacavel julgador. Daí o duro tom de objurgatoria no verberar a leviandade de escriptores sem escrupulo, a ignorancia proterva e presumptuosa, a impenitente rabularia, « cette procédure avocassière, qui consiste à faire flèche de tout bois », o atrevido desgarre no proclamarem, com entonos de saber, a realidade de factos inverificados ou discutidos, estragando as boas causas, inscientes de que « toute atteinte partielle à la vérité rejaillit sur le corps entier de l'écrit qu'elle compromet et discrédite ». E assim avança Groussac, inexoravelmente, acalcanhando esses indigentes redactores de *memoranda*, « excellents avocats, peut-être — mais si peu historiens! » esculpindo, ao mesmo passo, o perfil curioso e burlesco de « ces Tartarins de souche espagnole, pour qui les mots ne sont rien et les faits peu de chose ».

Depois, um imparcial.

Groussac não se arregimenta entre aquellas historiadores que, segundo a expressão de Ranke, « accusam ou defendem ». O seu livro em cousa

alguma se assemelha a uma defesa, ou á condemnação preconcebida das pretensões da Grã-Bretanha, nem recorda as razões de um advogado, que vae demonstrar com convicção a justiça de um principio, de cuja falsidade está convencido de antemão. E' antes a analyse severa de um ponto de historia, á luz de varios documentos ineditos, de que Groussac vae deduzindo, tranquillamente, os pontos fracos da argumentação argentina e desmascarando as linhas de menor resistencia dos allegados britannicos. Porque não é elle quem fala: são os factos que, por si mesmos, proclamam os direitos positivos e imprescriptiveis da Republica Argentina.

As conclusões derivam das provas sem a intervenção do autor, que não tem a preocupação de ser justo, mas simplesmente de se mostrar exacto. « Por minha parte, declara Groussac, estudei o caso das Malvinas, em si, como um simples ponto de historia, segundo os meus processos habituaes. O exame reflectido dos documentos e dos actos historicos conduziu-me á convicção de que a Republica Argentina, na qualidade de herdeira da Espanha, tem sôbre as ilhas disputadas os mesmos direitos que sôbre a Patagonia, e decorrentes das mesmas fontes. Espero que o leitor concluirá do mesmo modo. Em todo o caso, notará immediatamente, pela maneira com que trato os erros ou os sophismas da *evidencia* argentina, que não tem sob os olhos razões de um advogado. »

Se a estas qualidades, que tornam tão seductor o livro de Groussac, accrescentarmos a lucidez da sua visão panoramica dos acontecimentos e essa mys-

teriosa intuição da verdade, sem a qual o mais habil investigador jamais passará de um impotente analysta de desvãos historicos, temos quasi completa a sua figura de historiador, tão diversa da dèsses enfadonhos e coscovilheiros escribas de compactos volumes, illegiveis, hostis, que só concorrem, inconscientemente, fatalmente, para que a desconhecida historia do seu país continue a ser cada vez mais vastamente ignorada... Aí está, por exemplo, o diffuso e grave chileno J. Turibio de Medina, — dilligente formiga a armazenar inesgotavelmente um celleiro interminavel, — de cujo engenho historico, entretanto, alguns eruditos nossos falam com respeito e admiração devota...

Com Paul Groussac, felizmente, o caso é differente. E' um historiador folheado de todos os predicados de um artista. O que mais encanta e fascina no seu livro não são as sabias citações bem arregimentadas, não são as paginas crespas de erudição, nem os textos veneraveis alumiados com a sua critica, nem os copiosos documentos interpretados com os seus escrupulosos processos historicos, mas o bom gôsto da narrativa, a sobriedade de tons, a delicadeza da forma, toda uma série de qualidades de distincção e harmonia e ordem não communs em livros desta natureza. Sem embargo do convivio diuturno com os vetustos textos, tresandando o bafio angulhento dos archivos, o estylo conserva-se sempre puro, de uma incomparavel lucidez, revelando o escriptor cheio de solicitude pela sua lingua. A phrase, de um recorte mordente, não raro se adelgaça, esculpindo um perfil ou desenhando uma situação, e os traços inesperados,

que descobre para caracterizar um personagem, floream a sua narrativa, emprestando-lhe um ar de leveza e graça, que surpreendem e delicias na exposição severa de um dissídio internacional.

E' de ver a indignação de Groussac ante o estylo môrno e insexual das peças diplomaticas, como o seu mau humor se expande em invectivas ante o francês « gauche et traduit qui semble le thème d'un élève étranger », até se abrandar com a certeza consoladora de que a lingua francesa, perigosamente fascinante para os estrangeiros, « est la coquette Célimène, qui sourit à chacun, semble se promettre à tous, et que personne — né hors du doux pays — n'a jamais possédé ».

Mas deixemos o autor e voltemos ao seu livro, afim de verificar se as ilhas Malvinas ou Falkland, de que a Inglaterra se apoderou por um golpe de fôrça em 2 de Janeiro de 1833, pertencem realmente á Republica Argentina.

II

A Republica Argentina e a Grã-Bretanha reclamam a propriedade das ilhas Malvinas e ambas invocam simultaneamente direitos decorrentes da prioridade do descobrimento.

Historiadores e publicistas argentinos como Manuel Moreno e Calvo citam imperturbavelmente os nomes de Americo Vespuccio e de Magalhães, aos quaes conferem as honras do descobrimento, enquanto, por outro lado, os ingleses não se cansam de reivindicar essa gloria para dois navegantes do seus país: John Davis e John Hawkins.

Quanto a Vespuccio, é inexacto que tenha descoberto as Malvinas no curso da sua terceira viagem. Os resultados do exame critico das duas unicas cartas existentes sôbre essa viagem, escriptas por Vespuccio

a dois personagens do tempo, numa das quaes se allude a uma longa terra « aspera e inculta, costeada num percurso de vinte leguas », e, do mesmo modo, á ausencia completa de vestigio das formalidades que então precediam as expedições de descobrimento, revelam o character problematico dessa viagem e tornam suspeita a sua authenticidade, tanto mais quanto eruditos portuguezes não acreditam na sua possibilidade « pela ausencia absoluta do nome de Vespuccio e mesmo de qualquer allusão ás ditas viagens nas innumeradas peças da Torre do Tombo e outros archivos examinados por elles ». E Groussac assevera que, mesmo identificando-se com as ilhas Malvinas as terras entrevistas por Vespuccio, esta descoberta não constituiria um titulo em favor da Espanha, porquanto se sabe que a terceira viagem devera ter sido feita por conta do Rei de Portugal.

Os titulos invocados em favor de Magalhães não são menos frageis. Em todas as relações authenticas sobre a grande viagem de Magalhães, desde as *Notizie del Mondo Nuovo*, de Pigafetta, e o *Roteiro*, de Battista Genovese, até aos testemunhos oculares da expedição, comprehendido o livro de bordo, onde o contramestre Francisco Albo assignalava, dia a dia, o longo itinerario da frota espanhola, em todas estas relações não se rastreia a menor referencia ao descobrimento, « mesmo fortuito », das ilhas Malvinas e, segundo observa com justeza Groussac, « é inutil acrescentar que o silencio dos pilotos constituiria uma prova quasi sufficiente contra a realidade da descoberta. No curso dessa memoravel e dramatica viagem em redor do mundo, durante a qual centenas de ilhas

foram reconhecidas, não ha menção de um grupo entrevisto de passagem que não seja assinalado no livro de bordo, com o nome que lhe foi imposto por Magalhães ou seus successores ».

Eliminados da discussão os titulos de Vespuccio e Magalhães, por imaginarios e em contradicção com a realidade dos factos, resta somente admirar a autoridade e segurança com que historiadores argentinos, inspirando-se uns nos outros, affirmam ser « um facto incontestavel » e « innegavel » o descobrimento das ilhas Malvinas por navegantes ao serviço do Rei da Espanha.

Tambem a Inglaterra procurou attribuir-se a propriedade do descobrimento, invocando titulos em favor de John Davis e John Hawkins, tão *incontestaveis* quanto os da Republica Argentina.

As circumstancias suspeitas de que está revestida a narrativa das viagens de Davis tiram-lhe toda a autoridade e nada nos autoriza a affirmar que as terras que elle diz ter entrevisto, por entre as brumas, sejam realmente as ilhas Malvinas. Grousac pôde verificar que John Jane, o chronista das viagens de Davis, não o acompanhava nessa viagem aos mares do sul. Tudo leva a crer que Jane escreveu posteriormente a sua chronica sob o dictado de Davis e que as terras vagamente divisadas por entre o nevoeiro são « aquellas Papys imaginarias que o sabio Halley, segundo o seu proprio descobridor, situava em 47° de latitude, em frente de Puerto Deseado — as mesmas que as cartas do tempo desenharam e descreveram com as suas angras e as suas montanhas e cuja existencia irreal foi tão du-

ravel que o excellente Angelis, em 1830, esforçava ainda por prolongá-la, com documentos e cartas em apoio ».

Com menos razão pode-se attribuir a John Hawkins a gloria do descobrimento das Malvinas, ou, segundo as suas expressões, das « terras de que nenhuma carta fazia menção ». As pretensões de Hawkins foram reduzidas ás suas devidas proporções pelos proprios patricios. Já ha cem annos, a narrativa de Hawkins, em grande parte transcripta no livro de Groussac, era suspeita a Burney. E a Sociedade de Geographia de Londres, depois de encarregar o commandante Chambers do estudo da questão, não hesitou em rejeitar as affirmações de Hawkins, no tocante ao descobrimento das Malvinas. Contradições sôbre as latitudes, falsas apreciações materiaes na affirmação de factos exteriores impossiveis, como, por exemplo, a referencia a habitantes, a fogueiras numerosas accesas na costa descoberta, tornam na realidade suspeitissimo o testemunho do navegador inglês. Burney e Chambers, e, com elles, a Real Sociedade de Geographia de Londres, revelaram todos os absurdos contidos na narração das viagens de Hawkins, emquanto Groussac os confirma e desvenda « as heresias de orientação que se referem ás Falkland e fazem da passagem traduzida, que nos dizem redigida por um *complete seaman*, o mais inextricavel novello de absurdos e inepcias. Depois de tudo isto, é superfluo acrescentar que os dois excellentes piratas não possuiam, absolutamente, cartas patentes, emanadas do soberano, para se poderem entregar a descobrimentos ».

As conscienciosas investigações de Paul Groussac desatam todas as duvidas. A descoberta das ilhas Malvinas é devida ao navegador Sebald de Weert que, desgarrado da mallograda expedição hollandesá de Mahu e Cordes aos mares do sul, avistou, da vigia do seu navio *Geloof*, a 24 de Janeiro de 1600, as referidas ilhas, a que deu o seu nome, conservado até aos fins do seculo XVIII. O descobridor hollandês não pôde desembarcar e visitar as terras descobertas, por ter perdido o seu derradeiro escaler no estreito de Magalhães, que acabava de atravessar. « Como quer que seja, commenta Groussac, no caso presente não se tratava de descobertas mais ou menos problematicas, de ilhas indicadas ao acaso de algum rumor e, como por provisão, deixando aos successores o cuidado de determiná-las, se alguma vaga coincidência as fazia apparecer realmente: mas de terras reconhecidas e fixadas pelas duas unicas coordenadas então applicaveis (distancia do continente e latitude) é de que só um inconveniente material impediu a tomada de posse effectiva. »

A partir desta época, começam as ilhas Malvinas a figurar nos mappas com o nome do seu descobridor hollandês. Ilhas de Sebald de Weert, algumas vezes Sebaldes, Sebaldinas; e, em 1616, dezeseis annos depois da descoberta, os expedicionarios hollandeses Jacob Lemaire e Wilhelm Schouten, por occasião da sua celebre viagem ás regiões austraes, as reconheceram, assignalando-as no seu roteiro de viagem e fixando-lhes a posição.

Fica deste modo eliminada do debate a pretenza prioridade das descobertas espanholas e in-

glesas e por consequencia inutilizados os titulos espanhoes (hoje argentinos) e os titulos britannicos.

Ao viajante hollandês Sebald de Weert cabe a honra de ter effectivamente descoberto as ilhas Malvinas, em 1600.

Vejamos o que se passou daí por diante.

III

1600. Decorre quasi um seculo. Em 1690, um corsario inglês, John Strong, commissionado pelo Almirantado, descobriu e atravessou o canal que separa as duas ilhas principaes do archipelago, dando-lhe o nome de Falkland, que os ingleses estenderam a uma das ilhas e depois a todo o grupo.

Chega-se ao seculo XVIII, e é tudo quanto se sabe sôbre as ilhas Malvinas: o descobrimento de três ilhas do archipelago em 1600 pelo hollandês Sebald de Weert, confirmado em 1615 pela expedição de Lemaire e Schouten, e a travessia do canal que separa as duas ilhas principaes, pelo capitão inglês Strong, em commissão regular do Almirantado britannico, em 1690.

A partir de então, as ilhas Malvinas começam a ser visitadas com mais assiduidade. As viagens de Beauchesne-Gouin (1701) e Noël Danycan (1703), de que resultou o descobrimento de mais duas ilhas do grupo, que conservam ainda hoje o nome dos seus descobridores, as varias expedições de Saint-Malo, sem falar na de Woodes Rogers, tornam pouco e pouco mais conhecido o archipelago malvino, até ao apparecimento da carta de Frézier « que representa o primeiro trabalho scientifico referente ao nosso archipelago... O autor muito bem informado, nota Groussac, não só enumera as descobertas parciaes e successivas com as rotas dos descobridores que desenham o contôrno fragmentario do grupo, mas as sitúa correctamente e fornece mesmo coordenadas approximativas muito notaveis para a época ».

Emquanto a Companhia do Mar do Sul, constituida em 1698, favorecia essas expedições commerciaes, as ilhas eram frequentemente visitadas por navios franceses, ingleses, hollandeses e espanhoes. Mas a preponderancia do poder maritimo da Inglaterra, por um lado, e a constituição da Companhia das Indias, lançada em 1719 pelo financeiro Law, monopolizando o contrabando, feriram mortalmente o commercio francês nos mares do sul e « c'est à peine si après 1725 et jusqu'à Bougainville, il est fait mention de cinq ou six voyages à la mer du Sud, par des navires de Saint-Malo ».

Até essa época, nenhum dos países, cujos navios frequentavam as ilhas Malvinas, se lembrara de reclamar a sua propriedade: nem a Hollanda, nem a França, nem a Inglaterra, nem a Espanha.

Em 1748, desmascararam-se, pela primeira vez, as intenções da Grã-Bretanha, no tocante ás ilhas Malvinas. O *comodoro* Anson que, por occasião da guerra entre a Espanha e a Inglaterra, em 1739, fôra mandado aos mares do sul e voltara á Inglaterra, depois de ter perdido a sua expedição, fez sentir ao Almirantado Inglês a necessidade de estanciarem os navios destinados a dobrar o cabo de Horn num porto da costa meridional da America e suggeriu a conveniencia de serem devidamente exploradas, para esse fim, as ilhas Falkland. O Govêrno Inglês não tardou em acquiescer aos desejos do *comodoro* Anson. E, em 1748, já preparava uma expedição destinada a realizar a exploração recommendada por Anson, que seria levada a bom termo, se não encontrasse os protestos do embaixador espanhol em Londres e as considerações do Ministro Carvajal y Lancaster ao Embaixador Britannico, Keene, em Madrid, que conseguiram dissuadir a Inglaterra dêsse acto attentatorio dos direitos da soberania, que a Espanha declarava exercer sôbre as mencionadas ilhas.

Vinte annos passam sôbre o mallôgro desta primeira tentativa inglesa, e, nestes vinte annos, não se mencionam expedições ás ilhas Malvinas. Mas a Inglaterra não desfita o archipelago. Deante dos protestos da Espanha, prefere aguardar com paciencia outro ensejo mais favoravel para cair com segurança sôbre a presa cubiçada.

E elle não tarda, como se verá.

Em 1763, entra em scena Bougainville e imprime á historia das Malvinas uma feição nova. Este heroico francês, de alma aventureosa e vida atumultuada

de incidentes, removido successivamente da diplomacia para o Exercito, para a Marinha, transitando pelas sciencias até deter a sua carreira feito senador e conde sob Napoleão, empreheceu a colonização das ilhas Malvinas, que reconheceu e visitou numa das suas viagens aos mares do sul e de que tomou posse, solennemente, em 1764, em nome do Rei de França. O estabelecimento foi installado, provido de uma administração regular, organizado em colonia agricola e industrial, sob a administração do commandante Nerville.

Informado da fundação dêsse estabelecimento colonial, o Govêrno Espanhol não tardou em protestar junto ao Rei de França pelo intermedio do seu embaixador em Paris. O proprio Bougainville foi encarregado de se entender pessoalmente em Madrid, sôbre o assumpto. O Govêrno Espanhol mostrou-se firme na defesa dos seus direitos de propriedade sôbre as ilhas, mas, reconhecendo que Bougainville dependera capitaes na installação do estabelecimento colonial e na sua organização administrativa, concordou numa pequena indemnização ao Govêrno da França, que, pêlo seu lado, se obrigava a entregar a colonia ás autoridades espanholas, com as formalidades ordinarias.

Que titulos allegou então o Govêrno Espanhol para demonstrar os seus direitos de soberania sôbre as ilhas Malvinas? Que razões levaram a França a abrir mão da colonia em favor da Espanha? « Esta reclamação, segundo explica Groussac, não se fundava em titulos ordinarios reconhecidos pêlo direito das gentes; ella não invocava nem a prioridade do

descobrimto, nem a tomada de posse, nem a occupação ficticia ou effectiva — por esta razão pe-remptoria de que todas estas formas de aquisição só dizem respeito a um *territorium nullius*, isto é, susceptivel de occupação. Ora, o Govêrno Espanhol considerava o archipelago das Malvinas como uma dependencia dos seus dominios continentaes, collocada em condições identicas ás da Terra dos Estados ou das ilhas de Juan Fernández e, por consequencia, pertencendo-lhe pêlas mesmas razões que Puerto Deseado ou qualquer outro ponto da costa. »

A Inglaterra, contrariada em 1848, tramava e agia em silencio. Em 1764, o *comodoro* Byron, sob o pretexto de uma viagem ás Indias Orientaes, foi mandado clandestinamente para os mares austraes e a 23 de Janeiro de 1765, isto é, dois annos depois da fundação da colonia de Bougainville, aportou na costa oriental de uma das ilhas do grupo malvino, conhecida depois pêlo nome de Saunders, arvorou o pavilhão britannico, tomou posse de todas as ilhas vizinhas, em nome de Sua Majestade Britannica, Jorge III, e procedeu em seguida ao reconhecimento de diversos pontos dos seus pretendidos dominios. Sem embargo da occupação francesa de Bougainville, cujo estabelecimento não era totalmente desconhecido aos ingleses, a guarnição installou-se definitivamente em Port-Egmont, na pequena ilha a que aportaram. Em 1765, o Govêrno Britannico, bem impressionado com o relatorio organizado por Byron, enviou para as Malvinas o capitão Macbride, que deu o nome de Saunders á ilha que abrigava a guarnição inglesa e se demorou o tempo necessario para fazer obser-

vações meteorológicas, levantamentos das costas e até para travar relações com o Commandante Ner-ville, director da Colonia Francesa.

A occupação inglesa determinava uma situação curiosa: a França, por intermedio de Bougainville e a sua colonia agricola industrial, e a Inglaterra, por intermedio de Byron e a sua guarnição militar, occupavam dois pontos das ilhas Malvinas, que um viajante hollandês descobrira e que a Espanha reclamava como uma dependencia geographica e parte integrante do seu dominio colonial na America do Sul.

Vimos como a França, lealmente, reconheceu a justiça e a procedencia da reclamação de Espanha, entregando a ilha occupada pêlo seu estabelecimento, mediante uma indemnização equitativa para os particulares prejudicados.

E a Inglaterra, que contramandara a expedição de 1848 pelos protestos de Espanha, como iria proceder no lance? Como justificar agora uma situação cuja illegitimidade ella reconhecera em 1848?

Vejamos em resumo.

O Govêrno Espanhol, profundamente irritado com o procedimento capcioso da Grã-Bretanha, tão em contraste com a lisura da França, procurou com prudencia resolver a situação, cuja clandestinidade já em 1766 o Conde de Aranda denunciava. Nos annos seguintes endereçaram-se ordens e reiteraram-se instrucções ao Governador de Buenos Aires, D. Francisco Bucarelli, no sentido de vigiar de perto o estabelecimento inglês. Depois de um reconhecimento mandado proceder pelo Governador, do qual resultou

serem os enviados espanhoes recebidos insolentemente pela guarnição britannica, uma expedição composta de cinco fragatas e perto de 1.500 homens, sob as ordens do commandante Madariaga, dirigiu-se a Port-Egmont e intimou os ingleses a abandonar o estabelecimento, fundado em terras pertencentes ao Rei de Espanha, sem a sua autorização e reconhecimento. « As condições, ajunta Groussac, eram as mais moderadas possiveis. Entregue o *blockhaus*, as tropas deviam embarcar com armas e bagagens, ao som de tambores e com as bandeiras desfraldadas, na fragata *Favourite*, que as transportaria para fora dos dominios de Sua Majestade Catholica. »

O Govêrno Inglês mostrou-se de tal modo contrariado com o procedimento do Governador de Buenos Aires e com certas minucias na execução das ordens expedidas para a evacuação de Port-Egmont, que se receou uma guerra entre os dois países. Por fim, exigia somente uma reparação á offensa ao pavilhão inglês. Depois de uma serie de negociações diplomaticas, em que a Inglaterra persistia na restituição de Port-Egmont e na desapprovação categorica dos actos do Governador Bucarelli, e a Espanha se obstinava na recusa, o Principe de Masserano assignou em Londres, a 22 de Janeiro de 1771, uma *Declaração*, que punha termo ao conflicto e na qual se estipulava que « o compromisso de Sua Majestade Catholica de restituir á Sua Majestade Britannica a posse do forte e porto, chamados Egmont, não pode nem deve de modo algum affectar a questão de direito anterior de soberania das ilhas Malvinas, tambem chamadas Falkland ». Esta declaração, que res-

guardava os direitos de soberania da Espanha, foi aceita pela Inglaterra, não obstante a clamorosa opposição levantada no Parlamento, e todas as suas clausulas fielmente cumpridas. Os ingleses reinstalaram-se em Port-Egmont a 13 de Setembro de 1771, estabelecendo-se esse « extravagante condominio, segundo o qual os primeiros (os Espanhoes) ficavam tacitamente senhores do archipelago com a condição unica de deixar aos segundos (os Ingleses) a posse tranquilla do seu estabelecimento em Saunders ». Esta situação curiosa não podia durar muito tempo. Justamente dois annos e oito meses depois da reocupação inglesa, o Govêrno Britannico expediu ordens para a evacuação de Port-Egmont. A 22 de Maio de 1774 a guarnição militar, a bordo do *Endeavour*, voltava para a Grã-Bretanha, desanimada, mas não resolvida a largar de vez « le lambeau d'empire colonial que l'Espagne vieillie et épuisée avait pourtant su retenir ».

Afastada a occupação franceza, afastada a occupação inglesa, os espanhoes continuaram a affirmar os seus direitos de propriedade, por actos publicos inequivocos, até que, com as lutas da Independencia e consequente constituição das Provincias Unidas do Rio da Prata, que marcam a queda do dominio colonial espanhol, esses direitos de Espanha passaram hereditariamente para a Republica Argentina.

IV

Sessenta annos depois que o *Endeavour* transportara para a Inglaterra os restos da guarnição de Port-Egmont, abandonando tranquillamente a propriedade alheia, sessenta annos, durante os quaes a Espanha e, depois, a Republica Argentina fizeram valer os seus direitos de propriedade, livre e ininterruptamente, o Govêrno Inglês, numa manhã, calmamente, sem ruido, a 3 de Janeiro de 1833, expulsou as autoridades argentinas constituídas em Puerto Soledad, fê-las embarcar a bordo da corveta *Sarandi*, endereçou-as a Buenos Aires e se apoderou desde então do archipelago das Malvinas, até aos nossos dias.

Até essa época, a Republica Argentina exercera, em toda a sua plenitude, os direitos decorrentes da propriedade. Mesmo durante as lutas da Indepen-

dencia, esse país, dilacerado com as convulsões internas, não abandonou inteiramente o archipelago. Pode-se acompanhar nos documentos officiaes a série de medidas que denunciavam o pleno uso e gôso de um direito indiscutivel: a nomeação de David Jewitt para commandante das Malvinas e a retomada de posse solenne, com as formalidades ordinarias, a administração de Vernet, a cujos esforços se deve a reorganização administrativa do archipelago.

O conflicto argentino-americano, durante a administração de Vernet, provocado pêla captura de três goletas americanas, que se entregavam illicitamente á pesca nas costas do archipelago, despertou a cubiça inglesa, adormecida durante mais de cinquenta annos. Não rememoraremos as varias phases dêsse incidente tão minuciosamente contado por Groussac, os desagradaveis episodios a que deu lugar, as figuras curiosas que revelou. Basta affirmar que, a partir de então, voltaram a preocupar a Grã-Bretanha os desejos de retomar as ilhas Malvinas. O estado de anarchia interna por que passava a Republica Argentina favorecia excepcionalmente qualquer golpe de fôrça. Informado do decreto de 10 de Junho de 1829, que reorganizava o territorio das Malvinas, o Encarregado de Negocios Britannicos em Buenos Aires, Woodbine Parish, lavrou um protesto, que parecia ter caído no esquecimento.

Mas, no dia 1 de Janeiro de 1833, a corveta inglesa *Clio*, sob o commando de Onslow, apresentava-se em Puerto Deseado, e o seu commandante fazia saber a D. José Maria Pinedo, commandante da *Sarandi*, então nas Malvinas (occupado na captura dos

assassinos do ultimo Governador Mestivier), que trazia ordens expressas do Govêrno Britannico para tomar posse das ilhas Malvinas e de arvorar o pavilhão inglês. No dia 2, Onslow fez essa communição por escripto e a 3 de Janeiro o commandante da *Clio* tomou posse solenne de Puerto Soledad, em nome de Sua Majestade Britannica, e fez embarcar as autoridades argentinas na *Sarandi*. « Em Buenos Aires, conta Groussac, a emoção foi profunda e duravel. No mesmo dia da chegada da *Sarandi*, 15 de Janeiro, o Ministro Maza denunciou a escandalosa usurpação ao Encarregado de Negocios Britannicos que, com a mão no coração, affirmou ignorar tudo, mas se declarou prompto a levar o caso ao conhecimento do seu Govêrno! Uma circular, datada de 23 de Janeiro, informava ás « Republicas americanas » do attentado commettido pela Inglaterra. Como era facil de prever, o appêllo á solidariedade continental foi acolhido por um vasto silencio, ridiculamente perturbado pêla indignação excepcional da Bolivia, que offerecia o seu apoio, especialmente precioso num conflicto maritimo... »

Que fazer no lance? Qual devia ser o procedimento da Republica Argentina, num momento doloroso da sua vida nacional, sem energias para dominar as agitações internas e sem autoridade moral para se fazer respeitar pêlo estrangeiro aggressor ?

Manoel Moreno, Ministro Argentino em Londres, transmittiu o protesto do seu Govêrno e, sete meses depois, Lord Palmerston condescendeu em justificar o procedimento da Inglaterra, exprimindo o desejo de que a Argentina se contentasse com as ra-

zões allegadas e cessasse de discutir os direitos de Sua Magestade Britannica sôbre as ilhas Malvinas.

Daí em deante, até aos nossos dias, o « Foreign Office », systematicamente, tem-se recusado a abrir discussão sôbre o assumpto. Todas as administrações, que se succederam ao periodo de reorganização nacional, têm protestado contra o esbulho iniquo. Em vão, Quirno Costa, em 1888, fazia dizer ao Encarregado de Negocios Britannicos que a recusa, por parte do Govêrno Inglês, de discutir os seus direitos ás ilhas Malvinas ou de submeter o litigio ao exame e decisão de um arbitro, não comprometteria absolutamente os titulos de Govêrno Argentino, « o qual mantém e manterá sempre seus direitos á soberania das ilhas Malvinas, de que foi privado pêla violencia e em plena paz ».

È assim tem procedido sempre a Republica Argentina e a sua attitude só pode merecer approvação e despertar sympathia . . . « depois de ter exposto seu bom direito, conclue Groussac, ella não pede que a Inglaterra o reconheça espontaneamente e expeça ordens immediatas ás suas autoridades para evacuar Stanley e as Malvinas . . . Espera simplesmente que o Govêrno Britannico reconheça — como o faria se a parte adversa fôsse a Alemanha ou os Estados Unidos — que, mesmo na hypothese de ter a Inglaterra todos os direitos que se attribue, nada lhe compete decidir; e que a questão das Malvinas não foi julgada inappellavelmente, por uma occupação á mão armada, que se procura justificar por allegações inexactas ou, pêlo menos, em contradicção com as da parte contraria.

« A Republica Argentina não pretende que a Inglaterra lhe dê ganho de causa; pede que o seu litigio seja julgado por juizes, recusando reconhecer essa qualidade em officiaes e funcionarios ingleses que lhe impuseram a lei brutal do mais forte. Sendo assim, ou prefira a Inglaterra recorrer ao arbitramento directo ou submetter o caso ao Tribunal Permanente de Haya, acreditamos que a Republica Argentina concordaria de antemão e se declararia satisfeita. A Inglaterra daria um nobre exemplo, digno das mais bellas paginas da sua historia. Ella é bastante poderosa para que a sua accessão seja attribuida á fraqueza e demasiado rica para que uma tal restituição — caso seja resolvida — se leve em conta no seu immenso imperio. Não ha rebaixamento no seguir a lei commum que prohibe a qualquer julgar sua propria causa. O demerito e o descredito consistiriam antes em adherir theoreticamente ás doutrinas de paz e de justiça arbitral proclamadas em face do mundo para renunciá-las na pratica e repudiar o processo do alto tribunal, de que se faz parte, do mesmo modo que se declina a sua jurisdicção. »

Essas nobres palavras reflectem a grandeza moral do espirito que as dictou e deviam ser longamente meditadas pelos Governos americanos. E a obra dêsse filho adoptivo da Republica Argentina, além de revelar de modo insophismavel os verdadeiros termos em que deve ser pôsto o litigio, desperta a sympathia de todos os povos pêla causa do direito e da justiça, acordando o sentimento de solidariedade americana. As nações dêste Continente, encantonadas nas suas fronteiras, constituem ainda hoje

um corpo social vinculado por frageis laços. Desunidas por discordancias ethnicas, isoladas por destinos sociaes divergentes, segregadas pêla distancia, que ainda não supplantam rapidos meios de communição, falta-lhes, ao mesmo tempo, uma certa concordancia de idéas e sentimentos, capazes de se synthetizarem numa comprehensão exacta dos destinos da sociedade internacional americana.

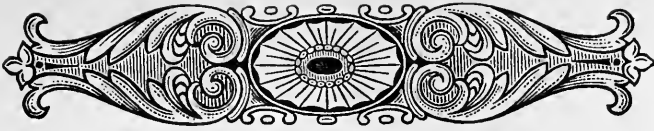
E' tempo de reagir contra essa indifferença desmoralizadora. As divergencias secundarias devem ceder o passo ás preoccupações superiores da autonomia e da integridade continental. E as questões tocantes ás condições fundamentaes da existencia de um povo americano não se devem debater e encerrar com o completo divorcio dos países que não sejam directa e immediatamente interessados. E' preciso que transponham as fronteiras e reperçutam fóra, acordando vozes conciliadoras, provocando movimentos sympathicos de solidariedade e orientando a opinião no sentido da concordia e da justiça.

Nesse sentido, Paul Groussac, com o seu livro, conquista, de golpe, um lugar de honra entre os operarios da grandeza moral da America e escreve uma das paginas mais commoventes da sua curta, mas gloriosa, historia de quatro seculos.

(Petropolis, Maio, 1910.)

GUGLIELMO FERRERO

A sua concepção da Historia



GUGLIELMO FERRERO

A sua concepção da Historia

A ordem do dia nos circulos intellectuaes do Rio é Guglielmo Ferrero (1). Sómente agora, confesso-o á puridade, depois da sua chegada a esta capital e de iniciada a serie das suas conferencias, conheci de perto o preclaro publicista italiano. A leitura da sua obra *Grandezza e Decadencia de Roma*, cujo titulo tão fortemente me suggestionara, deixou no meu espirito uma dupla impressão de pasmo e de

(1) *Jornal do Commercio*, de 18 de Outubro de 1907.

tristeza que nem mesmo uma segunda leitura conseguiu delir ou attenuar.

A unisonancia do applauso dos que o liam e ouviam já constituia uma razão sufficiente, se não para duvidar do merito attribuido ao sociologo e historiador italiano, pelo menos para retardar um juizo definitivo que não fosse apoiado sobre solidos fundamentos. E essa duvida só podia dissipar-se completamente pelo exame tranquillo das suas idéas e dos processos historicos que elle devera ter posto em pratica nos estudos sobre o desenvolvimento historico do povo romano.

Entretanto, a primeira impressão que se desata da leitura dos volumes de Ferrero consagrados a explicação da grandeza e decadencia de Roma é que se está diante de um estylista para quem o arredondado da phrase e o inesperado dos conceitos, não raro envoltos das vestes coloridas de um paradoxo, valem um pouco mais do que a simples e desarejada contemplação dos acontecimentos historicos, explicados á luz dos processos scientificos pelos mais poderosos investigadores das cousas romanas.

A sua linguagem, sempre pura e serena, a phrase ritmica, lenta e sonora: os periodos que se desdobram numa proliferação prodigiosa de imagens, de parallellos bizarros, de boleios exquisitos, tudo constitue um conjuncto de predicados raros, especialmente tratando-se de um historiador.

Esta é a feição admiravel da sua obra.

Sente-se ahi o homem de letras moderno, cheio de amôr á forma, embevecido na contemplação do periodo perfeito e lapidar.

Não sei que escriptor, creio que Paul-Louis Courier, o insigne pamphletista, disse uma vez de Plutarcho: « todo o seu merito está no estylo: zomba dos factos e só acceita delles aquillo que lhe agrada, não tendo outro cuidado senão o de parecer bom escriptor. Elle faria Pompeu ganhar a batalha de Pharsalia se isto concorresse para formar uma bella phrase ».

O publicista italiano está quasi em identicas circumstancias. Elle seria capaz de transformar a figura de Nero na de um santo e angelico varão, afervorado no amor da humanidade, se isto ajudasse a arredondar um periodo indocil ou a soffrear uma dissonancia obstinada. E creio mesmo que só o inestetico e arrevezado nome do genial historiador allemão Mommsen póde explicar a injustiça com que o publicista italiano o trata, tentando reduzir o seu vulto gigantesco ás tacanhas proporções de um mero archivista de lendas e esquadrinhador de textos, sem espirito critico e senso philosophico.

Estas bellas qualidades tornaram facil a divulgação e acceitação das idéas de G. Ferrero e explicam o exito consideravel da sua obra e sobretudo o renome que o cerca desde o inicio das suas publicações.

A historia filtrada pela sua lingua nobre e tranquillã anima-se de uma vida nova, mas artificial. Não temos a illusão perfeita do passado, porque o historiador italiano explica todos os factos á luz projectada das suas concepções pessoas e das idéas do seu tempo e do seu país. Os homens e as cousas são estudados e analysados através de um espirito

moderno: os typos, reconstituídos com o auxilio dos seus processos historicos, pertencem antes ao ambiente actual da humanidade. São verdadeiras creações do nosso meio social. Os seus heroes falam a linguagem dos homens modernos e pensam como os politicos da França e da Italia e as almas das multidões, que o seu espirito evoca, vibram com as mesmas paixões da época actual. Mas a forma por que Ferrero nos apresenta a essas figuras é tão suggestiva e dominadora: ellas pensam e sentem tão de accôrdo com os homens do nosso tempo que facilmente nos deixamos seduzir pela falsa supposição de que na realidade as leis de perspectiva historica nos tinham illudido até agora e que ao genio latino estava reservada mais esta gloria de descobrir uma feição nova e desconhecida nas cousas do passado.

Ha muita verdade e muita novidade na sua obra. Mas quero crer que aos seus volumes se poderia applicar com alguma justiça o dito de Lessing, diante de quem se fazia uma vez a apologia de um livro recheiado de cousas novas e verdadeiras: é pena sómente, disse elle, que o que tem de verdadeiro não seja novo e o que tem de novo não seja verdadeiro.

Não exaggero.

Ferrero pertence áquella categoria de escriptores romanticos que, esquecidos do fim superior da sciencia que professam, fazem dos acontecimentos sociaes bellos themes para desenvolvimentos literarios e reflexões moraes. A facilidade da sua narração e a limpidez diaphana do seu estylo, que lembram Herodoto, a sua intenção, nunca dissimulada, de transformar os factos historicos em ensinamentos moraes

e patrioticos á semelhança do Plutarco e Tacito, o tornam um descendente em linha recta daquelles historiadores literarios, Mezeray, Velly, Anquetil, conversadores amaveis e elegantes, que só lobrigavam na historia da monarchia franceza motivos interessantes para considerações de ordem politica e social.

Quanto aos processos historicos empregados por Ferrero na sua *Grandeza e Decadencia de Roma*, começo accusando-me de uma forte myopia intellectual, que me não permittiu lobrigal-os bem nas paginas do seu livro.

Afóra o encanto e seducção maravilhosos do seu estylo, veremos que da obra do historiador italiano nada resta do que um romance ameno, salpicado de citações gregas e pontilhado de versos de Virgilio e Horacio.

Falta á obra de Ferrero o sinete daquelle predicado superior que elle considera patrimonio da raça latina — o espirito de synthese. Quem procurar por entre os bellos periodos que se enfileiram erectos e serenos a trajetoria descripta pelo povo romano em seu desenvolvimento historico e quem quizer co-nhecer as leis que presidiram a marcha do seu espirito, deve resignar-se a ignorar a obra do historiador italiano.

Alli não se trata de verificar leis. Faz-se narrativa, empolgante e magnifica. *Scribitur ad narrandum.*

Para aquelles que estudam o desenvolvimento successivo do povo romano não sómente na pessoa dos seus homens representativos mas tambem na

multidão, na massa anonyma e obscura que é a zymosis fecunda onde fermentam todos os grandes problemas sociaes: para aquelles que querem conhecer as causas da grandeza e decadencia de Roma, explicadas pelos grandes acontecimentos, que muitas vezes sómente perturbam, pelo seu character accidental, a marcha regular e progressiva das sociedades, como tambem pelos factos sociaes que se reproduzem periodicamente no seio de todos os povos: para aquelles que consideram a sociedade um organismo vivo, cujas formas crescem e se desenvolvem, não por saltos e movimentos bruscos, mas por uma evolução lenta, continua e natural, e que vêem na historia não uma narração da vida anecdotica dos povos, mas uma successão de causas e effeitos que se desdobram e se elam por um laço etiologico: para aquelles que no estudo da marcha do espirito humano empregam os processos experimentaes, afim de que os phenomenos da sociedade, como todos os phenomenos da natureza, possam ser agrupados e clasificados em vista de uma generalização superior: para todos esses, o livro de Ferrero será uma decepção.

Não se encontra nelle o estudo da acção daquillo que Gumplovicz chamou a força motriz da historia, principio superior e desconhecido, que é, porém, uma metabole da força suprema que rege os mundos physico e organico e que deve necessariamente reger o mundo social.

O historiador moderno sabe, ou suspeita, que assim como as formas sideraes estão submettidas a uma força unica e se desenvolvem sob a acção con-

stante de um principio fixo e eterno, as formas sociaes tambem se subordinam a uma lei geral que as explica, annullando a interferencia do acaso ou do sobrenatural.

Existe, ainda desconhecida, é verdade, uma lei de gravitação social.

A' mecanica celeste deve corresponder uma mecanica social.

A' harmonia e equilibrio dos systemas sideraes no espaço deve corresponder uma harmonia e equilibrio dos systemas sociaes.

Certo não acreditamos fosse Ferrero o Newton da mecanica social. Mas suppunhamos trouxesse elle um valioso contingente para a constituição e a formula da lei suprema da evolução da sociedade, como nos dominios da astronomia Galileu e Kepler o fizeram, ajudando o estabelecimento ulterior da lei de gravitação universal.

A simples catalogação dos factos, textos e documentos, a reconstituição das lendas truncadas pelo tempo, já não constituem o dever do historiador digno deste nome. Esse trabalho pertence á classe dos eruditos, á legião infinita dos escavadores do passado.

Depois das investigações de Comte, Spencer, Buckle, Taine e tantos outros, a historia deixou de ser a narração, sob forma mais ou menos literaria, para mero desporto dos espiritos preguiçosos, e transmudou-se num corpo de doutrinas com methodos de investigação proprios e caracteristicos peculiares, exigindo dos seus cultores conhecimentos complexos e variados para a comprehensão clara e

precisa dos grandes problemas que ella agita e procura resolver.

A tarefa do historiador actualmente consiste em desprender do immenso acervo de factos particulares as leis fixas e necessarias que os regem, estabelecer as relações immutaveis e permanentes entre os phenomenos observados, partindo sempre do particular para o geral, do detalhe para o conjuncto, em summa, synthetizar, fixar e coordenar os resultados das investigações analyticas.

Sem isto, todo o vasto quadro do progresso do espirito humano constituiria um immenso romance, interessante e esteril.

Ferrero não parece cogitar desses graves problemas.

E nem se allegue que o publicista italiano circumscreve o seu circulo de acção a uma determinada porção da humanidade e a um dado momento historico.

Todos sabem como Buckle, entre outros, nos volumes consagrados á *Historia da Civilização na Inglaterra*, assentou primeiro as bases sobre as quaes devia apoiar-se a sua immensa construcção historica, infelizmente inacabada. Reduzir a leis naturaes as causas geraes dos phenomenos historicos, inquirir se as acções dos homens, por conseguinte das sociedades, são governadas por leis fixas e universaes ou o resultado do acaso ou de um poder sobrenatural: realizar para a historia da humanidade alguma cousa de equivalente ou analogo ao que se fez nos diversos departamentos das sciencias naturaes, descobrir, em ultima analyse, a regularidade da

natureza na marcha ordinaria das sociedades, tal era o objecto da obra genial do historiador inglêz.

Os extremados admiradores de Ferrerò ver-se-iam seriamente embaraçados se alguem os interrogasse sobre as causas geraes que agiram sobre o desenvolvimento historico do povo romano, sobre as causas particulares ou circumstancias accidentaes que perturbaram o encadeiamento da evolução daquelle povo, agindo sobre as causas geraes e permanentes e modificando a sua regularidade apparente.

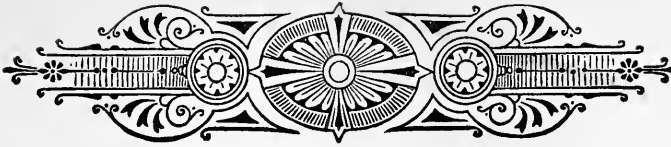
São questões que a obra de Ferrero não elucida e de cuja existencia elle não parece cogitar.

E' que falta ao historiador italiano a intuição do artista e a potencia generalizadora do philosopho. A intuição — para que elle possa evocar as épocas desaparecidas dando-lhes feição propria e original abstrahindo das idéas e sentimentos do seu tempo, isto é, sem modernizar a narração. A potencia generalizadora do philosopho — para reduzir a leis a massa prodigiosa dos phenomenos historicos, encelleirados durante milenios, reconhecendo suas relações necessarias, traçando as linhas essenciaes do desenvolvimento historico da humanidade e fixando numa formula precisa e synthetica os resultados obtidos pela analyse multiseccular.

EMILIO BOSSI

**Negação da existência histórica de Jesus
Christo**





EMILIO BOSSI

**Negação da existencia historica de Jesus
Christo**

I

A negação da existencia historica de Jesus Christo é uma these que seduz facilmente os espiritos amantes das contestações radicaes e das soluções extremas apoiadas em combinações paradoxaes e aproximações mais engenhosas que solidas.

Desde algum tempo, em uma certa classe de criticos que Schmiedel appellidou de « ultra-criticos », impenitentes esmerilhadores de minucias historicas,

se vem accentuando esta tendencia deploravel e audaciosa para despojar a personalidade do fundador do Christianismo dos seus attributos e caracteres historicos e transformá-la em uma figura puramente mythica ou legendaria.

Esta canhestra sciencia professada por maniacos analyistas de desvãos historicos, á luz de entortilhados methodos exegeticos e processos criticos laivados de uma erudição farfalhante e fragil, tem, comtudo, grangeado acolytos que lhe gabam irrestrictivamente os meritos e a valia.

Na Alemanha, no seio das classes populares, uma habil propaganda, guiada pelo partido politico dos *sozialdemokraten*, tem feito sentir a influencia dessas doutrinas. Refere Filion que, ha poucos annos, um socialista alemão, Bade, dirigindo-se por escripto a quarenta operarios de todos os paises de lingua alemã e de todas as especies de profissões sobre o character de Jesus, obteve de um delles resposta francamente negativa: « O Christo é uma figura imaginaria; quem pode demonstrar que elle viveu ? »

Na actualidade varias causas têm concorrido para o exito dessa these extravagante que tem sido posta, sustentada e desenvolvida com uma grande cópia de erudição e um vigor de dialectica não commum em assumptos de tal natureza.

Em primeiro lugar, as acquisições da critica historica não só deixaram fora de qualquer contestação o facto de não existir uma unica linha escripta do proprio punho de Jesus e de ignorar-se o dia exacto do seu nascimento e da sua morte, como tambem verificaram a ausencia de testemunhos historicos irre-

cusaveis relativos á vida e obras do famoso Nazareno; assignalaram o silencio significativo de Philon, o orgão mais autorizado da grande escola hellenico-judia de Alexandria, cujas doutrinas resumiam as concepções religiosas da época; o mutismo impressionador de Plutarcho, que narrou a vida de tantos homens celebres e o vago das referencias de Flavio José, o grande historiador dos Judeus, de Plinio, o Moço, de Tacito e de Suetonio.

Por outro lado, o estudo minucioso dos textos e narrações biblicas, á luz dos modernos processos historicos, despojou esses documentos do seu character de infallibilidade e da sua origem divina e sobrenatural, provando que não eram literalmente inspirados, nem tinham o apoio de uma revelação anterior e superior a toda a investigação.

Depois, as pesquisas solidas e profundas da mythologia, da linguistica, da archeologia, já tinham verificado que as narrações contidas em alguns dos escriptos biblicos eram formas identicas de que se revestem todas as religiões nascentes, repetições mais ou menos dissimuladas dos mesmos mythos e das mesmas tradições, surprehendidas igualmente no fundo das concepções religiosas da India e da Persia, da China e do Egypto. Havia uma identidade fundamental de todos os phenomenos religiosos: legendas, symbolos, mythos e dogmas.

A historia geral das religiões, especialmente o estudo das religiões comparadas, com o seu objecto proprio, seus methodos peculiares, seus principios solidos, suas applicações magistraes, começou a explicar a natureza, a origem e o destino das grandes insti-

tuições religiosas da humanidade, desvendando-lhes a genese natural e humana, eliminando o seu caracter miraculoso e divino e a crença na revelação, na inspiração e na infallibilidade dos seus dogmas e das suas doutrinas.

A par destas brilhantes conquistas da critica historica e da exegese biblica, opulentadas com as indagações preciosas da mythologia, da linguistica, da sciencia das religiões, juntam-se os fecundos resultados da applicação do methodo historico ao estudo das origens do Christianismo, cujas primeiras tentativas isoladas datam dos fins do seculo XVIII. A partir de então, o Christianismo deixa de ser uma especie de «intercalação miraculosa no desenvolvimento natural das cousas humanas», como diria Réville, uma apparição imprevista, emergindo sem determinações historicas no seio da sociedade judia, sujeita á acção lenta e dramatica de potencias extraordinarias, para ser examinado como um phenomeno natural, regido pelos mesmos principios que determinam a formação e o desenvolvimento das outras instituições religiosas da humanidade e subordinado ás mesmas leis geraes que presidem á marcha e ao progresso de todos os outros factos sociaes. Cabe á Escola de Tubingue, especialmente ao seu glorioso fundador, Christian Baur, o merito de ter reduzido o Christianismo aos seus elementos naturaes e procurado estudá-lo «como uma forma da consciencia religiosa, em harmonia com o espirito da época em que elle appareceu e preparada por todo o desenvolvimento anterior dos povos».

Alguns criticos, não contentes com os proveitosos

frutos de tão laboriosas investigações, se decidiram a tirar as ultimas consequencias dos seus methodos historicos e chegaram ao extremo de negar a existencia humana, pessoal, de Jesus Christo.

A obra do escriptor italiano Emilio Bossi (1), filiada a esta corrente de idéas, constitue um longo arrazoado contra a existencia real do grande propheta judeu, sob o fundamento de que os testemunhos historicos existentes sobre a personalidade do fundador do Christianismo não bastam para a demonstração segura e infallivel da sua existencia.

Este livro, do qual existe uma recente e detestavel traducção portuguesa (1), despertou, em virtude do seu titulo escandaloso, uma tal ou qual curiosidade nos circulos scientificos europeus, curiosidade tanto mais explicavel quanto é sabido que o problema da negação da existencia material de Jesus tem sido discutido e abordado por um grande numero de criticos, alguns dos quaes munidos de formidaveis apparatus de erudição. Pela propria natureza do assumpto, podia-se affirmar de antemão que o escriptor italiano não traria contribuição original ao estudo da desacreditada these, mas em compensação elle nos proporcionou um ensejo para denunciar em publico a sua *original* ignorancia da materia de que trata.

Um exemplo provará com mais eloquencia a justiça do nosso asserto.

(1) Emilio Bossi — *Jesus Christo nunca existiu*. Traducção portuguesa de Thomaz da Fonseca. Lisboa, 1909 — Milesbo (Avv. Emilio Bossi). *Gesú Cristo non é mai esistito*. Seconda edizione, sesto migliaio. Milano, 1904.

No referir-se ao periodo critico que iniciou a applicação da theoria evolucionista ao estudo das origens e desenvolvimento do Christianismo, diz Emilio Bossi: « Foi então que os espiritos positivos, não podendo admittir por mais tempo nada de sobrenatural na sciencia moral, como tão pouco se admittia nas sciencias phisicas, se dedicaram a explicar naturalmente a origem e o desenvolvimento do Christianismo. Esta foi a obra primordial de Ernesto Havet. « Questa fu l'opera precipua e cospicua de Ernesto Havet ». Este periodo fornece uma medida exacta e preciosa da erudição do *sabio* italiano.

Attribuir a Ernesto Havet a tarefa de ter applicado os principios da theoria da evolução ao estudo do Christianismo, fazendo-o entrar no conjunto do desenvolvimento historico da humanidade, é desconhecer o mérito da Escola Tubingue, sem falar na Escola de Strasburgo, em Strauss, Reuss, Réville, Nicolas e outros.

Bossi ignora que o trabalho de Havet consistiu em demonstrar que todo o Christianismo, á parte idéas e sentimentos que denotam uma origem diferente, provinha do mundo grego, do hellenismo, da philosophia grega, sobretudo das especulações platonicas, em contraposição com a these geralmente aceita que considerava o Judaismo como a sua unica e verdadeira fonte. Não é de admirar que Havet tivesse feito applicação dos modernos processos historicos ao examinar as origens hellenicis do Christianismo e o accitasse como um phenomeno natural, subordinado ás leis geraes que regem todos os phenomenos historicos. Mas conferir-lhe, por este facto, o merito de

ter feito pela primeira vez a applicação destes principios, attribuir-lhe o papel de inaugurador destes processos, importa a ignorancia de todos os grandes e valorosos feitos da Escola de Tubingue, que, pelo seu órgão mais eminente, Baur, já tinha demonstrado ser o Christianismo o producto de uma longa preparação anterior e que, sob uma ou outra forma, já se tinha manifestado « como um resultado do pensamento, como uma necessidade do coração, como um postulado da consciencia moral ». O livro capital de Baur — *Das Christenthum der drei ersten Jahrhunderte*, é a applicação magistral dos principios da Escola ao estudo das origens do Christianismo, explicando seu evento pelo desenvolvimento religioso do mundo grego e do mundo judeu, fazendo-o entrar no grande encadeamento ininterrupto de causas e effeitos sociaes e na marcha regular da historia.

Albert Réville, mais rigoroso, reivindica para Strauss os meritos da Escola de Tubingue. « Ce fut la force », diz elle, « et ce sera toujours le mérite du docteur Strauss d'avoir le premier tenté une explication systématique des origines du Christianisme ». Mas o grande sabio francês não deixa de reconhecer que Strauss agiu com precipitação, e que as suas applicações do hegelianismo á historia do Christianismo lhe emprestaram um character impessoal, quasi symbolico, fazendo desaparecer as pessoas reaes e os factos concretos.

Dêste ou daquelle modo, pertença a Strauss ou a Baur aquella iniciativa, se evidencia o estado de fluctuação de idéas no escriptor italiano, que não parece ter opinião assentada sobre estes incidentes da

historia do Christianismo e não tem o mais ligeiro presentimento das grandes questões suscitadas e debatidas pela critica do seu tempo. Ao contrario, elle acredita ingenuamente que tudo quanto de mais importante se tem dito e escripto sobre as origens do Christianismo se encontra nas obras de Havet ou nos escriptos de Renan, cuja influencia, sobretudo dêste ultimo, se faz sentir visivelmente, ora no seu estylo pinturesco e imaginoso, ora na sua argumentação em que a phantasia faz todas as despezas da logica e do raciocinio.

Uma outra particularidade significativa do escriptor italiano, oriunda do desconhecimento do assumpto em questão, é a segurança com que muitas vezes elle perfilha, em defesa do seu ponto de vista, um argumento já encanecido e desacreditado e, sem consciencia do ridiculo a que se expõe, consagra paginas inteiras a examiná-lo, a discutí-lo, a photographá-lo em todas as posições imaginaveis, como se se tratasse de uma novidade ou de alguma recente e extraordinaria descoberta.

Vejamos um exemplo.

Segundo Emilio Bossi, Jesus Christo é uma pura invenção em vista do cumprimento das prophcias, um personagem inteiramente symbolico, elaborado com elementos preexistentes fornecidos pelos livros do Antigo Testamento, que nunca teve existencia real, «*ma che gli Evangelisti hanno inventato, per adempiere le scritture*».

E cita, a proposito, varios trechos dos livros do Novo Testamento.

Este argumento não mereceria as honras de uma

resposta se não fôsse a seriedade com que o escriptor italiano o aceita e a ingenuidade com que discorre sobre a sua importancia.

A critica historica já o reduziu ás suas devidas proporções.

Se o illustre italiano fôsse mais lido nesses assumptos, saberia que os primitivos christãos, guiados por certos interesses de ordem religiosa ou dogmatica, pelo desejo de glorificar o fundador da sua religião e pela necessidade de ver em sua pessoa a realização das prophcias e da idéa messianica, concorreram inconscientemente para a criação de um Christo idealizado, ainda que coherente em suas partes essenciaes, isto é, transportaram para a sua pessoa caracteres e qualidades que deviam ser attribuidas ao Messias esperado, o fundador do reino de Israel sobre a terra. Mas afirmar-se, como faz Bossi, que por este facto toda a vida e obra de Jesus são decalcadas sobre as prophcias e que a sua personalidade não é mais do que um « mytho adaptado ás allegorias do Antigo Testamento » é extravagancia que ninguem de boa fé aceita, salvo o escriptor italiano.

È não é sómente nos dominios da historia do Christianismo que Emilio Bossi commette erros e descuidos como os que ficaram assignalados: dentro da propria these que elle se propõe discutir e estudar se manifesta a pouca familiaridade com os seus predecessores e irmãos em disparates. Toda a vasta litteratura historica em torno do problema da negação da existencia material de Jesus Christo não é sequer mencionada no seu livro e é ainda mais digno de

nota que só dois dos mais desacreditados representantes daquelle ponto de vista mereçam do escriptor italiano algumas referencias lisonjeiras e elogiosas: Dupuis, nos fins do seculo atrasado, e Ganeval, em 1874.

Um ligeiro golpe de vista sobre o historico deste problema demonstrará cabalmente que Emilio Bossi desconhece todos os grandes nomes que o illustraram e tambem as brilhantes derrotas que soffreram.

II

A these que apresenta o fundador do Christianismo como um ser puramente mythico ou legendario appareceu, pela primeira vez, sustentada por Dupuis, em 1794, em uma obra, que se tornou celebre, sobre a origem de todos os cultos.

Jesus Christo, na opinião de Dupuis, não é mais do que uma das multiplas manifestações do mytho solar. « O heróe das lendas conhecidas sob o nome de Êvangelhos é o mesmo heróe que foi cantado com muito mais genio nos poemas sobre Baccho, Osiris, Hercules, Adonis. »

Esta theoria, que revocava em duvida a existencia material do propheta nazareno, identificando-o com o mytho solar por meio de aproximações bizarras e ridiculas, grangeou alguns raros adeptos, entre

os quaes Volney. Uma brochura famosa, sob o titulo *Como Napoleão nunca existiu*, desacreditou totalmente a hypothese de Dupuis e ninguém se inquietou nem tomou ao sério os productos da sua erudição e da sua sciencia. Jean Baptiste Pérès, bibliothecario da cidade de Agen, por meio de engenhosas aproximações entre Napoleão e o Sol, chegou á conclusão de que o Imperador dos Franceses, personificação do mytho solar, tambem não passara de um personagem puramente legendario, sem existencia real e historica. As quatro estações do anno e os quatro irmãos do Imperador, os doze signos do Zodiaco e os doze Marechaes do Imperio, o nascimento de Napoleão no Oriente, ilha de Elba, e o seu occaso no occidente, Santa Helena, constituiam as combinações utilizadas por Pérès para a defesa da sua these.

Estas idéas pareciam de todo esquecidas e sepultadas, quando o tristemente celebre Bruno Bauer as levantou do olvido, lhes espanou a poeira de ridiculo, expondo-as á consideração dos criticos e dos theologos de seu tempo, sob uma feição mais scientifica que o seu antecessor.

Inimigo irreconciliavel de todas as escolas theologicas contemporaneas, com as quaes abriu uma luta violenta e formidavel, irrespeitoso e aggressivo contra aquelles que não compartiam as suas opiniões, filiado em principio á ala direita da escola hegeliana, destituído da sua cadeira na Universidade de Bonn, em seguida á publicação das suas duas grandes obras sobre a historia evangelica, Bruno Bauer publicou uma série de livros que repercutiram em todos os circulos sabios da Europa e provocaram uma reacção

energica e intensa não sómente dos membros mais conspicuos da orthodoxia catholica, como tambem dos racionalistas mais decididos.

No seu ultimo livro sobre *O Christo e os Cesares*, apparecido em 1877, surge defendida com vigor a these da inexistencia de Jesus, apenas enunciada num trabalho anterior sobre os *Evangelhos* e a critica evangelica.

Bruno Bauer parte do exame dos *Evangelhos* synopticos e do de João. Esses quatro livros não lhe merecem fé, nem fornecem elementos seguros e infalliveis para a restauração da physionomia historica de Jesus: reduzem-se a productos literarios de valor historico insignificante e quasi nullo. Admitte a hypothese de um *Evangelista primitivo*, pertencente aos circulos philosophicos e reformadores que se organizaram nos fins do seculo I, no mundo judeu-greco-romano e sustenta ser o *Evangelho* deste homem de genio a fonte em que se inspiraram os actuaes aceitos pela Igreja, especialmente o de Marcos.

Este *Evangelista primitivo* que, segundo Bruno Bauer, teria vivido durante a primeira metade do reino de Adriano, é o verdadeiro fundador do *Christianismo* e o creador da figura poetica e ideal de Jesus.

« Mas o *Evangelista primitivo* », declara Filion resumindo as idéas de Bruno Bauer, « não sómente inventou Jesus; elle creou tambem, para as necessidades da causa de que se tinha feito promotor, uma espectativa messianica que personificou em Jesus, espectativa que elle sabia muito bem nunca ter existido. O dogma do *Messias* não foi extrahido do Ju-

daísmo: elle nasceu com o Christianismo, ou antes, foi elle proprio que deu nascimento á Igreja, e depois á pessoa de Jesus Christo». Segundo Bruno Bauer, o Christianismo nasce, vive e de desenvolve independente do impulso pessoal e directo de Jesus. Producto espontaneo da philosophia greco-romano e das doutrinas hellenico-judias de Philon, o Christianismo se formou, deu nascimento a uma seita na qual appareceu o mytho da pessoa do seu fundador, argamassado com elementos extrahidos do Antigo Testamento.

Estas hypotheses, cuja simples enunciação sem commentarios é a melhor e mais eloquente refutação, encontraram o apoio de alguns criticos na Inglaterra e na Hollanda. Afora ligeiras modificações de detalhes, ellas foram aceitas por Loman (1883), Pierson e Naber (1876), Edwin Johnson (1887), Van Dyk, sob o pseudonymo de S. E. Verus (1897), John Robertson (1903) e outros.

Pela mesma época, appareceu Ganeval declarando expressamente que Jesus Christo perante a historia nunca tinha existido. A sua these assemelhava-se em alguns pontos á de Dupuis, pois elle considerava Jesus Christo como uma simples transformação do Deus Serapis, em Alexandria, sob o Imperio dos Ptolomeus. O esquecimento a que foram justamente condemnadas as especulações de Ganeval fornece uma justa medida da impressão que ellas produziram, e o seu livro, publicado em 1874, em Genebra, sob o titulo de *Jésus devant l'histoire n'a jamais vécu*, «lavoro caldo di convizione e serio di proposito, il quale avrebbe meritato miglior fortuna», segundo as

palavras de Bossi, não teve a menor importancia, nem despertou a curiosidade dos sabios do seu tempo.

Com Albert Kalthoff, pastor em Brême, reapareceu, em 1902, a hypothese de Bruno Bauer, defendida com mais vigor e sustentada quasi com furia, tal a indignação e a revolta provocadas na Alemanha por occasião do seu resurgimento.

Jesus Christo, na opinião daquelle critico, seria uma especie de heróe eponymo, designado posteriormente como o fundador do Christianismo, que, por sua vez, não passava um producto complexo de grandes movimentos sociaes e populares na época em que appareceu a igreja.

Para o esclarecimento e comprehensão da sua these, Kalthoff começa mostrando que nada se sabe de Jesus sob o ponto de vista historico e recusa aceitar o Christianismo, como a obra de um fundador. « O Christianismo, diz elle, não deve ser tratado como uma potencia que paira acima do homem, nem como uma apparição isolada, separada de todas as outras funcções da vida humana; mas é necessario fazê-lo entrar no conjunto do movimento social e civilizador das nações christãs... Comquanto fórma do desenvolvimento da vida social, não deve ser considerado como a obra de um fundador individual de religião; a origem e as fontes do Christianismo não devem ser procuradas em um Jesus historico que teria existido antes do Christianismo. »

Kalthoff nega o testemunho dos Evangelhos, que são as fontes não da historia de um individuo isolado, mas dos grandes movimentos sociaes e populares que produziram o Christianismo, e, segundo a

sua opinião, os quatro livros do Novo Testamento teriam sido escriptos apocalypticos, destinados a « crear personificações », das quaes a principal é Jesus, e não encerram minucias e particularidades que designem verdadeiramente um personagem real, de existencia historica indiscutivel.

« Se elles contêm aqui e alli algumas datas », ensina Filion resumindo as idéas de Kalthoff, « se elles localizam os factos na Palestina, esta chronologia e esta geographia são visivelmente falseadas e não servem senão para emmoldurar a historia da Igreja primitiva, contada sob o véo da historia de Jesus. S. Pedro nunca existiu. Elle é a personificação da christandade romana e da sua tendencia para tudo invadir, para tudo centralizar desde o começo; o seu nome symbolico designa o rochedo, o fundamento solido sobre o qual esta christandade se acreditava firme ».

Recusando dêste modo o testemunho dos E'vangelhos ou interpretando-os ao sabor das suas opiniões, Kalthoff não se dá por satisfeito; repelle ainda a autoridade dos outros livros do Novo Testamento. Arrastado pela fôrça da sua logica, rejeita de uma pennada os escriptos dos Padres apostolicos. Nega o valor historico das pinturas das catacumbas de Roma ou as interpreta simbolicamente.

Em 1904, em uma nova obra, Kalthoff confirma todas as suas idéas e repete as mesmas declarações de que « não se pode tirar beneficio dos E'vangelhos para a historia da vida de Jesus », de que a Igreja se desenvolveu espontaneamente por motivos das circumstancias economicas, politicas e religiosas da

época e de que nunca existiu um personagem histórico com esse nome.

Kalthoff teve que sustentar uma luta formidável contra a legião de adversarios que as suas hypotheses audaciosas tinham creado entre os catholicos, protestantes, orthodoxos e mesmo entre alguns racionalistas intransigentes. Os seus livros foram submettidos a uma critica severa e esquadrinhadora e durante dois annos a Alemanha foi o theatro ruidoso desta campanha tenaz, que terminou pela derrota de Kalthoff, apesar de algumas adhesões insignificantes, como as do pastor Steudel e C. Promus.

Depois de Kalthoff podem ser mencionados nos nossos dias (1906) os nomes do americano Benjamin Smith, professor de mathematicas na Universidade de Nova-Orleans, nos Estados-Unidos, que considera Jesus Christo como um ser abstracto, sem existencia real e historica, e Peter Jensens, professor de assyriologia na Universidade de Marbourg, que se esforça por descobrir na historia, nos costumes, na religião dos Babylonios as bases geraes das crenças dos Hebreus e dos christãos e conclue que as lendas do Antigo Testamento e, sobretudo, a de Jesus, se originam visivelmente de um heróe babilonio, Gilgamesch, cujos traços biographicos são os mesmos de Jesus Christo.

Estes rapidos traços historicos, colhidos na obra de H. von Soden, apparecida em 1904, em Berlim, sob o titulo *Die wichtigsten Fragen im Leben Jesu*, e no opusculo precioso e substancial de Filion, a que já nos temos reportado, deixam demonstrado á evidencia que Emilio Bossi, cuja obra está fi-

liada á mesma ordem de idéas, ignora os antecedentes da questão que se propõe discutir e resolver.

De outro modo não se pode explicar como deixou em silencio os trabalhos de todos os seus antecessores, alludindo sómente a Dupuis e Ganneval. Nem uma referencia aos grandes debates que a these da inexistencia de Jesus provocou entre os sabios. Nem uma palavra sobre a campanha levantada contra Bruno Bauer e Kalthoff, cujos nomes nem sequer mereceram uma menção passageira nas trezentas paginas da monographia do escriptor italiano. Entretanto, Emilio Bossi confessa lisamente que o seu livro « non é che un lavoro di sintesi, di integrazione e di logica nel quale sono organicamente messi fra loro in relazione i risultati elaborati dalla critica i dall' erudizione intorno al Cristianismo... »

E' que ha uma logica original, cujos processos são o segredo do escriptor italiano: se elle procura negar a existencia historica de Jesus Christo e aceita a sua obra, o Christianismo, não é extraordinario que tambem admitta a these de Bruno Bauer e de Kalthoff, sem se dignar mencionar os seus nomes e os seus trabalhos.

Antes de passar adiante, não é inutil recordar que o problema da existencia historica de Jesus Christo foi revivido ultimamente na Alemanha (1909) por Arthur Drews, numa obra *Die Christusmythe* (1), que teve a sua hora de celebridade. Da terrivel campanha que se levantou em torno de

(1) Jena, 1909, verlegt bei Eugen Diederichs.

Drews, surgiram dois magnificos livros assignados por Hermann von Soden e Karl Beth (1).

Os professores nomeados não são desconhecidos, embora as suas obras não figurem nos mostruarios das livrarias brasileiras, nem sejam obrigatorias nas estantes dos nossos letrados. Hermann von Soden é um dos mais profundos conhecedores da historia do Christianismo. Nascido a 16 de Agosto de 1852 em Cincinatti, occupou diversos cargos ecclesiasticos, habilitou-se em 1889 professor na Universidade de Berlin, onde lecciona desde 1893. A lista das suas obras historicas é vasta e basta mencionar-se como attestado da sua alta capacidade e cultura a *Urchristliche Literaturgeschichte* e *Die Wichtigsten Fragen im Leben Jesu*, que lhe deram de golpe um logar assignalado entre os representantes da sciencia alemã.

O livro de Hermann von Soden, lido em conferencia publica em Dresde, resume tudo quanto se tem escripto sobre o problema da existencia historica de Jesus Christo e constitue uma robusta replica ás allegações contidas no livro de Drews. Depois de um ligeiro resumo historico, em que recorda a hypothese do assyriologo Peter Jensen, sem mencionar-lhe o nome, e allude ás doutrinas de Kalthoff, o douto professor entra na refutação do livro de Drews «dem eifrigstem Vertreter der Philosophie Eduard Hart-

(1) *Hat Jesus gelebt?* Aus den geschichtlichen Urkunden beantwortet von Professor D. Hermann von Soden, Berlin, 1910. Protestantischer Schriftenvertrieb; e *Hat Jesus gelebt?* Eine kritik der Drews'chen Christusmythe von Professor D. Dr. Karl Beth, 1910, Berlin.

mann's in der Gegenwart», demonstrando a falta de originalidade da these em questão e a ausencia de qualquer contribuição nova. Em seguida Hermann von Soden estuda um por um os testemunhos dos escriptores profanos chegados aos nossos tempos, o valor historico dos quatro evangelhos, a sua authenticidade, a importancia das suas contribuições para o estudo da vida e obras do propheta nazareno fundador do Christianismo e commenta num capitulo magistral a acção de Paulo, como testemunha da vida de Jesus e termina com a declaração de que a existencia real de Jesus Christo é um facto definitivamente adquirido para a historia da humanidade.

O livro do Dr. Karl Beth, mais profundo e movimentado que o do professor Hermann von Soden, acompanha par e passo a argumentação de Drews, mostrando a sua ignorancia da historia do Christianismo e sustentando, com o mesmo vigor de argumentação, a realidade indiscutivel da existencia historica de Jesus Christo.

Passemos de largo e avancemos um pouco mais pelo interior do livro de Emilio Bossi.

III

A primeira questão a resolver, tratando-se da negação da existencia historica, material, de Jesus Christo, é a da quantidade e qualidade dos documentos conservados até aos nossos dias. Ha na realidade provas irrecusaveis da existencia pessoal do fundador do Christianismo? Não temos sobre este ponto a menor duvida.

Emilio Bossi abre o seu livro com uma negação formal e decisiva: « Di Gesù Cristo — persona reale, essere umano — la storia non ci ha conservato nessun documento, nessuna prova, nessuna dimostrazione...»

O estudo escrupuloso das poucas fontes existentes nos conduz a uma conclusão opposta. E' verdade que o historiador não dispõe de elementos seguros e irrecusaveis para a reconstituição exacta e

completa da personalidade de Jesus. É' também certo que, em virtude do limitado numero de documentos chegados e conservados até nós, se torna impossivel escrever-se uma biographia completa do propheta judeu; mas a sua existencia historica não pode absolutamente ser contestada.

Os fundamentos em que se apoia a certeza da existencia pessoal de Jesus Christo se encontram nos historiadores profanos, nos escriptores sagrados, no testemunho irrecusavel dos livros do Novo Testamento, na existencia dezenove vezes secular do Christianismo e na impossibilidade de explicar-se este grande phenomeno social sem a impulsão directa e pessoal do seu fundador.

Qual é o valor historico de cada um dêstes documentos e dêstes testemunhos? Como se comportou o escriptor italiano diante destas fontes?

É' o que vamos examinar rapidamente.

Os unicos escriptores profanos que se occuparam de Jesus em algumas passagens das suas obras foram o famoso historiador dos judeus Flavio José, nas suas *Antiguidades Judaicas*; Plinio, o Moço, num relatorio dirigido a Trajano; Tacito, nos *Annaes*; Suetonio, num trecho da sua obra consagrada aos doze primeiros Imperadores, de Augusto a Domiciano. Examinemos qual o valor dos testemunhos de cada um dêstes escriptores, sob o ponto de vista da existencia historica de Jesus Christo.

A obra de Flavio José contém duas passagens sobre Jesus. A partir do seculo XVII começou-se a revocar em duvida a authenticidade dêstes dois textos. Actualmente, porém, a tendencia geral dos criticos se

orienta no sentido de admitir que o primeiro trecho, o mais longo e mais importante, foi interpolado na obra de José, sobre o fundamento de que o historiador judeu, no texto litigioso, considerava Jesus como o Messias, linguagem que seria então incomprehensível tratando-se de um judeu « ainda que mais ou menos sceptico em relação ao judaísmo ».

Depois, o texto em questão não foi citado pelos mais antigos escriptores ecclesiasticos, Clemente de Alexandria e Origenes, sendo de notar que este ultimo diz que o historiador Flavio José não acreditava no character messianico de Jesus, o que está em contradição com a asserção do texto litigioso. Euzebio, no seculo IV, é o primeiro historiador que o cita e isto faz crer que a interpolação dataria do seculo III e seria assim posterior a Origenes, que não cita o texto, e anterior a Euzebio, que já o encontra no livro de Flavio José e o menciona sem hesitar.

Sem embargo destas razões sérias, alguns autores, como Bohle, Monsenhor Camus, continuam a crer na sua authenticidade. Outros consideram o texto absolutamente apocrypho. Alguns racionalistas, como Amon, Ewald, Weissaecker, aceitam uma parte do texto como authentica e rejeitam, como interpoladas, as palavras irreconciliaveis com os sentimentos pessoases do historiador Flavio José.

A segunda passagem de Flavio José, em que elle allude a « Thiago, irmão de Jesus, chamado o Christo », é geralmente aceita como authentica. Origenes, que não menciona o primeiro trecho, cita o segundo.

Kalthoff, para tirar a importancia historica desta segunda passagem, acreditava que o Jesus nella

mencionado não era o dos Evangelhos, por existirem muitos outros judeus com o mesmo nome. Esta objecção ficou totalmente desacreditada depois que se demonstrou que, na época mencionada no trecho de Flavio José, só existiu um Jesus, o dos Evangelhos.

Diante dos dois textos de Flavio José, Emilio Bossi toma francamente o seu partido: recusa-os por inauthenticos, extranhando que no segundo trecho o historiador judeu não tivesse entrado em minucias sobre a personalidade de Jesus, limitando-se a uma simples referencia passageira. Os criticos têm explicado a razão desta sobriedade e desta reserva por varias causas, entre as quaes pela especie de relações que Flavio José mantinha com os romanos. «Tornado amigo intimo dos Romanos», declara Filion, «sem por isso deixar de ser affeçoado ao seu povo de origem, elle se esforça, muito visivelmente, no seu livro *Antiguidades Judaicas*, como em seus outros escriptos, por justificar os judeus de toda a tendencia politica opposta ao Imperio. Elle devia referir-se com a maior reserva ás esperanças messianicas de Israel que tinham representado um papel consideravel na revolta dos seus compatriotas contra Roma; não lhe era possivel manifestar um vivo interesse por Jesus Christo, que tinha sido condemnado ao supplicio ignominioso da cruz pelo procurador romano, como pretendente ao throno, como inimigo de Cesar, como Rei dos Judeus». Bossi não tem outro argumento contra a passagem de Flavio José, cuja autoridade é respeitavel como prova da existencia material do fundador do Christianismo.

Quanto ao testemunho de Plínio, o Moço, podemos dizer que o seu valor historico é mais consideravel que o de Flavio José. Enviado a Bythinia no começo do II seculo, Plínio escreveu um relatorio ao Imperador Trajano, dando conta da situação das igrejas christãs na Bythinia. Num trecho do seu relatorio, Plínio fala de Christo como objecto do culto christão e em cuja honra os seus adeptos cantavam hymnos e reconheciam a natureza divina.

Tentou-se negar a authenticidade dêste texto: Bruno Bauer declarou que o relatorio de Plínio não chegara até aos nossos dias em sua forma primitiva, tendo sido modificado pelos christãos, que lhe deram a redacção actual. Tudo isto seria aceitavel se Bruno Bauer allegasse alguma prova contra a authenticidade; mas elle se limitou a uma simples affirmativa desacompanhada de qualquer demonstração.

Informa Filion que Aubé, na primeira edição da sua *Historia das Perseguições da Igreja até o fim dos Antoninos*, atacou a authenticidade do texto de Plínio; porém, foram de tal modo convincentes as objecções em contrario, oppuseram-lhe argumentos de tal importancia, que, numa outra edição, Aubé foi forçado a reconhecer que, «depois de novas e sérias investigações», elle considerava a carta de Plínio «como plenamente authentica» e a aceitava em toda a sua integridade.

Emilio Bossi não oppõe um só argumento serio ao testemunho insuspeito de Plínio, cuja authenticidade não contesta, mas pensa que Plínio fala em Christo «non giá come una persona di cui voglia constatar l'esistenza storica, bensí come la Divinitá

che era fatta segno all'adorazione dei cristiani ». Isto não constitue uma objecção séria, pois qualquer que tenha sido a intenção de Plínio, a verdade é que as suas palavras demonstram já existir naquella época christãos que acreditavam firmemente no fundador da sua religião, cuja existencia historica não podia ser posta em duvida.

Os *Annaes*, de Tacito, consagram algumas linhas a Jesus Christo e ao Christianismo, a proposito do incendio de Roma em 64. O grande historiador romano refere-se aos christãos existentes no tempo de Nero e acrescenta que esta denominação lhes vem do « Christo, que tinha sido executado no reinado de Tiberio, por ordem do Procurador Poncio Pilatos. Esta seita detestavel, acrescenta Tacito, reprimida a principio, espalhou-se novamente, não só na Judéa onde ella nascera, porém mesmo em Roma, onde tudo o que ha de criminoso e de infame encontra credito e acolhimento ».

Estas informações preciosas estão separadas da morte de Jesus por um intervallo de trinta annos.

Bossi acredita que este texto foi falsificado e diz que mesmo aceitando o seu testemunho, « elle não provaria de modo algum a existencia de Christo, visto que é citado unicamente para a etymologia do nome dos christãos ». O testemunho de Tacito é extraordinario, qualquer que seja a sua intenção ao referir os acontecimentos. Havet, em seus *Estudos de Historia Religiosa*, declara que não podia deixar de admittir o testemunho de Tacito e só aceitava dos Evangelhos o facto da crucificação de Jesus por Poncio Pilatos, pela unica razão de ser fundado na au-

toridade do eminente historiador romano. Sendo assim, é inútil affirmar-se que as palavras de Tacito não deixam a certeza da existencia historica do fundador do Christianismo.

Suetonio, narrando a vida do Imperador Claudio, conta que judeus foram expulsos de Roma, e, alludindo aos christãos, accusados por Nero como autores do incendio que destruiu aquella capital, acrescenta que elles foram condemnados a diversos supplicios porque se entregavam a « uma superstição nova e malfazeja ». O testemunho de Suetonio demonstra igualmente que desde o tempo de Nero existia um grupo de discipulos ligados pela memoria de Jesus Christo.

Emilio Bossi, que se limita a citar uma das duas passagens de Suetonio, esqueceu de referir, ainda que para illustrar a sua these, os testemunhos de Luciano de Samosata, que chama Jesus Christo de « sophista crucificado », o « homem crucificado da Palestina », de Numenio, de Phlegon, de Galeno e de Celso que, embora tardios, confirmam todavia a crença na existencia do grande propheta judeu.

Os testemunhos de Flavio José, Plinio, Tacito e Suetonio, a que podem ser acrescentadas as chronicas budhistas descobertas no Thibet pelo viajante Nicolas Notovitch, que falam de um propheta cujos traços biographicos se assemelham aos de Jesus, todos estes testemunhos não deixam a menor duvida sobre o character historico da personalidade do fundador do Christianismo e, segundo as expressões de Filion, provam que « um personagem com o nome de Jesus foi crucificado na Judéa sob o Procurador

Poncio Pilatos e que, no reinado de Nero, já havia em Roma um numero consideravel de christãos».

Além dêstes, podem-se mencionar ainda, como fontes subsidiarias para a confirmação da crença na existencia material de Jesus, alguns outros documentos historicos referidos por Filion, os quaes, em rigor, deviam ser citados na obra de Emilio Bossi; os *agrapha Christi*, isto é, um certo numero de palavras attribuidas a Jesus e conservadas por uma tradição mais ou menos fiel.

Os *agrapha* authenticos, objecto demeticulosos estudos de Nestle, Resch, Preuschen, Bardenhewer, Harnack, e cujo numero, segundo Ropes, é inferior a quatorze, mostram que elles não poderiam ser recolhidos e conservados se não tivessem um certo character historico e não fôsem attribuidos a um ser real, de existencia historica indubitavel.

Depois, os Padres Apostolicos, que viviam no periodo de transição do primeiro para o segundo seculo, são todos acordes na crença da existencia de Jesus. As pinturas das catacumbas, que já se encontravam em Roma nos annos de 89 e 96, representam varias scenas da vida de Jesus. Se ha uma grande parte de symbolo naquellas representações, forçoso é reconhecer com Filion a impossibilidade de admittir que uma lenda de formação composta tenha podido crear tudo isto a uma distancia ainda tão proxima dos acontecimentos.

Vejamos se outros documentos podem ainda vigorar e fortalecer a crença na existencia pessoal, historica e humana do fundador do Christianismo.

IV

Os quatro Evangelhos canonicos, os Actos dos Apostolos, as vinte e uma cartas attribuidas a Paulo, Pedro, João, Jacques, o Apocalypse, não devem ser esquecidos na discussão da these. Embora de passagem, a sua autoridade historica deve ser citada.

Ainda que nos faltassem todos os outros testemunhos, se o historiador não dispusesse daquellas fontes para a reconstituição historica da personalidade de Jesus em suas grandes linhas, os livros do Novo Testamento suppririam aquella falta e não deixariam a menor sombra de duvida sobre a existencia historica e pessoal do fundador do Christianismo.

Se alguns daquelles livros foram escriptos sob a influencia das dissensões internas que trabalharam as primeiras communhões chistãs; se elles reflectem

com mais ou menos fidelidade as primeiras lutas entre a tendencia particularista, judeu-christã, affeiçãoada ao Judaismo, e o universalismo de Paulo, não se pode exigir delles uma perfeita uniformidade de vistas, nem uma concordancia de narrativas, ou uma perfeição absoluta de detalhes.

E' preciso tambem não esquecer que os textos dos Evangelhos chegados até os nossos tempos soffreram modificações e alterações de toda sorte. Monsenhor Vigouroux, cuja autoridade é insuspeita, pois representa a culminancia da cultura catholico-orthodoxa, declara que não se pode utilizar os textos dos Livros Santos para a defesa de uma these, porquanto o tempo « a déposé son empreinte sur quelques pages de nos Saintes Écritures et nous n'avons plus un texte absolument conforme aux autographes des écrivains sacrés. En passant sous la plume de milliers de copistes, dans un intervalle de dix-huit cents à trois mille quatre cents ans, des noms propres ont été défigurés, des chiffres brouillés, des mots omis, divers passages intervertis, obscurci ou légèrement dénaturés. La comparaison des plus anciens textes et des plus vieilles versions en fournit la preuve irrécusable ».

Todas estas difficuldades, quer sejam provenientes da ignorancia dos factos e do meio, como observa Monsenhor Vigouroux, quer provenham da imperfeição inevitavel das traducções, quer da perda do texto original de muitos dos Livros Santos, dos caracteres proprios da lingua hebraica, da impossibilidade da lingua humana de exprimir todos os matices do pensamento e de reproduzir a physionomia

completa dos factos, dos erros dos copistas, fruto das suas falsas leituras, da sua negligencia, dos erros dos interpretes e dos commentadores, todas estas difficuldades, repito, provam que não se pode escrever uma biographia de Jesus com minudencias e pormenores. Mas qualquer que seja o valor historico dos livros do Novo Testamento, quaesquer que sejam os seus feitos sob o ponto de vista critico, a figura de Jesus que delles se desprende possui uma vida propria, caracteres historicos irrecusaveis, fortemente accentuados, incompativeis com a vida abstracta e intangivel de um symbolo ou com os caracteres legendarios e inverificaveis de um mytho.

Labanca, que resume tudo quanto se conhece sobre o fundador do Christianismo, assignala a impossibilidade de se escrever uma biographia de Jesus e diz que o pouco que sabemos delle se limita « a un residuo meschinissimo, por poco non riducibile a zero ». Tanto isto é verdade que o livro de Renan, cheio de detalhes inverosimeis, não passa, segundo a expressão de Settembrini, de « romanzo sentimentale che scandalizza i credenti, spiace agli artisti e fa sorridere i filosofi ». Salomon Reinach acredita que os quatro Evangelhos canonicos não correspondem ás exigencias da moderna critica historica, mas affirma que as Epistolas de Paulo constituem documentos tão preciosos, de valor historico tão consideravel que, se não existissem, « il n'y aurait aucun paradoxe à revoquer en doute la réalité historique de Jésus ». A historia não conseguirá restaurar varios episodios da sua carreira; algumas phases da sua vida continuarão envolvidas numa impenetravel obscuridade,

mas a sua existencia, real, humana e historica é um factu verdadeiro, indiscutivel e irrecusavel.

Não se pôde comprehender o Christianismo sem o impulso directo e pessoal do seu fundador. Ainda que elle tenha sido o resultado de uma longa elaboração anterior, uma obra collectiva preparada pelos esforços de muitos seculos, o productu anonymo de varias gerações, não podemos admittí-lo, em sua essencia, sem o seu fundador, sem Jesus Christo, ponto de intersecção de todos os ideaes religiosos anteriores. Aquelles mesmos que negaram a existencia material de Jesus são forçados a transportar para outra pessoa a missão e obra do fundador do Christianismo.

Vimos que Bruno Bauer, rejeitando a personalidade historica de Jesus, attribue a fundação do Christianismo a um Évangalista primitivo, um homem de genio pertencente aos circulos philosophicos e reformadores daquella época. E' substituir um problema resoluvél por enigma indecifrável.

Kalthoff, aceitando o Christianismo como uma obra collectiva e impessoal, oriunda de grandes movimentos sociaes e populares, suppõe que Jesus Christo é uma especie de heróe eponymo, designado posteriormente como o fundador do Christianismo.

O proprio Bossi, que elimina a personalidade de Jesus, é forçado a nomear um outro fundador do Christianismo, pois elle pensa que « un complesso di credenze formanti una dottrina, un sistema complesso di dogmi, di massime e di riti non se crea di punto in bianco con un colpo di baccheta magica, ma viene dalla collaborazione di diverse generazioni, di secoli parecchi e di dotto molti, fin che trova il suo massimo

espositore che a diritto puó rivendicare il titolo di suo principale fundatore ». Para Bossi, o verdadeiro fundador do Christianismo é o celebre philosopho judeu-alexandrino Philon.

Tal é a necessidade occulta, mas irresistivel, de attribuir-se a alguem a fundação do Christianismo. Tal a impossibilidade de conceber-se esse grande phenomeno historico sem alguem que corporificasse as suas tendencias principaes. O seu fundador não pode ser outro senão o extraordinario propheta de Nazareth. «Do mesmo modo que o Cesarismo suppõe um Cesar historico », diz Fillion, « o Lutherismo um Luthero, o Calvinismo um Calvino, do mesmo modo o Christianismo suppõe um Christo, pessoal, e verdadeiro, sem o qual não se poderia admittí-lo ».

A grandeza historica do Christianismo e a sua influencia sobre os destinos da humanidade provam a existencia real de Jesus ! E' verdade que varias causas secundarias e suppletivas concorreram poderosamente para o seu exito. O dominio universal de Roma favoreceu o universalismo religioso. A dissolução das antigas religiões pagãs concorreu para o progresso das doutrinas christãs. As transformações do Judaismo, que se despojava do seu character nacional e particularista ao contacto da theologia neo-alexandrina, facilitaram o evento da nova religião. O desenvolvimento da philosophia grega e das especulações platonicas tinham de alguma sorte preparado um ambiente moral propicio á divulgação das novas crenças.

Todas estas circumstancias politicas, historicas, sociaes, a que se poderia accrescentar a acção directa e pessoal de Paulo, concorreram efficazmente para a

independencia doutrinal da religião fundada por Jesus Christo e seu conseqüente progresso e desenvolvimento — mas um ponto fica acima de toda duvida: o Christianismo tornar-se-ia incomprehensivel se fôsse exclusivamente uma obra impessoal, de caracter collectivo e anonymo, e não apresentasse, num fundo luminoso, enfeixando todas as grandes tradições religiosas da humanidade, até então disseminadas nos santuarios da Grecia e nos hypogeus do Egypto, nos templos da India e nos livros sagrados da China, a figura serena e espiritual do seu glorioso fundador.

BINET-SANGLÉ

Jesus-Christo e a Psychologia morbida



BINET-SANGLÉ

Jesus-Christo e a Psychologia morbida

I

O Dr. Binet-Sanglé, professor na Escola de Psychologia de Paris e autor de varios e interessantes trabalhos de psychologia pathologica, publicou recentemente um livro que parece ter provocado ruído escandalo nos centros scientificos da França e transposto mesmo os limites dentro dos quaes, em regra, se acontôam as obras que examinam problemas daquella natureza. Digo escandalo, porque outra cousa

não foram a azáfama irrequieta dos crentes e o movimento de curiosidade dos sabios em torno da doutrina assolapadora do Dr. Sanglé, que annunciava reduzir a personalidade extraordinaria do propheta galileu ás proporções de um desequilibrado, cujas desordens intellectuaes e moraes o medico francês promettia surprender e acompanhar nas paginas dos quatro Evangelhos reconhecidos e acceitos pela Igreja (1).

A réconstituição da physionomia historica de Jesus é um problema que tem seduzido a muitos grandes e bons espiritos, especialmente depois das derradeiras acquisições da exegese biblica na Alemanha e na França, e o fundador do christianismo tem apparecido aos contemporaneos, ora com a feição de um pallido e meigo nazareno, de uma idealidade transcendente e incomparavel, cheio de mansuetude e de bondade, sonhando a redempção da humanidade pelo amor e pela justiça, o « homem divino », segundo Renan; ora como um agitador eloquente e inspirado, perseguido pela idéa de uma revolução moral, religiosa, social e politica, « o mais divino de todos os revolucionarios », para Paul de Régla; ora como uma figura nervosa e irrequieta de thaumaturgo irritado contra os desmandos e erros dos homens e do mundo; mas, em todo o caso, como um homem extraordinario, que modificou fundamentalmente a orientação intellectual e moral da humanidade, plantando a grande arvore, bendita e fecunda, do christianismo, á sombra de cujas frondes vicejantes ainda encontram paz

1. Dr. Binet-Sanglé — *La Folie de Jésus. Son Hérité, sa Constitution, sa Physiologie* — 2^{me} éd., Paris, 1908.

e consolo as almas dos que soffrem e dos que padecem.

O Dr. Sanglé, no seu novo livro, considera a figura de Jesus sob um aspecto que elle acredita novo e inedito.

Segundo sua propria confissão, procura estudar a personalidade do nazareno não « como theologo catholico, á semelhança de Henry Didon; ou como theologo protestante, á maneira de Albert Réville ou Edouard Stapfer; nem como mythologo, de acôrdo com David Strauss; nem como poeta, segundo Renan; nem mesmo como historiador, á feição de Peyrat », mas como anthropologo, isto é, examinando, debaixo de um ponto de vista scientifico, as predisposições hereditarias de Jesus no estudo biologico da sua familia, analysando a sua constituição physica, moral e intellectual e esforçando-se por estabelecer a sua posição na hierarchia dos degenerados.

Como se vê, deparamos a mania generalizante, actualmente muito em credito, dos scientistas que, systematicamente e por amor a theorias bem acabadas, tratam de reduzir todas as manifestações superiores da intelligencia, do sentimento e da vontade humanas a um desequilibrio funcional do cerebro, mania que ameaça transformar a terra num vasto manicomio.

E é digno de registro o phenomeno interessante que se observa em todos aquelles que se dedicam apaixonadamente ás sciencias pscho-pathologicas.

A convivencia constante com os desequilibrados, o exame minucioso das suas desordens intellectuaes e moraes, o estudo da alienação em suas mais bizarras e caprichosas manifestações, acabam creando-lhes um

novo órgão de visão, através do qual toda a humanidade lhes apparece como uma legião miseranda de seres anormalos e degenerados sujeitos aos seus complicados diagnosticos e ás fórmulas abstrusas das suas doutrinas.

O physiologista Camper conta que depois de se ter entregue durante seis meses consecutivos ao estudo dos cetaceos e analysado a osteologia da cabeça de todos esses monstros, descobriu um tão grande numero de relações com a cabeça humana que todas as pessoas, mesmo as mulheres mais interessantes, lhes appareciam com as formas extravagantes de golpinhos ou outros animaes semelhantes.

Reproduz-se phenomeno analogo entre os alienistas.

E' facil imaginar a idéa pouco lisonjeira que elles formam da humanidade depois de um convivio de longos annos com os habitantes dos manicomios. E outra não é a causa pela qual, em regra, os psychiatras, na ansia de illustrarem as suas theorias, procuram descobrir em qualquer mortal *venientem in hunc mundum* a existencia daquelle *granum dementiae* que, aliás, o practico Aristoteles já considerava como um quinhão honroso de uma boa parte da humanidade.

Acreditamos que o desenvolvimento transcendente das faculdades do espirito humano se opera ao lado de profundas desordens da intelligencia e da sensibilidade moral e que ha sempre uma dose de insanias addicionada á sciencia dos grandes homens.

A loucura e a genialidade são incontestavelmente formas de uma mesma actividade mental como a

luz e a escuridão constituem modalidades progressivas de um mesmo movimento do ether. Grandes vultos da historia da humanidade, graças aos processos da psychologia morbida, têm apparecido em nossos tempos com feições diversas das que estavamos habituados a contemplar através da lenda e da tradição; as paginas das suas memorias e biographias, o testemunho de amigos intimos, revelaram-nos flagrantemente a existencia de grandes desvios do intellecto e do senso moral que passaram desapercibidos á grande maioria dos seus contemporaneos.

A psychologia morbida, ou a medicina retrospectiva, como appellidou Littré esse novo ramo de conhecimentos, abriu um campo largo e inesgotavel ás pesquisas da historia. Mas os seus cultores não souberam conservar-se dentro dos limites do bom senso. Avançaram demasiado no terreno resvaladio do testemunho tradicional e reconstituíram nobres e extraordinarias personalidades, modelando-as sôbre infelizes typos de degenerados recolhidos nos hospícios das nossas grandes metropoles.

O Dr. Binet-Sanglé pagou tambem o seu tributo á mania da época.

Ha muita ousadia nas suas vistas e muita originalidade nas suas apreciações. Sente-se mesmo um extraordinario prazer em acompanhá-lo nas suas generalizações bizarras, nas suas conclusões inesperadas, prazer só comparavel ao que se experimentava quando o historiador italiano Ferrero tentava demonstrar, com uma seriedade de causar riso aos homens mais sisudos, que Nero, ao envés do que nos ensinaram a historia e o testemunho dos homens de sua

época, fôra simplesmente o introductor do hellenismo em Roma, e que Cleopatra nunca passara de uma cafusa de nariz achatado e grosso, cuja belleza só existiu na lenda e na tradição. Mas não se pode, em rigor, exigir que o leitor sensato tome ao serio as phantasias de que toda a obra está opulentamente tafulhada.

Além disto, fallece-lhe aquella elementar particula de bom senso que, no dizer de Scherer, « é o terra a terra, mas é tambem a medida, a justeza e, em muitas cousas, a condição do verdadeiro ».

Depois, um historiador, sobretudo ao defrontar um problema da importancia daquelle cuja solução o Dr. Sanglé pretende apresentar, deve ser um imparcial e um desapaixonado. Um imparcial para abdicar a sua maneira de ver individual e caracteristica, fugir á illusão insidiosa da personalidade e julgar os homens de uma idade remota dentro do ambiente moral que elles respiraram e sôbre o scenario em que se ensaiaram as suas energias mais viris. Um desapaixonado para perfilhar, por momentos, os seus erros e paixões, vibrar com os seus enthusiasmos e reconstituí-los com os defeitos e as qualidades da época de que elles são uma expressão.

Estes raros dotes não se encontram no Dr. Sanglé, que deveria limitar o seu campo de operações aos degenerados dos hospicios e deixar em paz as grandes figuras historicas da humanidade.

Os deuses e os heroes são encarnações do ideal concebido pelo pensamento, ou sentido pela consciencia dos povos. Shakespeare ou Gœthe, Jesus ou Mahomet, Cesar ou Napoleão formam as crystallizações

supremas da intelligencia, do sentimento e da vontade humanas. Cada um delles é o ponto de intersecção de milhões de almas que se encontram e se reconhecem irmans pela communitade das mesmas idéas, dos mesmos sentimentos e das mesmas acções.

A historia pode explicá-los, reduzi-los a fórmulas, ajoujá-los nas angusturas de uma theoria, mas a humanidade continuará a considerá-los como a representação de um symbolo mysterioso e incomprehensivel que a anima e encoraja na sua eterna e dolorosa luta pelo ideal longinquo e inatingido. O Dr. Binet-Sanglé fez, quanto á Jesus, uma tentativa toliça e incompleta.

Em primeiro lugar, a these que elle denomina original e inedita e as conclusões a que elle chega não primam pela novidade. Datam talvez de uma época em que elle ainda não tinha concebido a idéa de infligir ao Nazareno o segundo martyrio das suas indagações psychiatricas. O Dr. Jules Soury, outro professor francês, também de posse de documentos que elle julgava irrefutaveis e que são os mesmos utilizados pelo Dr. Sanglé, sustentava these identica.

Depois, os elementos sôbre que se apoiam as affirmações atrevidas do Dr. Sanglé, se não são falsos, são destituídos de valor historico. As suas origens são desconhecidas, a sua authenticidade posta em duvida e o seu testemunho historico insignificante. Elles são incapazes, portanto, de estear conclusões arrojadas, como todas as que formigam nas trezentas paginas da monographia do digno medico francês. Conhecem-se somente um, ou dois, annos da vida de Jesus e a semana que precedeu a sua morte; a sua

historia é completamente falha no tocante aos dōze Apostolos, como elles viveram, o que fizeram e onde morreram. « Como o humilde propheta galileu », pergunta Scherer, « se tornou o verbo creador? como o pastor de um rebanho se transformou no Bispo de uma Igreja? como o ensino de alguns judeus destronou as philosophias e as mythologias do mundo pagão? como a sua palavra se espalhou até cobrir a terra? como em cem annos se produziu a maior potencia moral que o universo já tem presenciado e uma potencia social capaz de inquietar o Imperio? São outras tantas perguntas que jámais terão resposta. Os documentos nos faltam. Nós vemos bem os resultados, mas as causas permanecem envoltas numa impenetravel obscuridade ».

Isto diz um espirito forte e ponderado e é quanto basta para inutilizar a pretensão do Dr. Sanglé e de todos quantos se aventurem ao exame dēsses grandes problemas sem estar sufficientemente blindados com provas decisivas e apercebidos de textos indiscutíveis.

Em resumo, a these remanejada pelo Dr. Binet Sanglé, sem a addição de novas provas, não é original, a despeito da convicção com que elle a sustenta, e as fontes e documentos em que elle se abeberou não fornecem a medida exacta do fundador do christianismo, nem podem dar a ultima palavra sōbre a sua vida e obras.

Não sou eu quem o affirma: depõem eloquentemente a sua obra e a historia das idéas a que ella está filiada.

Se não vejamos.

II

Desde muito tempo a experiencia e a observação tinham assignalado, e a historia raras vezes se tinha dignado registrar, que um grande numero de homens de intelligencia reconhecidamente culta e elevada, que exerceram uma influencia consideravel no desenvolvimento moral e intellectual da humanidade, apresentava diversos caracteres de degenerescencia e, muitas vezes, num contraste impressionador, exhibia, ao lado de fulgurantes dotes intellectuaes, lacunas profundas na sensibilidade moral, cujas manifestações, em regra, se eclipsavam, empanadas momentaneamente pela intensa actividade das faculdades espirituaes.

Antes que a sciencia determinasse, com rigorosa exactidão, a natureza e a origem dessas taras psycho-

pathicas, o phenomeno da co-existencia do genio e da loucura tinha sido annotado na antiguidade por Aristoteles, numa sentença hoje sedição á força de ser citada, mais tarde por Boerhaave, que a reproduziu mais ou menos nos mesmos termos, e depois por Molière, que, com uma intuição profunda de artista, fazia dizer a um dos seus personagens *que tous les grands hommes ont toujours quelque grain de folie mêlé à leur science.*

As memorias, as biographias e as correspondencias dos grandes homens, dadas á publicidade depois da sua morte; o testemunho irrecusavel dos amigos e das pessoas que mais de perto viveram na sua intimidade; a revelação de certas particularidades exquisitas de temperamento, de character e de sentimentos, sorprendidas por acaso, projectaram uma luz nova e forte no estudo das grandes figuras da historia, que pareciam ter até então apresentado, aos seus contemporaneos, uma unica face da sua personalidade.

A psychologia morbida tratou de reconstituir o outro lado obscuro e pouco accessivel dessas individualidades que o historiador de profissão, preocupado com o narrar dos seus actos e feitos publicos, desdenhara, por desinteressante e inutil, e em breve todas ellas resurtiram, cheias de um novo encanto, animadas de uma vida talvez menos brilhante e invejavel, em todo o caso mais movimentada, empolgante e digna de estudo. « Se um familiar », disse Lombroso, « não tivesse por acaso sorprendido uma unica vez Richelieu accommettido do delirio epileptico, quem jámais o poderia suspeitar? E quem, sem as

recentes memorias de Berti e Mayor, acreditaria que Cavour, por duas vezes, tivesse tentado suicidar-se? Se Taine não tivesse sido um dos raros historiadores que comprehenderam o auxilio da psychiatria no estudo da historia, como poderia elle descobrir os traços que attestam a todos a loucura moral de Napoleão? As torturas de Carlyle foram escriptas depois da sua morte pela mulher; poucas espôsas fazem o mesmo e raros são os maridos que se apressam em publicar memorias semelhantes. Quantas pessoas vêem ainda um ser angelico no celebre pintor Aiwo-sowski, este homem que soccorre centenas de pobres, mas deixa morrer de fome sua mulher e filhos? » Deante destas considerações do genial criminalista italiano, ninguem, sinceramente, ousará pôr em duvida a utilidade pratica e as vantagens dos estudos historicos, quando auxiliados discretamente pela psychologia morbida.

Na realidade, o estudo anatomico e biologico dos grandes typos representativos da humanidade, com o concurso dêsses novos methodos, generalizou-se rapidamente; psychologia morbida, segundo a expressão introduzida por Moreau de Tours, ou medicina retrospectiva, conforme a denominação de Littré, o novo departamento de estudos enriqueceu-se e hoje ha toda uma vasta e opulenta literatura, referta de problemas interessantes e mysteriosos que, pela sua novidade, nos commovem e nos deliciam.

Foi Moreau de Tours, o famoso alienista francês, quem primeiro fez uma applicação magistral da psychologia morbida á historia e com tal brilho e cópia de argumentação que a these scandalosa surgiu de

chofre com a estrutura solida de uma theoria inteiriça e acabada.

E' verdade que antes das suas investigações e do apparecimento do seu celebre livro *A Psychologia morbida em suas relações com a philosophia da historia*, os trabalhos de Lélut no exame do demonio de Socrates e do amuleto de Pascal, os estudos de Verga sôbre a lypemania de Tasso e o livro de Lombroso a respeito da loucura de Jeronymo Cardan, as observações de Réveillé-Parise relativas á physiologia dos homens dados aos exercicios da intelligencia, tinham aberto o caminho ás futuras investigações e desperitado o enthusiasmo pelas explorações dessa nova ordem de phenomenos.

Coube, porém, a Moreau de Tours reunir o maior numero de documentos e factos curiosos e instructivos e examiná-los debaixo de um ponto de vista rigorosamente scientifico.

Os grandes guerreiros e politicos, os reformadores religiosos, os philosophos, os homens de sciencia, os poetas, os literatos, os artistas, todas as figuras culminantes da historia do desenvolvimento do espirito humano, foram arroladas e chamadas a depor em favor da psychologia morbida. Em todas ellas o insigne alienista francês verificou a existencia de profundas desordens psychicas e moraes. O exame detalhado de todos os casos levou-o a concluir que « as disposições em virtude das quaes um homem se distingue dos seus semelhantes pela originalidade dos seus pensamentos e das suas concepções, por sua excentricidade ou pela energia das suas faculdades affectivas, pela transcendencia dos seus dotes intel-

lectuaes, se originam das mesmas condições organicas que as perturbações moraes de que a loucura e o idiotismo são a expressão mais completa ». Não nos cabe analysar o valor scientifico das vistas de Moreau de Tours, mas somente deixar estabelecido que a elle toca o merito de ter pôsto, pela primeira vez, o problema da genialidade e da loucura em seus verdadeiros termos.

Depois de Moreau de Tours, succederam-se, filiadas á mesma ordem de idéas, as obras de Schelling, Hagen, Jugen-Mayer, Radestock, Tebaldi, sem mencionar uma multidão de monographias sôbre casos característicos e especiaes. Lombroso, num livro engenhoso e instructivo, *O Homem de genio*, reuniu uma quantidade immensa de factos em defesa da these de que a genialidade era uma das multiplas formas da degenerescencia mental. Em todos os grandes vultos da humanidade elle verificou a existencia de taras physiologicas e psychologicas. E demonstrou que uns eram attingidos de mania das grandezas, outros do delirio religioso, estes do delirio da perseguição, uma grande parte pertencente áquella classe de degenerados que Félix Voisin designou com o nome de *genios parciaes*, isto é, de individuos dotados de raras aptidões intellectuaes, a par de uma lastimavel e completa ausencia do senso moral. « A frequencia dos homens de genio entre os loucos », diz Lombroso, « e dos loucos entre os homens de genio explica a razão pela qual o destino dos povos tantas vezes tem estado entre as mãos dos alienados e como estes puderam contribuir para o progresso humano ».

De todos os espiritos culminantes da historia humana somente a figura de Jesus parecia ter escapado aos processos da psychologia morbida. A sciencia como que se recusava a desmontar aquella alma sublime, que agasalhara a mais consideravel porção de ideal que já foi dado ao homem conter. Durante muitos annos nenhum psychologo se decidira a abordar a these e reconstituir a figura do Nazareno, segundo os methodos postos em pratica pelos cultores da nova sciencia. Não podem ser incluídos entre tentativas dessa natureza os famosos *Fragmentos*, de Reimarús, que reduziam a personalidade de Jesus a de um vulgar ambicioso politico, cujos planos subversivos se tinham mallogrado; nem um romance de Venturini, que fazia o que o seu autor chamava a historia natural dos grandes prophetas de Nazareth, entre os quaes Jesus, que lhe apparece como um mystificador ordinario, ajudado da cumplicidade dos seus amigos, para embahir o povo e os discipulos que acceitavam e propagavam as suas doutrinas.

Estes ensaios, a que se poderia accrescentar o livro de Miron, que, sob o titulo revolucionario de *Jesus reduzido ao seu justo valor*, appareceu em 1864, devem antes ser considerados como as primeiras contribuições para assentar o problema da resurreição do perfil de Jesus com o auxilio da psychiatria, problema que, pela primeira vez, surge claramente pôsto, sustentado e desenvolvido, com um brilho de linguagem raro e uma intensidade de dialectica não commum, na obra do illustre physiologista francês Jules Soury, publicada com o titulo de *Jesus e os Evangelhos*.

Este livro, do qual existe uma traducção portuguesa, hoje rarissima, de Clovis Bevilaqua e Martins Junior, apresenta e examina a figura de Jesus de conformidade com os ensinamentos da psychologia morbida; antes de nenhum outro, elle procura estudar o grande propheta nazareno considerando-o como um doente, cujo mal se propõe a acompanhar, em suas variadas manifestações, nos textos dos Evangelhos.

« Se consentirmos um instante », declara Jules Soury, « em tratar como documentos historicos os três primeiros Evangelhos e, em particular, o de Marcos, o Jesus que se ergue e se desprende dêsses velhos textos judaizantes não é certamente um personagem de idyllio, um doce sonhador, um fino e amavel moralista; é antes uma especie de judeu fanatico, encolerizado contra a sociedade do seu tempo, uma cabeça estreita de visionario, um thaumaturgo semi-lucido, sujeito a esses negros accessos de violencia e de phrenesi que o fizeram muitas vezes passar por louco na opinião dos seus. Aos olhos dos seus contemporaneos elle o era e, ao nosso ver, ainda o é. Somente, longe de lhe fazer disso um crime, vemos no mal que atacou Jesus a condição da sua superioridade, a causa profunda e occulta da sua acção sôbre o mundo. »

Como se vê, a these da loucura de Jesus, antes de ser apresentada como inedita e original no recente livro do Dr. Binet-Sanglé, com um titulo arrepiadoramente escandaloso, foi examinada pelo Dr. Jules Soury, sendo de notar que este physiologista subordinava o valor das suas conclusões á hypothese de se

admittir por instantes, os tres Evangelhos, e, em particular, o de Marcos, como documentos de valor historico incontestavel.

O exame dêsses textos e a discussão da sua authenticity não são feitos no livro de Jules Soury e esta omissão constitue, a meu ver, o seu vicio capital sob o ponto de vista da historia e da critica, se attendermos a que as fontes pagãs e judias são insignificantes, quasi nullas, incapazes de nos servirem de guia na reconstituição da vida e obras do famoso Nazareno.

Depois dessa obra de Jules Soury, a these é retomada pelo Dr. Binet-Sanglé, que já transformara os prophetas biblicos numa legião de alienados mysticos.

O medico francês apoia-se em duas proposições geraes, estabelecidas em um livro anterior consagrado ao estudo das religiões e das leis psycho-physiologicas que presidem ao seu desenvolvimento. As premissas que o Dr. Sanglé assenta, e dá como acceitas, consistem em que os individuos physica e mentalmente bem constituidos são terrenos improprios para a germinação das idéas religiosas, ainda que elles estejam mergulhados em um meio mystico; e que essas idéas se desenvolvem, a ponto de invadir o campo de consciencia, entre certos psychopathas hereditarios, ainda mesmo que elles vivam em um ambiente intellectual.

Não é aqui o lugar de discutir o fundamento dessas affirmações, o que nos arrastaria fora dos limites prefixados a estas ligeiras considerações; mas, de passagem, pode-se affirmar, com o testemunho da experiencia e da observação em todas as idades, que

são justamente os individuos physica e mentalmente bem constituídos os que formam o verdadeiro typo do homem normal e equilibrado, *fruges consumere natus*, aquelles em cujo cerebro a idéa da religião encontra sempre um terreno mais propicio ao seu desenvolvimento. Mas essa não é a nossa questão e sim o exame da theoria que o Dr. Sanglé recebeu das mãos de Jules Soury e pretendeu robustecê-la com a integração de novos elementos adquiridos pela psychologia morbida. Elle acredita ter encontrado em Jesus affecções graves do systema nervoso e sobretudo perturbações mentaes claramente definidas.

As suas considerações que se desatam em varios capitulos são precedidas de um estudo da familia de Jesus e dos seus ascendentes; depois, o exame da sua constituição physica; a analyse do phenomeno da transfiguração presenciado por três de seus discipulos; a impossibilidade em que se viu Jesus de carregar o instrumento do seu martyrio; a sua morte rapida; o factó, narrado com insistencia pelo Evangelista João, de ter visto jorrar do peito do crucificado, ferido por um golpe de lança, uma mistura de sangue e agua, constituem os themas principaes cujo desenvolvimento, entremeado de observações scientificas, o leva a conclusões atrevidas, que elle tenta resumir dizendo que Jesus «nascido entre o Mediterraneo e o lago Tiberias, no fundo de uma provincia montanhosa, com florestas, pouco frequentada, selvagem, num país de bom vinho, numa época em que o alcoolismo corroia a população judia, num burgo perdido, cujos naturaes causavam riso aos habitantes das cidades; filho de um piedoso car-

pinteiro e de uma devota; irmão de um asceta mirrado e sordido que, suggestionado por elle, se tornou chefe de seita e pagou o fanatismo com a propria vida; primo-irmão de um outro chefe de seita que teve a mesma sorte; tio-avô de rusticos, cuja simplicidade e impotencia excitavam a piedade dos romanos; contando sete mysticos entre as treze pessoas da sua familia; pequeno de estatura e de pêso, constituição delicada, tendo apresentado uma sitiophobia de longa duração e uma crise de hematidrose; morto prematuramente na cruz por uma syncope facilitada pela existencia de uma expansão pleuretica, provavelmente de natureza tuberculosa; tendo idéas de eunuchismo, de aedipismo e de amputação manual, reveladoras de desejos sexuaes ardentes, senão de perversão sexual, conservando-se impotente e esteril, — Ieschou-bar-Iossef nos apparece já como um degenerado physico e mental.»

Estonteia-nos a segurança dêsse diagnostico feito á distancia, através de perto de dois mil annos, sôbre os textos evangelicos, cuja natureza, origem e authenticidade constituem outros tantos problemas, talvez insolúveis, para a sciencia. O Dr. Sanglé, a quem todas estas difficuldades não parecem causar a menor inquietação, promette tranquillamente completar as extravagantes proposições que colmam as trezentas paginas da sua monographia com a publicação de um segundo e terceiro estudos sôbre Jesus, em que serão analysados os seus conhecimentos, as suas idéas, os seus delirios, as suas allucinações, as suas emoções, o seus sentimentos e os seus actos.

Qualquer que seja o valor scientifico do seu ultimo livro, a verdade é que as affirmações nelle contidas, desde a mais modesta até a mais atrevida, estão substancialmente inquinadas de um vicio original: todas se apoiam unica e exclusivamente sôbre documentos contraditoriamente interpretados e de importancia duvidosa.

Em resumo, a these, cuja prioridade o digno professor da Escola de Psychologia de Paris reclama para si, é antiga e não tem originalidade alguma, como tivemos occasião de verificar. Além disto, é falsa, pois não se apoia num só documento cujo valor historico seja incontestado.

E' o que vamos, com o maximo resguardo, examinar agora.

III

O Dr. Binet-Sanglé procura apoiar todas as suas extravagantes affirmativas no texto dos Evangelhos que, na sua opinião, representam « biographias ingenuas e sinceras de um valor historico incontestavel » e foram escriptos por pessoas « que assistiram evoluir sob os seus olhos um caso de theomania, um caso de loucura religiosa, sem comprehender-lhe a natureza, e que descreveram simplesmente o que viram ».

Elle acredita firmemente que a verdade, ainda mesmo refractada através dos cerebros simples dos evangelistas, imbuidos das suas opiniões, das suas concepções e das suas tendencias, resurte sufficientemente clara para que se possa, acompanhando, passo a passo, o texto dos evangelhos canonicos, restaurar

a personalidade de Jesus, como Cuvier, dispondo de alguns ossos esparsos, reconstituia os especimens da fauna antidiluviana. Admittidos os Êvangelhos como obra realizada por individuos que, sem o saber, estavam ao par das acquisições mais recentes da neurologia e da psychiatria contemporaneas, o Dr. Binet-Sanglé trata de assentar, discutir e desenvolver a these que se propôs examinar.

A primeira questão que devemos considerar e de cuja solução depende o valor de todas as conclusões contidas na monographia do Dr. Binet-Sanglé consiste em saber se os Êvangelhos, isto é, os quatro livros do Novo Testamento, como chegaram até os nossos dias, são criticamente inatacaveis e constituem um documento de valor historico incontestado.

E' sabido que depois da morte de Jesus, os seus actos e palavras foram conservados pelos discipulos que elle formou e, sómente mais tarde, confiados á escripta, se transformaram no Êvangelho escripto., Estas primeiras biographias, arranjadas em substituição do Êvangelho oral ou «paradosis», constituiram os chamados Êvangelhos primitivos, isto é, a narração de uma parte da vida e actos de Jesus, recebida directamente dos seus discipulos. Esses Êvangelhos primitivos não chegaram até nós; mas a sua existencia é incontestavelmente confirmada por uma passagem do evangelista Lucas, que se refere a essas antigas compilações, redigidas de conformidade com os depoimentos de testemunhas oculares da vida e obra de Jesus, e por um trecho de Papias, bispo de Phrygia em Hierapolis, na primeira metade do seculo II, trecho conservado pelo historiador religioso

Eusebio e allusivo á época em que alguns discipulos de Jesus ditavam a compiladores as palavras e os discursos do Mestre e narravam os episodios mais suggestivos da sua vida.

Como quer que seja, o historiador não dispõe, na actualidade, d'esses documentos preciosos.

Os Evangelhos primitivos desapareceram.

Quanto aos chamados Evangelhos secundarios, houve tantos quantas as innumeradas seitas em que se dividiu o christianismo nascente. De alguns conhecemos unicamente o titulo; de outros os historiadores nos transmittiram varios fragmentos; diversos chegaram na integra até os nossos dias. Todos elles contêm, naturalmente, destroços dos Evangelhos primitivos, mas a critica tem sido impotente para separar a parte historica recebida daquelles e a parte adicionada pela fantasia dos redactores e affeiçoada á crença dos seus partidos religiosos.

A Igreja examinou esses documentos e resolveu condemná-los, com excepção de quatro, que foram reconhecidos como verdadeiros e capazes de fazer autoridade, em virtude das disposições do Concilio de Laodicéa, reunido sob o pontificado de Silvestre I (270-337) e do de Carthago, reunido em 397. O papa Gelasio I confirmou, em 494, a decisão do seu antecessor.

Se os livros do Novo Testamento, como acabamos de ver em traços largos, são documentos sôbre cuja origem, natureza, authenticidade e valor historico os sabios ainda não chegaram a um accôrdo, se a critica não conseguiu mostrar o que ha de verdadeiro e o que ha de imaginoso nas narrações legen-

darias nelles contidas, como é possível que os seus textos sejam chamados em defesa de uma these tão delicada como a que pretende estudar o Dr. Binet-Sanglé ?

A indiscutibilidade das fontes em que elle se abeberou e a authenticidade dos documentos que lhe serviram de guia deviam ser a condição da segurança das suas conclusões.

Não se comprehende que affirmações tão categoricas e terminantes estejam arrimadas a textos tão frageis e vacillantes.

Os Evangelhos, em cujas paginas o medico francês descobre um Jesus dotado de predicados que repugna ao espirito humano admittir, são os mesmos em que Renan surprende outro Jesus, bom e meigo, amante das creanças, cheio de indulgencia para os erros e desmandos dos homens, de uma suavidade incomparavel, cuja figura luminosa, mansa e espiritual ainda hoje paira por sôbre as sociedades, derramando sôbre a cabeça dos que soffrem e crêem a claridade serena da fé e da esperanza.

Os quatro livros do Novo Testamento, mesmo sem terem chegado até nós em sua forma original, podem fornecer uma medida approximada da figura excepcional do extraordinario Nazareno e deixar uma impressão de conjuncto que Renan tentou reproduzir no seu primeiro livro sôbre as origens do christianismo.

Mas seria pueril pretender, como quis o Dr. Sanglé, resuscitar a figura de Jesus com detalhes e particularidades, servindo-se exclusivamente dos textos que a critica não sabe quantas vezes foram

modificados. Renan, ao visitar a Palestina, ficou de tal modo impressionado com a concordancia entre a paisagem galiléa e a harmonia das idéas evangelicas, que reconheceu a parte de verdade que necessariamente deve existir na narração dos evangelistas. « Supponhamos », diz elle, « que ha quinze ou vinte annos três ou quatro velhos soldados do Imperio tivessem tomado a resolução, cada um do seu lado, de escrever a vida de Napoleão com as suas reminiscencias. E' claro que as suas narrações offereriam innumerous erros e fortes discordancias. Um delles collocaria Wagram antes de Marengo; outro escreveria sem duvida que Napoleão expulsou das Tulherias o govêrno de Robespierre; um terceiro omitiria expedições da mais alta importancia. Mas uma cousa resultaria certamente com um alto viso de verdade destas narrações ingenuas, é o caracter do heroe, a impressão que elle produziu entre os seus. Neste sentido, taes historias populares seriam preferiveis a uma historia solenne e official. Pode-se dizer outro tanto dos Evangelhos ». Para um historiador poeta, como era Renan, esses documentos sôbre a vida de Napoleão seriam preciosos: mas exigir que a historia archivasse essas lendas e proferisse o seu veredictum sôbre o grande guerreiro com o concurso de elementos tão frageis, seria um absurdo só igual ao de Sanglé pretendendo reduzir Jesus a um alienado, com o unico testemunho dos quatro livros do Novo Testamento.

Além dos Evangelhos, de cujo valor historico já temos uma medida exacta, não ha outros documentos capazes de fornecer ao historiador dados seguros

para a reconstituição do perfil de Jesus. As fontes de origem pagã, segundo o testemunho de Maurice Vernés, o insigne autor dos *Resultados da Exegese Bíblica*, se reduzem, pouco mais ou menos, às declarações de Tacito que attribue a origem do christianismo a um certo Christo, suppliciado no reinado de Tiberio, por ordem de Pilatos, isto é, entre 24 e 36 da éra christã, três quartos de seculo, portanto, mais ou menos antes da época em que Tacito redigiu as suas memorias. O que diz Suetonio é insignificante, a carta de Plinio a Trajano é suspeita e quanto ás fontes judaicas, segundo nos informa ainda Maurice Vernés, não nos intruem mais porque todas ellas têm o character de uma polemica injuriosa.

Isto quer dizer que as unicas fontes de que dispõe o historiador para o estudo da personalidade de Jesus são, em ultima analyse, os Êvangelhos, isto é, o « testemunho daquelles que reconheceram o Messias por Jesus de Nazareth ». E nós já vimos que o problema relativo á origem, relação mutua e valor historico dos livros do Novo Testamento, não recebeu ainda uma solução definitiva.

Esta pobreza de documentos é tão extraordinaria que um escriptor italiano, Emilio Bossi, publicou em 1903, em Lugano, uma obra sob o curioso titulo *Gesú non è mai esistito*, na qual, repetindo e desenvolvendo uma affirmação de Dupuis, Letourneau e Ganneval, emprehendeu demonstrar que a existencia material de Jesus não está historicamente provada e que o fundador do Christianismo é uma pura invenção em vista do cumprimento das prophcias, um personagem inteiramente symbolico, ela-

borado com elementos preexistentes fornecidos pelos livros do Antigo Testamento, « che gli Evangeliste l'anno inventato para adempiere le scritte ».

O escriptor italiano faz com o Christo o mesmo que o sabio alemão Wolf, desde 1875, fez com Homero, considerando-o um nome patronymico, para designar a familia de cantores entre os quaes tiveram origem as poesias e cantos conhecidos pelos nomes de *Iliada* e *Odyssea*.

Emilio Bossi procura defender o seu ponto de vista escudando-se numa série de considerações historicas.

Allega primeiro não existir uma unica linha escripta do proprio punho de Jesus e ignorar-se o dia exacto ou approximado do seu nascimento e da sua morte.

Depois, verifica entre os escriptores que floresceram na época de Christo a ausencia de qualquer menção digna de fé relativa á sua vida e obras; commenta o silencio significativo de Philon, o chefe mais autorizado da grande escola hellenico-judia de Alexandria, cujas doutrinas resumiam as concepções religiosas da época; assignala o mutismo de Plutarco que narrou as vidas de tantos homens celebres; estuda o trecho, cuja authenticidade é geralmente contestada, attribuido a Flavio José, o famoso historiador dos Judeus, e analysa as referencias imprecisas de Tacito, Suetonio e Plinio. Finalmente, examina os quatro livros do Novo Testamento, nos quaes não descobre elementos seguros e infalliveis para a demonstração historica da existencia de Jesus Christo.

Não entraremos na apreciação do valor das idéas tão calorosamente sustentadas pelo interessante escriptor italiano (1). Citando-as, quisemos apenas evidenciar a natureza das fontes actuaes para o estudo de Jesus, da sua vida e obras, e a malleabilidade dos textos que se prestam, quando habilmente manejados, á defesa das proposições mais extravagantes e desconexas.

*
* *

O livro do Dr. Binet-Sanglé, em resumo, além de desinteressante, é falso. Desinteressante, porque retoma, sem a contribuição de novos elementos, uma these já discutida. Falso, porque todo elle é apoiado em excerptos de documentos cuja authenticidade é duvidosa e valor historico insignificante.

A aspereza e a audacia das conclusões do medico francês realçadas pelo abstruso e extravagante dos seus conceitos, constituem o traço mais vivo e caracteristico de sua obra e o segredo do seu successo. Ninguem de bôa fé tomou ao serio as remastigadas idéas do Dr. Sanglé nem aceitou o bonifrate macabro que sua imaginação doentia argamassou com pedaços truncados dos textos biblicos e extractos de uma meia sciencia pedantesca, superficial e espectacular.

A figura de Jesus continuará a encher o mundo, aureolada com o halo luminoso da sua bondade in-

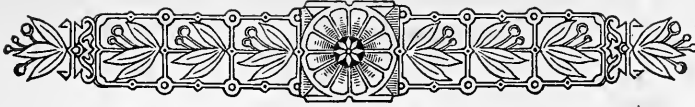
(1) Veja-se no presente volume, a pag. 130, o trabalho consagrado ao exame do livro de Emilio Bossi, bem como o estudo final sobre a significação historica do Christianismo.

comparavel e do seu superior espirito de justiça, e os sabios, na impotencia de tocarem a fimbria constellada da sua tunica, continuarão a levantar hypotheses, que, de resto, não representam mais do que colgaduras engenhosamente arranjadas para disfarçar os claros e as lacunas do conhecimento humano.

NICOLAS NOTOVITCH

A vida desconhecida de Jesus-Christo





NICOLAS NOTOVITCH

A vida desconhecida de Jesus-Christo

I

No estudo consagrado á refutação de uma these que o Dr. Binet-Sanglé, professor da Escola de Psychologia de Paris, sustentou no seu famoso livro *La Folie de Jésus*, tivemos ensejo de assignalar a ausencia de documentos de valor historico indiscutivel que permittissem explicar a personalidade do fundador do christianismo, o desenvolvimento dramatico da sua existencia, a natureza intima dos seus

ensinamentos e reconstituir a verdade através de narrações legendarias e fabulosas e de tantos textos obscuros ou apocryphos, incompletos ou contradictorios.

Se os Evangelhos, isto é, os quatro livros do Novo Testamento, não podem constituir um guia seguro e infallível para a representação exacta da realidade, porquanto o problema relativo á sua natureza, origem, relação mutua e authenticidade ainda não recebeu a ultima palavra da critica historica, muito menos confiança inspiram as fontes pagãs que se reduzem a algumas citações vagas e imprecisas de Tácito e Suetonio, e as fontes de origem judia que, segundo o testemunho de Maurice Vernés, não nos ministram informes mais dignos de fé, pois revestem todas o character de uma polemica injuriosa e aggressiva.

Estes elementos de valor historico insignificante e quasi nullo, pois elles nas mãos de habéis deformadores de textos se têm prestado ás mais extravagantes concepções da figura do fundador do christianismo, constituem as unicas fontes em que a historia se inspira para a recomposição da personalidade de Jesus, da sua vida e do seu ensino. Excusado é accrescentar que não nos referimos a documentos de origem duvidosa, como o celebre fragmento do philosopho platonico Celso, inserto em seu *Discurso Verdadeiro* e conservado por Origenes numa refutação áquella obra, segundo o qual Jesus foi forçado a fazer uma viagem ao Egipto, onde se dedicou aos estudos da sciencia theurgica, viagem a que tambem allude a narração evangelica segundo Matheus em

época diversa da assignalada por Celso e por alguns Evangelhos apocryphos (1).

Os textos que chegaram até aos nossos dias falam-nos apenas de um ou dois annos do ministerio de Jesus e da semana anterior á sua morte. A mocidade do grande propheta judeu no seio da familia e a influencia das seitas religiosas do seu país, os longos annos que precederam a sua apparição entre os israelitas, os elementos formadores da sua individualidade constituem problemas que ainda não receberam uma solução satisfactoria de nenhum dos innumerados historiadores da vida de Jesus. A completa inopia de fontes seguras força-os a uma concordancia impressionadora: o catholico mais orthodoxo, o protestante e o racionalista debatem-se no mesmo mysterio e consideram como falhas de senso e destituidas de valor historico quaesquer tentativas de restauração do periodo da existencia de Jesus que se desata dos treze annos, época em que os Evangelistas perdem o fio da narração, e se prolonga até o inicio de seu ministerio publico na Galiléa.

O Padre Didon, um dos mais autorizados representantes da doutrina catholica, confessa lisamente a impossibilidade de se conhecer a vida de Jesus nos annos que precederam a sua apparição no seio do povo de Israel. « Esta existencia occulta, pobre e laboriosa, durou perto de trinta annos. Ella é envolvida em mysterios. »

Roger-Hollard, pertencente á Igreja protestante, num livro consagrado ao exame do caracter

(1) *Jésus l'Alexandrin. Le symbole de la Croix.* « Études Historiques », par Gustave Lejeal, pags. 35-69. Paris, 1901.

de Jesus, diz que « sabemos muito pouco sôbre o periodo da sua vida que precedeu ao de sua actividade publica, mas o que sabemos e o silencio mesmo que cerca este periodo, nos deixam uma impressão cheia de paz e de harmonia. Em parte alguma Jesus faz ao seu passado a menor allusão que importe um sentimento e ainda menos um remorso ».

Maurice Vernés, o profundo autor dos *Resultados da Exegese Biblica*, declara positivamente serem « desprovidas de toda base séria as tentativas feitas com o fim de estabelecer uma chronologia da vida de Jesus ou, materia mais delicada ainda, com o intuito de restituir a evolução do seu pensamento e o desenvolvimento dos seus sentimentos religiosos, de definir o processo pelo qual elle teria passado antes de attingir a consciencia clara da sua missão reformadora ».

Essas confissões traduzem a opinião geral quanto á incapacidade da sciencia historica de desvendar, com o auxilio das fontes actuaes, o mysterio da vida de Jesus na época decorrida dos treze aos trinta annos.

Os Êvangelhos não nos fornecem uma indicação precisa capaz de nos explicar o mysterio dessa existencia.

Elles limitam-se a consignar, de passagem, num versiculo isolado, que « Jesus crescia em sabedoria, em estatura e em graça deante de Deus e deante dos homens » ou, mais vagamente ainda, que elle ficava no deserto até o dia em que devia apparecer deante do povo de Israel.

Como se verifica, ha, sem contestação, um hiato na narrativa consagrada pelo testemunho dos evangelistas.

Ignoram onde e como Jesus-Christo se preparou para a grande missão que modificou tão profundamente a orientação moral e intellectual da humanidade.

Entretanto, velhos manuscriptos encontrados, ha alguns annos, por um viajante russo, num antigo convento budhista do Thibet, projectam uma luz nova e desconhecida sobre a individualidade do fundador do christianismo e nos revelam alguns episodios significativos da existencia do extraordinario propheta judeu durante aquella época obscura e mysteriosa a que não alludem os livros do Novo Testamento, nem as fontes pagãs e judias que chegaram até aos nossos tempos.

Um exame rapido, em seus grandes traços, dessas vetustas chronicas e um succinto resumo das narrações nellas contidas e conservadas pelos escriptores budhistas, fornecerão uma idéa approximada da sua consideravel importancia historica.

II

Em 1878, um viajante russo, Nicolas Notovitch, por ocasião de uma visita ao Thibet, descobriu entre os papeis de um antigo convento budhista varios rolos contendo memorias manuscriptos, em lingua thibetana, relativas á vida e obras de um grande propheta, Santo Issa.

Essas velhissimas chronicas, das quaes existem cópias e traducções em outros conventos do país, foram redigidas por historiadores brahmanes e budhistas.

Nicolas Notovitch, de posse desses preciosos documentos, que elle fez logo traduzir, copiar e anotar, voltou á Europa e entendeu-se com diversas autoridades ecclesiasticas, notoriamente reputadas, sobre a necessidade e conveniencia da sua publicação.

Monsenhor Platon, metropolitano de Kiew, e o Cardeal Rotelli, em Paris, apressaram-se em aconselhar ao viajante russo que se abstinésse da divulgação de semelhantes manuscriptos. Mas, depois de ouvir a opinião de Renan, que logo se offereceu para redigir um memorial para a Academia, e mais tarde de Jules Simon, Nicolas Notovitch se decidiu a assumir a responsabilidade da publicação dos manuscriptos que vieram á luz em um livro intitulado *La vie inconnue de Jésus-Christ*.

As narrativas de viagem que precedem a tradução dos documentos descobertos pelo russo Notovitch são de uma mediocridade desoladora.

Èscriptor improvisado, para não transferir a outrem o merito da apresentação das suas novidades, o seu livro é um estiraço incolor e descosido de cabeceantes repetições, de indigentes lugares comuns mal arregimentados a alternarem com dessa-boridas considerações que se extendem nas suas miseras e esfarripadas paginas, amargurando o mais complacente leitor e travando-lhe o desejo de chegar até ao fim do volume. A sua estranha incapacidade literaria, exuberantemente revelada nas miseras e esca-richadas paginas de seu livro, mal disfarça a sua incapacidade scientifica que reponta maravilhosa de todas as affirmações e conceitos, traindo flagrante-mente uma sciencia de algibeira e adquirida apenas para os gastos inadiaveis de occasião.

Além disto, os manuscriptos que estão appensos ao volume deviam rigorosamente ser acompanhados de *fac-similes*, de photographias que concorressem para garantir a assellar a sua authenticidade. Nada

disso foi observado. A traducção é seguida de commentarios que, em regra, são confusos e desordenados, pois o autor desconhece a arte de agrupar methodicamente uma série de factos diversos em vista de um conjuncto harmonico e logico.

Estas chronicas, pertencentes á bibliotheca de Lassa, foram levadas da India, do Nepal e de Maghada no anno 200, approximadamente, depois de Christo, para um convento construido no monte Marbour, perto da cidade de Lassa. Ellas contêm a descripção da vida e obras do « melhor dos filhos dos homens », Santo Issa, um sabio israelita que, tendo vivido muitos annos entre os sacerdotes brahmanes e budhistas, voltou para o seu país onde foi condemnado á morte por ordem do Governador romano Poncio Pilatos, depois de ter sido, por duas vezes, absolvido por um Tribunal composto de sabios e anciãos da Judéa.

As narrações conservadas nesses antiquissimos documentos redigidos segundo o testemunho de mercadores vindos da Judéa com a noticia do martyrio de Santo Issa, assemelham-se em quasi todos os pontos ás dos Evangelistas e mantêm um nexu iniludivel de analogia com o que se sabe ácerca da vida de Jesus.

A figura do grande propheta judeu, examinada ás refulgencias dessas veneraveis chronicas, adquire uma feição nova, mais logica, mais coherente, mais humana e a sua vida e obras surgem aos nossos olhos como um resultado do meio complexo em que elle viveu e se agitou, aquecido por aquella « temperatura moral » de que nos fala Taine, e não como

um producto isolado, esporadico, apparecido archi-gonicamente, sem determinação historica, no seio da sociedade judia.

Em resumo, e seguindo tanto quanto possivel a letra dos textos traduzidos, essas chronicas budhistas nos dizem que um jovem israelita, de origem divina, já conhecido na Galiléa aos treze annos « pelos seus discursos edificantes em nome do Todo Poderoso », abandonou clandestinamente, naquella idade, a casa paterna e, numa caravana de mercadores, tomou o caminho da India, « para se aperfeiçoar na palavra divina e estudar as leis dos grandes Budhas ».

Chegado á India, os Djainitas, impressionados com a profunda sabedoria e alta inspiração do jovem peregrino israelita, procuraram attrahí-lo para a sua seita, mas Issa retirou-se, pouco tempo depois, para Djaguernatt, onde os padres brahmanes o acolheram com carinho e lhe « ensinaram a ler e comprehender os Vedas, a curar com o auxilio de preces, a ensinar e a explicar a Escriptura Santa ao povo, a expulsar o espirito maligno do corpo do homem e lhe restituir a forma humana ».

Em Djaguernatt passou seis annos. No começo, a lingua do país, o sanscrito, as doutrinas religiosas a philosophia, a medicina e as mathematicas constituem o objecto dos seus estudos predilectos. Depois, as suas predicas dirigidas de preferencia ás classes miseraveis dos brahmanes; os seus ataques reiterados á hierarchia de deuses que desnaturava o principio do monotheismo e a negação da origem divina dos Vedas, irritaram profundamente os padres brahmanes e os guerreiros que resolveram a sua morte. Ad-

vertido em tempo pelos discipulos que a sua bondade e a magia da sua palavra tinham conquistado, o jovem propheta encaminhou-se para as montanhas do Nepal, onde o Budhismo florescia em todo o seu esplendor. O principio da unidade divina era aí religiosamente conservado em sua pureza primitiva, desde quinhentos annos, quando o Principe Sakia-Mouni fundara a doutrina budhica. Seis annos depois, Issa, já preparado para a explicação dos livros sagrados e iniciado nas doutrinas e praticas religiosas dos sacerdotes budhistas, resolveu tornar ao seu país.

Completara 26 annos.

As noticias das humilhações dos seus compatriotas e das calamidades que devastavam a terra que elle deixara em creança decidiram-no a abandonar a India.

Dirigiu-se, primeiro, para oéste, pregando a povos differentes a suprema perfeição do homem, combatendo a idolatria e os sacrificios humanos.

A fama da sua palavra magnetica estirava-se pelos países vizinhos e quando Issa entrou na Persia, os sacerdotes, receiosos do poder suggestivo das predicas do peregrino israelita, prohibiram aos habitantes de acompanhá-lo e ouvi-lo.

Os adoradores de Zarathustra, alarmados, fizeram-no prender e submetter a um longo interrogatorio, depois do qual o propheta foi conduzido, á noite, fora das portas da cidade e abandonado na estrada, na esperança de que as feras saberiam completar a sentença que os sacerdotes persas não tinham ousado pronunciar.

O propheta seguiu viagem, despertando o entusiasmo e alegria pelos campos e pelas cidades, onde uma multidão, sempre nova, vibrava ao calor da sua palavra illuminada.

Aos 29 annos de idade, appareceu Issa no país de Israel, a terra dos seus antepassados. Deante do seu povo, cumulado de infortunios e agitado pela perspectiva do advento de um Messias annunciado pelos prophetas para restabelecer o reino de Israel, elle aconselhou a humildade e a paciencia, pois « o dia da redempção dos peccados estava proximo ».

Milhares de pessoas seguiam-no, animadas da esperanza da libertação e do restabelecimento dos seus antigos cultos e das crenças dos seus maiores.

Os chefes das cidades por onde a palavra do propheta ia deixando um sulco de fogo, inquietos com a sua popularidade crescente e ameaçadora, queixaram-se ao Governador romano, Pilatos, residente em Jerusalém, que os sermões de Issa levantavam o povo que o ouvia e seguia com assiduidade, negligenciando os serviços do Estado.

Insinuaram-lhe a necessidade e conveniencia de impedir, por qualquer maneira, a continuação daquelle estado de cousas, cujos resultados podiam ser funestos á administração romana daquelle provincia conquistada.

Pilatos, não vendo em Issa mais do que um agitador, ordenou a sua prisão e, para não exasperar o povo que o acompanhava por toda a parte, decidiu que o trouxessem a Jerusalém afim de ser julgado no templo pelos velhos sacerdotes hebreus e sabios.

Nesse interim, Issa, que continuava a pregar de cidade em cidade, chegou a Jesuralém, cujos habitantes accorreram em massa ao seu encontro, ansiosos por ouvirem da sua boca as palavras inflamadas com que elle havia mitigado os infortunios das outras cidades da Judéa.

Os padres e anciãos foram encarregados por Pilatos do julgamento do propheta no templo. Depois de ouvirem da sua propria boca a declaração de que elle não procurava levantar o povo de Israel contra as autoridades constituidas, mas voltava de países distantes, onde fôra habitar em creança, para recordar aos Israelitas a fé dos seus antepassados e o restabelecimento das leis mosaicas, elles se apresentaram ao Governador romano e communicaram-lhe ter absolvido o pregador judeu, pela falsidade das accusações que lhe eram imputadas. Pilatos, encolerizado com o procedimento dos veneraveis juizes, fez acompanhar o propheta de espiões, encarregados de recolherem todas as palavras que elle dirigisse ao povo.

Issa proseguiu em sua missão pelas cidades vizinhas, indicando « os verdadeiros caminhos do Creador, exhortando os Hebreus á paciencia, prometendo-lhes uma prompta libertação » e aos que elle reconhecia assoldados pelo Governador romano, explicava que não seriam libertados do poder do Cesar, mas dos erros grosseiros em que as suas almas viviam mergulhadas.

Tres annos durou o ministerio de Issa.

A sua popularidade crescia e já era tido como o verdadeiro Messias libertador annunciado pelos

prophetas. O Governador romano, a quem os espiões declararam nada ter ouvido do prégador que parecesse uma instigação á revolta contra as autoridades constituídas, encarregou os soldados de o prender e conduzir para um subterraneo, onde foi torturado na intenção de se lhe arrancar uma confissão compromettedora. Os sacerdotes e anciãos, informados dos martyrios infligidos ao seu grande propheta e da resistencia heroica opposta a todos os meios empregados para fazê-lo falar, dirigiram-se ao Governador romano com o pedido de o mandar pôr em liberdade por ocasião da festa da Paschoa, que se approximava. Pilatos recusou peremptoriamente acceder ao desejo dos velhos sacerdotes, mas permittiu que Issa comparecesse deante do Tribunal dos Anciãos para ser, em definitiva, sentenciado antes da proxima festa.

Fizeram-no retirar da prisão em lastimavel estado de fraqueza por motivo das torturas soffridas. Sentado entre dois ladrões que deviam ser julgados ao mesmo tempo afim de attenuar a importancia do acontecimento que apaixonava a população, deante do Governador romano que presidia o Tribunal, e dos principaes capitães, sacerdotes, sabios, anciãos e legistas, Issa foi submettido a um longo interrogatorio do qual se deprehendia a sua completa innocencia.

O Governador, irritado com a altivez das suas respostas, exigiu que os juizes pronunciassem a pena capital.

Os anciãos recusaram proferir essa sentença iniqua deante das declarações ouvidas de todos.

Pilatos recorre ao derradeiro expediente que o seu espirito imaginara para não deixar escapar a presa. Manda adeantar um dos seus espiões que affirma ter ouvido do propheta a annunciação do reino de Israel sobre a terra de que Issa se intitulava o Chefe Supremo.

A scena narrada pelas chronicas budhistas é de uma grandeza serena e unica na historia. « Tu serás perdoado », disse o propheta ao traidor, « porque o que dizes não vem de ti » e, depois, dirigindo-se a Pilatos: « Porque humilhas a tua dignidade e ensinas aos teus inferiores a mentira quando, sem ella, tu tens o poder de condemnar um innocente? » A estas palavras, Pilatos, esquecido do seu cargo, exige dos Anciãos a condemnação de Issa e a absolvição dos dois bandidos.

Os velhos juizes, depois de se consultarem, declararam solennemente não assumir a responsabilidade de condemnar um innocente, levantaram-se e, depois de lavarem as mãos num vaso sagrado, saíram annunciando: « Nós somos innocentes da morte do Justo ».

O propheta e os dois ladrões foram crucificados no mesmo dia por ordem de Pilatos, e os seus corpos ficaram suspensos nas cruzes sob a guarda dos soldados.

« Ao pôr do sol extinguiram-se os soffrimentos de Issa. Elle perdeu os sentidos e a alma desse justo se separou do corpo para ir confundir-se na Divindade. »

Assim findaram os dias de Santo Issa « reflexão do Espírito eterno, sob a forma de um homem

que tinha redimido os peccadores endurecidos e suportado tantos soffrimentos ».

O Governador romano, sobresaltado com a severidade do seu procedimento, mandou entregar o corpo do propheta aos parentes que o sepultaram perto do lugar do supplicio. Em breve, toda uma multidão gemente e lacrimosa accorria em peregrinação para o seu tumulo. Três dias depois, Pilatos, a quem tinham chegado rumores de um levantamento popular, ordenou aos soldados que retirassem á noite, secretamente, o corpo de Issa e sepultassem em sitio afastado.

No dia seguinte, encontrado o tumulo aberto e vazio, propalou-se que o « Juiz Supremo recolhera, pelos seus anjos, os despojos mortaes do santo no qual tinha habitado sôbre a terra uma particula do espirito divino ».

Pilatos, enfurecido com a nova feição dos acontecimentos, começou a mover uma perseguição contra os mais exaltados adoradores e discipulos do propheta, que foram obrigados a deixar o país de Israel e annunciar entre outros povos o abandono dos seus grosseiros erros, a purificação das almas e a « felicidade perfeita que aguarda os homens no mundo immaterial e luminoso, onde, em repouso e em toda a sua pureza, reside numa majestade perfeita o grande Creador ».

« Os pagãos », termina a vetusta chronica, « os seus reis e os seus guerreiros escutaram os préga-dores, abandonaram as suas crenças absurdas, renegaram os seus sacerdotes e os seus idolos para celebrar os louvores do muito sabio creador do Uni-

verso, do Rei dos Reis, cujo coração está cheio de uma misericórdia infinita ».

Assim dizem, em suas linhas geraes, as narrações archivadas nos antigos manuscriptos budhistas encontrados no Thibet.

Vejamos que especie de considerações elles nos podem suggerir.

III

A leitura attenta desses velhos documentos nos deixa a certeza de que Santo Issa, o melhor dos filhos dos homens, e Jesus Christo são um unico e mesmo personagem. As analogias inconfundiveis entre o propheta cuja vida é narrada pelos sacerdotes budhistas, e aquelle cujo perfil chegou até os nossos dias através dos quatro livros do Novo Testamento; as concordancias das duas narrativas; a epoca em que os successos se desenvolveram; a identidade dos principaes episodios da sua existencia; o silencio absoluto que os Evangelistas guardam sobre a vida de Jesus antes do seu encontro com João Baptista, não deixam a menor duvida sobre o seguinte facto de alto e inestimavel valor historico: Jesus, nos annos que precederam o seu ministerio publico no seio

do povo de Israel, durante essa phase mysteriosa da sua existencia a que os Êvangelistas não se referem, visitou a India, onde se dedicou com afinco ao estudo das sciencias, da philosophia e, em particular, dos grandes systemas religiosos então existentes.

Alguns historiadores da vida de Jesus, entre os quaes se pode mencionar Renan e Theodoro Keim, tinham chegado a affirmar, na ausencia de textos em contrario, que o propheta judeu recebera uma instrucção mediocre semelhante á de todas as creanças da sua classe e do seu país, e não possuia aptidões que o elevassem acima do nivel intellectual dos seus compatriotas.

Renan, mais arrojado quando se tratava de estabelecer uma these sem documentos comprobatorios, imaginou logo que o sabio Hillel devia ter sido o primeiro mestre de Jesus. Essas affirmações, que nenhum texto justifica, se esboroam á mais ligeira analyse e nem se torna necessario estadear argumentos e razões com o fim de mostrar-lhes a fragilidade e a incoherencia.

E' certo que Jesus não acompanhava na synagoga os ensinamentos em voga dos escribas e phariseus nem se iniciara nas doutrinas essenienzes professadas pela grande escola hellenico-judia de que o judeu Philon era o mais autorizado representante.

Os materiaes de que dispõe o historiador hodierno não autorizam semelhante supposição.

Os essenienzes constituíam uma seita, de cuja existencia possuímos informações muito vagas por Plinio, o antigo, Philon de Alexandria e Flavio José, o celebre historiador dos Judeus.

O livro que Gustave Lejeal escreveu para demonstrar a these de que Jesus habitara Alexandria, onde se affeioou á escola e ás doutrinas de Philon, não tem o apoio de um unico documento de valor historico indiscutivel, nem offerece sequer o merito da novidade, pois o problema da filiação de Jesus ás doutrinas essenenses já fôra magistralmente discutido por Ewald na sua *Geschichte des Volkes Israel*, discussão de que o *sabio* francês não parece ter o menor presentimento.

Tambem as allegações phantasiosas de Edouard Schuré no estudo dos grandes iniciados não concorreram para o esclarecimento da questão que, segundo a opinião de Mauricio Vernés, continúa a ser um enigma sem probabilidades de ser resolvido.

Sem embargo disto, a superioridade da intelligencia de Jesus, a energia da sua vontade e a grandeza da sua alma são factos que ninguem de boa fé ousa actualmente revocar em duvida. Dos manuscriptos budhicos se evidencia a vastidão do seu saber e a potencia das suas faculdades.

Por outro lado, as analogias reaes que Renouvier e Taine haviam assignalado entre a moral budhista e a moral christã; a intima correlação dos Evangelhos com a tradição e os principios ensinados por Budha, analysada com uma sagacidade e erudição extraordinarias pelo philosopho alemão Rudolf Seydel, em duas obras (1) resumidas por Hubbé Schleiden, encontram uma explicação mais logica nas chro-

(1) *Das Evangelium von Jesu in seinem Verhältniss zur Budhasage*, Leipzig, 1882, e *Die Buddhalegende und das Leben Jesu*, Leipzig, 1884.

nicas budhistas e tornam altamente provavel a hypothese da permanencia de Jesus na India.

Se a similitude de circumstancia pode explicar algumas concordancias entre os ensinamentos do fundador do budhismo e os do fundador do christianismo; se a consciencia moral da India brahmanica na época em que surgiu Sakia-Mouni se assemelha em muitos pontos ao da Judéa no tempo do apparecimento de Jesus, é tambem fora de duvida que o grande propheta judeu hauriu, longe do seu país, o conhecimento profundo de doutrinas scientificas e religiosas que os seus compatriotas ignoravam. Esta foi uma das condições da sua superioridade no país de Israel, a razão ultima da sua fôrça e da irradiação sympathica das suas doutrinas. As lendas budhistas apresentam-nos a sua figura talvez menos divina, em todo o caso, muito mais logica, mais coherente e mais humana.

A sua acção sobre as fôrças desconhecidas da natureza, cujos effeitos eram desconhecidos aos judeus e causavam assombro aos seus espiritos cheios de credulidade e de superstição, nada tinha de extraordinario para os sacerdotes da India, que se distinguiam pelo exercicio do que elles chamavam « o poder sobrenatural »: penetração do pensamento, levitação e translação de objectos no ar, curas de doentes por meio de palavras tiradas da terminologia brahmanica. constituíam phenomenos vulgares ao alcance daquelles sacerdotes.

O Dr. Karl Kase, um dos historiadores da vida de Jesus, suggere a explicação dos factos miraculosos attribuidos pelos Évangelistas a Jesus por meio da

existencia no propheta de uma fôrça activa, estranha e de effeitos desconhecidos.

Não tentaremos examinar o que pode haver de verdadeiro e falso nessas affirmações.

Apenas consignaremos, como ao abrigo de toda a discussão, que entre os sacerdotes budhicos da India Jesus se preparou, se apparelhou das melhores armas, disciplinou o seu espirito e ensaiou as energias que mais tarde haviam de agitar em seus derradeiros fundamentos a sociedade occidental e dismantelar a seriação hierarchica dos deuses da mythologia pagan.

Os manuscriptos budhistas apagam o labéu infamante de deicidio que a tradição ligou á memoria do heroico povo judeu, e illuminam uma personalidade que a historia conhecia através das narrações lendarias recolhidas pelos redactores dos E'vangelhos: Poncio Pilatos.

O Governador romano, á luz das chronicas budhistas, avulta num destaque forte e excepcional. Não é mais o magistrado sentimental que a tradição nos legou, hesitando em entregar á acção da justiça o Nazareno reclamado pelo poviléu fanatico e ullulante em frente ao pretorio, mas uma legitima autoridade do Imperio romano, cioso das conquistas de Cesar.

O seu espirito pratico não comprehende o alcance da missão de Jesus; não consegue fazer a distincção subtil da natureza politica ou religiosa do seu misterio.

Aos seus olhos, zeladores da provincia conquistada, a figura do Nazareno apparece-lhe revestida

das formas de um verdadeiro revolucionario disposto a sacudir o jugo dos dominadores, libertar os Israelitas e fundar o Reino prometido e anunciado.

Os conselhos de purificação das almas e as promessas de restabelecimento das leis mosaicas soam aos ouvidos de Pilatos como variações de um thema cujo sentido a sua intelligencia facilmente apprehende e concebe. Resolver desembaraçar-se de um homem tão perigoso, de modo a não irritar o povo que o adorava; pôr em acção os meios de que dispunha sua autoridade revestindo de velludo a pesada barra de ferro com que pretendia desferir o golpe fulminante, foi obra de um instante.

A morte do propheta pareceu-lhe o ponto final deste periodo de agitações. Fê-lo morrer.

Restituiu os seus despojos á familia. Irritado com as romarias ao lugar do supplicio, mandou enterrá-lo pelos seus soldados em sitio desconhecido. Triste e dolorosa ironia da historia! O Governador romano, que tomara a peito apagar da memoria do povo a lembrança do grande propheta, foi inacordadamente o factor da sua gloria. Os judeus, credulos e supersticiosos, não encontrando no dia seguinte o cadaver do seu pregador, creem na sua resurreição.

Pilatos no auge da indignação só tem um caminho a trilhar: perseguir, exilar, metter nas prisões e condemnar á morte os recalcitrantes.

Em vão. A figura ideal do libertador de Israel crystalizara-se de chofre.

Não se pode assegurar em absoluto que Jesus se julgasse o Messias no sentido que os judeus ligavam

esta palavra. As observações profundas e sagazes de Edmond Scherer ao livro de Renan não conseguiram deixar demonstrado que o propheta pretendesse a fundação de um reino semelhante ao de David e de que elle fôsse o soberano theocratico.

Não ha texto em nenhum dos Evangelhos, nem nas chronicas budhistas, que autorize a crença de que elle sonhava uma revolução social com o intuito de restabelecer sôbre a terra o reino de Israel. Na época em que elle nasceu, as esperanças messianicas do povo judeu, cumulado de miserias, tinham attingido a sua expressão mais elevada e se concentravam na expectativa universal de um homem no qual ellas se corporificassem e tivessem uma vida real e tangivel.

Terminava o reinado de Herodes, assignalado por uma serie ininterrupta de calamidades que tinham abatido o animo dos fortes e aniquilado as esperanças dos fracos e dos timoratos. As guerras continuas contra os arabes, as sedições internas, os supplicios, as exacções, as pestes, as fomes que então devastaram o país, acordaram naquelle povo heroico a recordação dos tempos gloriosos do Rei David. É a regressão áquella idade de ouro, o desejo de voltar ás crenças dos seus antepassados, de restabelecer as suas antigas leis politicas e religiosas, constituiram o sonho constante, a aspiração suprema do povo israelita. A esperança depositada num Messias contrabatia os effeitos das humilhações e dos soffrimentos que os romanos, pelo pulso de ferro de Herodes, faziam pesar sôbre elle. A vinda de um glorioso descendente de David, annunciada pelos prophetas, para a liber-

tação do jugo que parecia impossivel sacudir, fazia esquecer os males presentes e antegozar um futuro que a predilecção, nunca desmentida, de Jehovah necessariamente lhe reservava em época não muito remota.

Foi no seio dessa sociedade, abatida pelo desespero e minada por uma melancolia profunda, que nasceu Jesus. O povo, ingenuo e credulo, transportou para a sua pessoa todos os attributos messianicos. Julgava-se soada a hora da libertação. Ainda desta vez elle fôra illudido.

A vida e sobretudo a morte de Jesus, que rompeu tão violentamente a continuidade da sua missão, demonstram que elle jámais sonhou na fundação de um reino sôbre a terra, nem as chronicas budhistas lhe emprestam essas idéas de ambição terrena.

Jesus é, antes, o propheta do reino ideal que a consciencia dos Judeus, torturada pelos soffrimentos, creara e que a sua imaginação revestira de formas abstractas e irrealizaveis. E' o mensageiro de um novo mundo, cujos habitantes devem disciplinar na terra os seus instinctos e divinizar a intelligencia ao clarão sereno e benefico do amor, da paz e da justiça. A sua obra tão dolorosamente quebrada, mas não interrompida, germinou. Os Judeus que a colera do Governador romano expellira dos lares dos seus maiores, despojara dos seus templos e dos seus vasos sagrados e puzera fora das suas leis tradicionaes, transportaram e espalharam a semente preciosa por todos os recantos da terra.

A arvore cresceu, bracejou e elançou para o céu as suas frondes vicejantes.

O christianismo tornou-se a grande potencia social e moral, como semelhante jámais fôra visto no mundo, e Jesus, a personificação da justiça e do amor, sempre maior á medida que avulta em seculos, transmudou-se em genio tutelar da humanidade, extendendo sôbre ella a sombra benefica e fecunda das suas grandes asas, confortando-a na jornada dolorosa e torturadora em demanda dessa cidade ideal e luminosa que elle, da Judéa, indicara um dia, ao longe, aos seus discipulos attonitos.



CLEMENTE RICCI

A Significação Histórica do Christianismo



CLEMENTE RICCI

A Significação Historica do Christianismo

I

O autor do presente livro é, porque assim o digamos, o plenipotenciario da cultura historica europea na America. Em Buenos Aires se extremou de golpe pela seriedade e elevação dos seus primeiros ensaios de critica religiosa, mas sómente agora consorciou definitivamente o seu nome a essa grande obra sobre a funcção historica e civilizadora do Christianismo, obra de alta monta que nobilita a intellectualidade do nosso Continente.

Não impunha, porém, ao exito ruidoso a natureza das questões estudadas por Clemente Ricci. Antecipadamente estavam destinadas a não vingar um reduzidissimo circulo de leitores, pois a erudição, a critica e a profundeza de pensamento ainda não são entre nós havidas na conta de titulos que recomendem um escriptor á massa geral de publico: bem ao contrario, são um salvo-conducto rapido e em regra para o mar morto do esquecimento.

Sem embargo penso que a *Significação Historica do Christianismo* será tida em merecido apreço por aquella diminuta parte do publico legente que se interessa com sympathia pelos problemas que a critica historica levantou desde o momento em que apprehendeu estudar a religião christã como um phenomeno natural, regido pelos mesmos principios que determinam a formação e o desenvolvimento das outras instituições religiosas da humanidade e subordinado ás mesmas leis geraes que presidem á marcha de todos os factos sociaes.

Sabe-se o resultado dessas atrevidas pesquisas que entalharam fundo o cerne da orthodoxia catholica. Os livros fundamentaes da religião christã, esmerilhados pelos mesmos processos a que se tinham submettido os differentes monumentos literarios e religiosos da antiguidade, foram despojados do seu character de infallibilidade, de sua origem divina e sobrenatural: e as narrações contidas em varios escriptos biblicos, tidos pela tradição orthodoxa por literalmente inspirados, perderam o apoio de uma pretensa revelação anterior e superior a toda investigação.

Em uma palavra, o methodo historico comparativo desvelou a origem humana do Christianismo, eliminou ao mesmo tempo o seu character miraculoso e a crença na divindade da sua doutrina e dos seus dogmas e forçou-o a entrar no vasto encadeamento natural de causas e effeitos, de reacções e acções que formam a complexa trama da historia do espirito humano.

Em todas as partes do mundo culto esses graves problemas tocantes á natureza, origem e funcção politica e social do Christianismo e que, tão de perto, tocam os destinos da sociedade em que vivemos, interessam particularmente a uma grande maioria do publico.

Entre nós são desconhecidos os nomes de quasi todos esses extrenuos trabalhadores que representam a culminancia do saber historico. Os seus profundos trabalhos de exegese biblica e critica religiosa, as suas obras de vasta e solida erudição, construidas laboriosamente com o auxilio de materiaes accumulados dia a dia e arrancados com esforço da fuligem espessa do passado, não figuram, em regra, nos mostruarios das nossas livrarias, nem são frequentadas assiduamente pela nossa magra meia duzia de espiritos cultos e amantes dos estudos desinteressados.

Se esta peccaminosa indifferença é, até certo ponto, excusavel entre os que não fazem dos estudos religiosos preocupação exclusiva da intelligencia, não a desculpamos sem tristeza no seio da classe que, em virtude mesmo das suas funcções na sociedade, deveria estar sempre apercebida para o ataque, attenta ás arremettidas do espirito scientifico e ás suas inevi-

taveis ousadas, trazendo para o debate o testemunho esclarecedor e conciliante da tradição e da ortho-doxia catholica.

Não é, em regra, o que acontece com o nosso clero. Pela sua ignorancia, brunida, reluzente, deslissam á superficie, sem deixar vestigio, os problemas mais graves. Tudo lhe é indifferente, os nomes que se assignalaram nessas requestas memoraveis travadas nos circulos intellectuaes dos países cultos da Europa e a opulenta literatura que se creou em tórno á historia das origens do Christianismo. Quando muito, merecem a referencia asexual de algum estudioso que acaso lobrigou, relançando os olhos pela secção bibliographia das revistas estrangeiras, o clarão dessas lutas em que se empenham theologos, sabios e artistas.

Quem se der ao trabalho de examinar a influencia dêsses debates da critica européa sôbre os nossos escriptores catholicos e procurar medir a acção exercida pelas delicadas pesquisas da critica religiosa sôbre a sua orientação mental, terá um amargo e profundo desapontamento. Mal chegou aos seus ouvidos o rumor das controversias que provocaram, ha bem pouco tempo, os livros de Loisy e Harnack. Ver-se-á que, sem embargo de ser Loisy um francês, e portanto accessivel a todas as intelligencias, e Harnack um allemão, mas vastamente traduzido em todas as linguas cultas, nosso procedimento é o de um povo que vivesse sequestrado num mundo á parte, a considerar com desdem essas disputas infindaveis sôbre questões que, de ha muito, tivessem sido resolvidas em ultima instancia.

Um factio typico e eloquente.

Em 1909, um livro publicado na Alemanha por Arthur Drews, sob o titulo de *Die Christusmythe*, provocou uma intensa agitação em todos os circulos sabios daquelle país. O ardor combativo, em principio represado nas cathedras de ensino e nos grandes orgãos da opinião collectiva, extravazou em livros, pamphletos, brochuras, impressos, num fervor impaciente de apagar e destruir as idéas subversivas, e, mais do que tudo, falsas, pregadas no famoso livro.

E' preciso dizer que não se tratava de uma these original destinada a armar ao effeito e suscitar escandalo em tôrno do nome do seu autor: ao contrario, as idéas emittidas por Drews, tocantes á inexistencia material, historica do fundador do Christianismo, assimilando-o a um mytho, entroncavam-se por um lado nos livros de Dupuis, Ganneval e Emilio Bossi, e por outro nas hypotheses aventurosas de Bruno Bauer, Kalthoff, Peter Jensen, Smith. Além disto, o autor não trazia contribuição nova, ou seria, para a discussão e estudo da já desacreditada these.

Nem por isso se fez o silencio em tôrno do livro de Drews. Não sómente os mais autorizados representantes da orthodoxia catholica e do protestantismo, mas tambem decididos racionalistas, se empenharam, com ardor, nessa campanha de que resultou, como era de prever, a completa derrota de Drews. Hermann von Soden e o Dr. Karl Beth, para mencionarmos dois dos mais decididos e implacaveis adversarios da hypothese defendida em *Die Christusmythe*, seguiram, passo a passo, o desenvolvimento da idéa de Drews, desmascarando a fragilidade das suas deducções, a

sua ignorancia da historia das origens do Christianismo, a deslealdade da sua argumentação e, em especial, a decrepitude de uma these que fôra sustentada com muito mais brilho e talento e erudição por Bruno Bauer e Kalthoff.

Pois bem, qual o órgão catholico ou emancipado que se fez eco dêsses memoraveis debates? Quem acompanhou e informou o publico das peripecias dessa luta em que estava empenhada a propria existencia material do fundador do Christianismo?

Se quisermos ainda um testemunho desalentador dessa peccaminosa indiferença por todas as manifestações serias do pensamento contemporaneo, por esses magnos problemas que preoccupam tam vivamente os espiritos sabios da Alemanha, França, Inglaterra e Italia, basta ler esse *Univerſo* (1), que entre nós vive a fingir de órgão catholico, pontificando frioleiras para gaudio da beguinaria cacarejante das sacristias e capazes de provocar o riso ao mais obtuso seminarista. Quando este órgão se associou aos debates da critica européa? Quem lhe conhece a orientação? Que attitude assumiu, não ao ser publicado o livro de Drews, mas quando appareceu na Italia o livro fundamentalmente falso de Emilio Bossi, revocando em duvida a existencia historica de Jesus, quando o Dr. Binet Sanglé, acceitando como um cren-te os evangelhos canonicos em toda a sua plenitude, extrahia delles um Christo physica e moralmente de-generado?

Nada se sabe a respeito.

(1) Hoje desaparecido. O presente trabalho foi publicado no *Jornal do Commercio*, de 18 de Outubro de 1910.

E todavia, no reino da ignorancia, esse orgão campá de erudito e não se peja de ejacular, duas vezes por semana, os productos de uma sciencia eructante, mal digerida nos parques lazeres que lhe proporcionam as lutas políticas de interesse mais immediato para a grei do que as controversias de ordem religiosa.

Em tão malpropicio ambiente, identico em todos os países latinós-americanos, o livro de Clemente Ricci estava de antemão irremissivelmente condemnado. Por isso mesmo não me cansarei de louvar o heroismo com que o digno pensador argentino aventurou a sua publicação.

Vamos, pois, analysar a *Significação Historica de Christianismo* (1) e alinhar algumas considerações suggeridas pela sua leitura.

*
* *

Podemos adeantar que estamos em completo desacôrdo com a idéa geral que dirigio as investigações de Clemente Ricci na composição do seu livro e mesmo em mais de um ponto particular. Mas o digno sabio argentino é um espirito sufficientemente esclarecido para perceber que esses dissentimentos não diminuem, antes fortalecem, minha admiração pelos dotes excepcionaes do seu talento.

Veremos que o seu livro, embora não esteja isento de defeitos, se recommenda a todos os amantes desinteressados das cousas do saber, não só pela esplen-

(1) Clemente Ricci. *La Significación historica del Christianismo*. 2 volumes; I, 499 paginas; II, 826 paginas — Imprenta de Juan H. Kidd & C. — Reconquista 274. Buenos Aires, 1909.

dida sinceridade que resae de todas as suas paginas, como tambem pela lucidez da visao panoramica do autor no considerar a historia do Christianismo e, ainda mais, pela erudição vasta e de bom quilate, que se derrama em prodigiosa exuberancia por todos os seus capitulos.

II

A Significação Historica do Christianismo forma a primeira parte de uma obra de vastas proporções em que Clemente Ricci conta estudar a acção do Papado e da Reforma e o seu desenvolvimento politico-social e religioso desde Constantino, através de Frederico II, até a paz de Westphalia.

Os dois alentados tomos que temos presentes apenas examinam, em suas linhas fundamentaes, a remota preparação da antiguidade pre-christã para o advento da boa nova, logo seguida da vinda de Christo, do seu ministerio e da propagação das suas doutrinas pelo mundo romano.

Sente-se que a traça não podia ser melhormente ordenada.

Clemente Ricci, e peço-lhe desculpa de ir tão direito ao centro do seu assumpto, propõe-se um duplo fim: primeiro, formular com a maior exactidão um

conceito historico do Christianismo; depois, explicar a historia da Europa pela influencia directa e decisiva daquella instituição religiosa, mostrando a sua funcção civilizadora, buscando medir e avaliar, tanto quanto possivel, a sua acção no desenvolvimento historico da raça indo-européa.

Entendamo-nos.

E' indiscutivel que o Christianismo modificou fundamentalmente a orientação intellectual, moral e social da humanidade e ninguem ignora que a religião calcada na mensagem evangelica, além de ter creado uma interpretação da vida individual e collectiva, convertido povos, affeioado sociedades, revolvido consciencias, gerado uma arte, presidiu, depois, aos destinos da civilização européa.

Ao leitor desprevenido poderia parecer que o digno pensador argentino vem reeditar sabidas considerações sobre a significação do Christianismo, conforme se deprehe de do titulo do seu livro.

Não. A tentativa de Clemente Ricci differe das anteriores nesse sentido de que o Christianismo, cuja acção elle pretende examinar, é inteiramente diverso daquelle que encontramos definido em qualquer compendio de historia das religiões. Por isso é que consagra dois grossos volumes á procura de um conceito rigorosamente historico do Christianismo, reservando-se estudar depois a sua influencia sobre a marcha da civilização.

O objectivo principal do livro consiste, pois, em buscar o verdadeiro Christianismo inspirado nas verdadeiras doutrinas do propheta nazareno e de que o actual não é senão a caricatura.

Que é, pois, o Christianismo, segundo o pensador argentino?

A resposta não se faz esperar: consiste « na adesão á doutrina de Jesus, nos seus principios e idéas essenciaes contidas nos Êvangelhos, não colligida de palavras e phrases isoladas, mas como resulta, com irrecusavel evidencia, do contexto dos Êvangelhos, sem interpretações tendenciosas, nem exaggeros aprioristicos ».

Essa definição é longa e obscura.

Clemente Ricci exprime-se com mais concisão e clareza: « Por Christianismo póde-se entender a doutrina de Jesus tal qual resulta das passagens fundamentaes dos Êvangelhos synopticos, interpretados liberalmente sem contorsões exegeticas, nem significações forçadas ou tendenciosas, attribuidas ás palavras da linguagem commum nos discursos do Mestre. »

Desenrolemos esta meada.

Um critico exigente começaria por indagar os motivos por que Clemente Ricci aceita os quatro Êvangelhos na primeira definição e só aos synopticos confere esse privilegio na segunda.

Não nos deteremos nessa indagação.

Penetremos no espirito da formula enunciada.

Ricci considera que o Christianismo pode ser considerado ou como uma doutrina pura, sem ligas estranhas, desprendendo-se das passagens fundamentaes dos Êvangelhos synopticos, á luz de uma interpretação liberal: ou como uma formação theologico-dogmatica, verdadeira deturpação da doutrina primitiva.

Em duas palavras: o Christianismo evangelico e o Christianismo post-evangelico, dos Padres, dos Papas e dos Concilios.

Esta distincção é capital para a comprehensão dos pensamentos de Clemente Ricci, pois é ao Christianismo considerado sob o primeiro aspecto que elle vai attribuir um destino excepcional na marcha da historia e da civilização da Europa. « Nos estudos philosophicos e sociaes que se referem ao Christianismo, diz Ricci, o ponto de vista philosophico ainda não foi substituido pelo ponto de vista historico. O Christianismo é considerado como uma massa doutrinal harmonica e completa que em sua essencia não evoluiu nem se alterou desde Jesus-Christo até ao Concilio de Trento e desde o Concilio de Trento até aos nossos dias. Não se tem deixado de reconhecer alguma vaga differença entre a sociedade christã primitiva e a actual, mas no fundo se julga em bloco a mensagem evangelica dos Synopticos, das Epistolas de Paulo, do Quarto Evangelho, dos Concilios, dos Padres e dos Bispados ».

Essa distincção, tão insistentemente recommendada, não tem sido desprezada pelos historiadores que estudam o periodo de formação do Christianismo, sobretudo durante os tres primeiros seculos, e a critica mais de uma vez tem batido neste ponto.

Abro Scherer e noto que á sua sagacidade não escapou aquella separação que o sabio argentino reclama com tanto fervor: analysando o livro classico de Havet sobre as *Origens do Christianismo*, Scherer declara que, em vista de uma perfeita comprehensão da phase embryonaria da religião christã, releva-

« distinguir claramente o ensino de Jesus de Nazareth, o dos Apostolos, isto é, o das Epistolas de São Paulo, dos escriptos que trazem o nome de S. João, e emfim o dos Padres da Igreja e dos primeiros Concilios. São cousas completamente distinctas ».

São cousas completamente distinctas, ensina o sabio Scherer.

Clemente Ricci vai além: aceita a distincção e elimina do conceito historico do Christianismo todos os elementos posteriores addicionados á doutrina do Mestre pelos Padres, Papas e Concilios. Só é legitimo e merece o nome de Christianismo a idéa christã independente do apparelho theologico-dogmatico que lhe deu corpo e forma e só é verdadeiro o ensinamento sem mescla que elle julga poder inferir das passagens fundamentaes dos Evangelhos synopticos interpretados liberalmente.

As idéas contidas nessa doutrina subtilizada, considerada em sua forma primitiva e independente das superfetações ulteriores, constitue para Clemente Ricci as poderosas molas que imprimiram á civilização européa um impulso decisivo e caracteristico.

Pois bem, os dois volumes que temos presentes procuram estabelecer esse conceito do Christianismo e os volumes annunciados estudar a sua significação historica.

Creio que o digno argentino é victima de uma illusão, e não teria duvida em proclamá-la sem receio de contestação se não fossem os volumes promettidos que pretendem acompanhar a marcha triumphal da idéa christã, tal como elle a concebe, através do Papado e da reforma, presidindo aos destinos da civi-

lização occidental e deixando a marca inconfundível da sua passagem nas transformações por que tem passado a humanidade religiosa desde os tempos apostolicos até aos dias contemporaneos.

Isto não impede que discutamos desde já duas questões graves, cuja solução nos habilitará para uma vista de conjuncto do plano da obra de Ricci.

Em primeiro lugar, procuraremos saber se no estado actual em que se encontram a sciencia historica e a critica religiosa é possível reduzir o Christianismo aos seus ultimos elementos e por meio de uma liberal interpretação dos textos evangelicos extrahir a verdadeira e unica doutrina christã.

Depois, examinaremos se, mesmo na hypothese de se isolar essa doutrina, ella teria transposto as fronteiras do mundo judaico e atravessado os seculos, por si só, sem o revestimento theologico e dogmatico com que a blindaram os Papas e os Concilios.

E' o que vamos estudar rapidamente.

III

Será possível desprender-se das passagens fundamentais dos Evangelhos uma doutrina completa, coherente em suas partes essenciaes, a que se possa dar o nome de Christianismo?

Clemente Ricci não se embaraça com as affirmativas: uma interpretação liberal dos textos fornece a unica e verdadeira essencia do ensinamento christão.

No estado actual em que se encontra a critica historica no tocante á authenticidade, natureza, origem e relação mutua dos livros evangelicos qualquer tentativa de reconstituição historica das linhas essenciaes do Christianismo está destinada a mallograr-se. Por outras palavras, as interpretações liberaes fornecem a cada investigador um resultado diverso e é sabido que até os modernos anarchistas

conseguiram lóbrigar nas entrelinhas dos livros santos *quelques directions socialistes*.

Sem embargo da boa vontade e dos esforços dos mais estrenuos pesquisadores, tem sido difficil separar-se o elemento lendario do elemento historico, aquillo que constitue o fundo da narraçãõ authentica e o que foi addicionado posteriormente sob a influencia das primeiras dissensões internas que trabalharam o Christianismo primitivo e das lutas vehementes que se travaram entre a tendencia judeu-christã, affeiçoada ao Judaismo, e o largo universalismo de Paulo. «Os testemunhos, confirma Strauss, longe de estabelecerem que esses livros remontam a testemunhas oculares, a familiares dessas testemunhas, ou sequer a autores proximos da data dos factos, deixam-nos, ao contrario, entrever entre esta data e a da redacção um intervallo no qual poderiam tomar consistencia e entrar na tradiçãõ grande porção de elementos ficticios. Pela sua composiçãõ e pelas suas relações reciprocas, revelam-se os Evangelhos, como escriptos redigidos uns após outros, com pontos de vista differentes: em vez de serem um espelho fiel dos factos reflectem as concepções, as tendencias, as opiniões dominantes da época que os produziu.»

Essas razões são por si sós sufficientes para pormos de caução quaesquer resultados de interpretações mais ou menos liberaes. Devemos notar, além disso, que são infinitas as difficuldades no manejo de documentos dessa natureza, accrescidos da imperfeição inevitavel das traducções, da perda dos textos originaes, da ignorancia dos interpretes e dos commentadores.

Depois, qual o criterio da interpretação liberal que Clemente Ricci recommenda? Como acertar no que elle chama « as passagens fundamentaes » e fixar o seu sentido verdadeiro, quando é sabido que essas passagens têm ou deixam de ter esse character conforme a orientação preconcebida do investigador em vista de uma these a sustentar?

Todos nós temos presente o destino que tiveram as philosophias de Kant e Hegel. Quantos discipulos, quantas escolas, quantas interpretações do pensamento dos Mestres.

Se as cousas assim se passam nos nossos tempos, num seculo de critica e de historia, sobre livros e escolas contemporaneas, mesmo em vida dos seus autores, que dizer do texto dos Evangelhos cujas interpretações habilmente orientadas têm gerado toda a sorte de extravagancias?

A interpretação liberal que Clemente Ricci preconiza é um processo vago por si mesmo e ainda mais vago em sua applicação aos livros canonicos. A historia possui actualmente toda uma vasta galeria de Christos, cujas physionomias diversas foram reconstituídas com o só auxilio dos livros do Novo Testamento. Os Evangelhos, sem embargo da sua discordancia, deram á Igreja o Christo orthodoxo. Com o auxilio desses mesmos Evangelhos, Renan restaurou o classico nazareno, romantico, de uma idealidade transcendente, cheio de mansuetude, sonhando a redempção do genero humano pela justiça e pelo amor. Os mesmos textos evangelicos suggeriram a Paul de Regla um Jesus eloquente, perseguido da idéa de uma revolução moral e politica, « o mais divino dos revo-

lucionarios ». Jules Soury não recorreu a outros textos quando proclamou que o Jesus dos Livros Santos não passava de um thaumaturgo frenetico e nervoso, irritado contra os desmandos dos homens. Esses mesmos Evangelhos, de que Ricci julga ter extrahido a quintessencia do Christianismo, são os mesmos que permittiram ao Dr. Binet-Sanglé acompanhar, passo a passo, a marcha da degenerescencia physica e mental do fundador do Christianismo. Com esses mesmos textos, submettidos a uma interpretação liberal, Bruno Bauer e Kalthoff chegaram até a negar a existencia historica de Jesus, dando-o como uma figura mythica e lendaria, e o Christianismo como um producto complexo de grandes movimentos sociaes e populares, nascendo e desenvolvendo-se independentemente do impulso directo e pessoal do seu fundador. E Paulus, e Schleiermacher, e Strauss, e Hase, e Reville, e quantos outros não encontraram tambem um seu Christo com uma doutrina differente da dos seus antecessores?

Em regra, essas reconstituições não correspondem á realidade e não podem ser exactos todos os perfis restaurados com o auxilio dos textos evangelicos. « Tanto é assim, observa Lichtenberger, que um historiador catholico do protestantismo, depois de ter assignalado o character necessariamente subjectivo dessas tentativas e as divergencias que ellas apresentam entre si, pode perguntar sem paradoxo se o Christo não se tornara para a Allemanha sabia de hoje o que elle fôra para os Athenienses do tempo de S. Paulo, o Deus desconhecido ».

Se têm fracassado todas as tentativas para se traçar uma biographia historica de Jesus, e se cada sabio, utilizando sempre os mesmos documentos e promettendo sempre interpretá-los liberalmente, sem contorsões exegeticas ou orientações tendenciosas, reconstitue uma figura differente e contradictoria, se desse modo se passam as cousas no tocante á reconstituição da physionomia de Christo, que dizer da idéa de extrahir dos textos fundamentaes das narrações evangelicas uma doutrina unica e, o que é mais, a verdadeira?

Clemente Ricci julga ter resolvido o problema e exclama convicto: « O reino de Jesus e o amor universal entre todos os homens, eis o eixo em torno do qual gira toda a doutrina do Mestre, livre do lastro dogmatico, alheia a qualquer especulação metaphysica e ao grosseiro realismo da theologia. »

E' a esta magra formula que Ricci reduz todo o Christianismo.

Resta saber se o pensamento christão, assim limitado e circumscripto, seria capaz de marchar por si só, de vingar os limites do mundo judaico, de se dilatar pelos povos antigos e de presidir depois aos destinos da civilização européa.

IV

Certo que não.

Os menos lidos nesses assumptos sabem que um conjuncto de causas primarias e secundarias concorreu efficazmente para a propagação, independencia doutrinal e universalização do Christianismo.

Em primeiro lugar, se não fôra a acção decisiva de Paulo e o refôrço que elle deu á doutrina com as idéas de predestinação e justificação pela fé, o Christianismo ter-se-ia confinado na Palestina como uma seita regional, exclusivamente judaica. « Foi S. Paulo, diz o profundo Scherer, quem fez sair o Christianismo do mundo semitico, quem o levou da Asia para a Europa, quem o plantou no solo classico da Grecia, quem deu ao Christianismo a sua categoria de religião universal. »

A religião começava a marchar em demanda dos seus grandes destinos, ajudada da acção de Paulo, mas também já integrada de elementos novos que apagaram o character particularista das primeiras comunidades.

Enumerar as outras causas que concorreram para o progresso ulterior do Christianismo seria alargar demasiado as proporções de um simples artigo de critica. Basta assignalar que o dominio universal de Roma favoreceu o universalismo religioso, sonhado pelo extraordinario apostolo dos gentios. A dissolução das antigas religiões pagans ajudara o progresso das doutrinas christans. As transformações do judaismo, que se despojara do seu character estreito e nacional ao contacto da theologia neo-alexandrina, facilitaram o evento da nova religião. O desenvolvimento da philosophia grega e, especialmente, das especulações platonicas, tinha, de alguma sorte, preparado um ambiente moral propicio á acceitação das novas crenças.

Todas estas circumstancias politicas, historicas, sociaes, influiram na independencia doutrinal da nova religião e seu consequente progresso. Nella se conchavavam as tendencias dos dois mundos da antiguidade. Daí o seu successo: « Jamais, não tenhamos receio de o dizer, proclama Strauss, jamais o Christianismo teria passado do Oriente ao Occidente, para se tornar e ficar sendo, por excellencia, a religião do Occidente, se este não tivesse presidido ao seu nascimento tanto como o Oriente, o espirito greco-romano tanto como o espirito judaico ».

Por outro lado, o aparelho theologico dogmatico era uma necessidade para a religião nascente. O sacerdocio, as ceremonias, as observancias, são as muletas de qualquer religião. O Christianismo não podia fazer excepção sob pena de petrificar-se num codigo de moral sublime e inutil. Por isso é que elle se revestiu de um envolucro religioso, condição necessaria da sua viabilidade. Sem este indumento exterior, as doutrinas dos Evangelhos constituiriam a leitura deliciosa de um grupo selecto de moralistas, nunca penetrariam na consciencia das massas e os seus adeptos ficariam formando uma especie de *caput mortuum* na civilização como os « fieis thibetanos do Delai Lama », segundo a expressão de Hartmann.

O já citado Scherer, estudando os motivos por que o Christianismo e o Hellenismo, semelhantes em tantos pontos, tiveram destino tão diverso no mundo, ensina, com a sua clareza habitual: « De qualquer modo que se considere a questão, chegar-se-á sempre a este resultado: o Christianismo differe do Hellenismo por ser uma religião e uma religião por que pretende uma origem sobrenatural e que sua virtude provém justamente dêste character de revelação, dêste elemento de maravilhoso. O Hellenismo é alguma cousa de muito grande e de muito bello, mas é sómente uma philosophia e está condemnado a ficar sem influencia sôbre as massas, sem contacto mesmo com ellas, um objecto de admiração e um alimento espiritual para uma imperceptivel parcella da humanidade. Assim, o que é sobrenatural e, por consequencia, irracional é uma potencia, emquanto que o que é puramente racional e humano é esteril. E isto não

é uma opinião que exprimo, é antes um facto que verifico. O ensino christão tem por centro a pessoa do Messias, como o chamam por uma herança das noções judias, ou a pessoa do Salvador, como muito mais a proposito o denomina a linguagem da devoção popular. O propheta de Nazareth, elevado a divindade, não é sómente o revelador da religião, é o seu objecto, nelle se entroncam o amor, a fé e o culto dos crentes: foi elle quem consummou o grande perdão, quem reconciliou a terra com o céu, quem redime o pecador, consola o afflicto, abre a mortalidade humana a esperança de uma outra vida. O Christianismo no fundo é o Christo e esta figura de redemptor da qual é difficil, se não impossivel, separar noções theologicas, rebeldes a toda a critica, não deixa, por isso, de ser recordada como qualquer cousa de memoravel nos annaes da humanidade soffredora. »

Em resumo, é difficil extrahir das passagens fundamentaes dos Êvangelhos uma doutrina, ou, melhor, a unica e verdadeira doutrina christan e, ainda que isto fôsse possivel, o Christianismo ficaria reduzido secamente a um codigo. Sem o apparatus theologico que lhe deu vida, sem o revestimento religioso que o habilitou a conquistar o mundo, ainda hoje estaria chrySTALLIZADO e immovel numa remota comunidade judaica, se já não tivesse desaparecido da face da terra.

Retirar do Christianismo, como pretende Ricci, as explicações mythicas dos phenomenos naturaes, o systema de dogmas, o apparatus theologico metaphysico, o culto e o ceremonial, factores e elementos essenciaes de toda religião positiva e historica, impor-

taria mutilar o conceito mesmo de religião em transformar a doutrina dos Evangelhos numa especie de philosophia transcendente, destinada, por sua natureza, a um grupo insignificante da humanidade. E já vimos que se o Christianismo fôsse sómente isso já teria ido fazer companhia a todos os outros systemas de moral que tiveram a pretensão de viver e agir sôbre a humanidade sem o necessario e indispensavel revestimento religioso.

Espero que C. Ricci nos seguintes volumes dará a chave destas difficuldades e que, ao contacto dos seus methodos criticos e processos historicos, surgirá ambicionada luz sôbre esses graves problemas que tão intimamente affectam os destinos da humanidade. Sem compartilhar as suas convicções, penso que se não deve deixar de lêr estes dois fortes tomos, repletos de uma sciencia vasta, copiosa e bem informada.

V

Mais duas palavras para rematar.

Se me fôsse permittida autoridade para aconselhar, recommendaria ao digno pensador argentino um pouco mais de sobriedade na exposição. Esses dois volumes resentem-se de graves defeitos de composição. Não raro a idéa conductora perde-se num inextricavel novelo de minudencias que sómente perturbam a visão de conjuncto, sem concorrer para maior harmonia e proporção das partes. Daí a leitura difficil e penosa para o grande publico, obrigado a divagar por paginas, que digo eu ? por capitulos inteiros, que bem poderiam ser eliminados sem prejuizo das linhas geraes da these em discussão.

Um modesto volume, estou certo, teria o exito que faltou a estes dois tomos monumentaes.

Não exaggero.

Quasi todo o primeiro volume é consagrado ao exame e refutação das innumerables theorias suggeridas para explicar a marcha do espirito humano e da civilização em geral. Esta vasta e minuciosa analyse alarga em demasia as proporções do livro, quando é certo que um succinto resumo dos methodos verdadeiramente historicos, e estes não são muitos, bastaria ao leitor curioso e intelligente.

E não vejo tambem em que esta critica particularizada tenha concorrido para o esclarecimento da these principal.

Depois, ha ainda, como já assignalei, digressões fastidiosas que inesperadamente transportam o leitor para fora dos dominios da Historia do Christianismo.

Um exemplo, para que se me não acoime de contemptor systematico da *Significação Historica do Christianismo*.

Clemente Ricci quer affirmar de passagem que a idéa de Deus não tem sido extranha aos grandes vultos da humanidade. Não se precisa ser um theologo, ou mesmo um seminarista, para de memoria citar alguns grandes nomes das sciencias que se notabilizaram pelo sentimento religioso. Ricci compõe todo um capitulo eruditissimo, lardeado de citações, em que transcreve, longa e interminavelmente, os testemunhos dos naturalistas, physicos, chimicos, philosophos, geometras, homens de letras estadistas que . . . acreditavam em Deus. Quer salientar a originalidade da doutrina Christã sem embargo de ter sido ella longamente preparada pelo desenvolvimento anterior da cultura dos povos, Ricci não hesita em examinar um por um, todos, realmente todos os casos historicos

em que o genio, conserva sua originalidade nativa, utilizando e vivificando os materiaes accumulados pelas gerações que os precederam. È ' toda uma procição de nomes, de citações, de commentarios, com immensas caudas explicativas, que de modo algum illustram a exposição. Antes tornam-na monotona, ronceira e fatigante.

Quaesquer que sejam os dissentimentos no tocante ás idéas e á sua exposição, não posso occultar a minha sincera admiração ante este livro tão profundamente pensado. A erudição do illustre sabio argentino é, sem contestação, phenomenal: não se o apanha em falta nas mais insignificantes particularidades: elle as vê e todas analysa, classifica, etiqueta, e sobre todas projecta a luz do seu espirito generalizador.

A *Significação Historica do Christianismo*, pelo esforço que representa num meio hostile, e sobretudo pela elevação de vistas com que foi concebido, pela erudição que transborda em suas paginas, ficará sendo um livro memoravel que ennobrece e honra a intellectualidade americana.

(Petropolis, Outubro, 1910.)



APPENDICE





APPENDICE

O ensaio sob o titulo *Emilio Bossi. A negação da existencia historica de Jesus Christo*, quando publicado pela primeira vez no *Jornal do Commercio*, provocou a seguinte carta de Araripe Junior, que guardei entre os meus papeis, mas que não devo furtá-la á publicidade agora que já não existe o notavel escriptor brasileiro:

« Meu caro amigo e collega Dr. Araujo Jorge.

Li esta noite o seu bello artigo publicado no *Jornal do Commercio* sobre o livro de Emilio Bossi e, felicitando-o por essa publicação, aproveito o movimento para agradecer-lhe

a fineza da remessa do opusculo *Jesus*, anteriormente dado á estampa, cujo merecimento é escusado encarecer.

Retardatario embora, escrevo-lhe esta carta com o maior prazer, porque reconheço no amigo um estudioso incansavel, desdobrando-se num escriptor de raça.

Os estudos sobre religiões foram sempre minha cachaça, não pelo gosto da erudição, mas por curiosidade, e principalmente porque atravez delles vejo melhor o que mais me interessa em literatura — a feição moral da vida.

Pode, pois, calcular que percorrendo o seu trabalho, tive uma hora de perfeita satisfação literaria.

Estou de inteiro accordo com o seu juizo sobre a obra e ainda no que diz respeito á enfermidade que de vez em vez ataca a erudição teutonica.

A negação da existencia material de Christo é uma dessas manias que só se curam com o tempo. Houve um Evhemero e durante largos annos e evhemerismo alastrou o mundo erudito. Hoje quem se não ri dessa teoria ?

Todavia parece que da decadencia grega foi o que mais aguçou o apetite paradoxal dos frios descendentes de Herminio.

Wolf viveu num gabinete; quem nos diz que, si esse sabio retroagisse a vida até aos tempos, em que viveu aquelle heroe, não teria sido o mais acirrado inimigo da ordem romana ? Não lhe sendo licito destruir na rota de Augusto as legiões de Varo, poz-se a destruir a unidade dos poemas de Homero.

Se não é mania é pelo menos uma tendencia de raça, que nós latinos perdoamos porque foi ali, naquella nebulosa Allemanha, que a alquimia se transformou na preparatoria da quimica, que um Lavoisier devia depois converter em ciencia verdadeiramente positiva.

Perdoemos, porem, as manias dessa raça, pois que de taes desvios da atenção scientifica provieram tantas descobertas uteis á humanidade.

Com a historia ainda, os germanos fazem o que faziam com a linguistica, com a mitolojia e outras ciencias auxiliares.

Ha illusões deploraveis do microscopico, como ha enganos, engodos ainda mais deploraveis na lojica applicada á historia.

Ainda agora eu chorava o tempo que perdera, embevecido na teoria das raízes e da glótica que um sopro dos Gunggrammatiker dispersou com a simples introdução do methodo fundado na analogia.

Depois o delirio das reparações ! Não é para assombrar que um O' Donnelly despenda vinte annos de labor para escrever *The great cryptogram*, no intuito de provar que Bacon é o autor das tragedias de Shakespeare ? E com que formidaveis aparelhos de informação... E Gregorovius sobre a honestidade de Lucrecia Borgia ? E os neronianos ? E os juristas advogados de Judas, que ninguem sabe como viveu efetivamente e se comportou na missão do Galileu ?

Entre nós mesmos já houve quem pretendesse advogar a cauza de Calabar. Felizmente o Sr. Conselheiro Ruy Barbosa ainda não foi convidado para isso; porque estou certo que, si elle tomasse a si esta cauza perdida, teriamos em pouco tempo decretada a revizão do processo e da condemnação daquelle bom amigo do dinheiro dos Flamengos.

Em um artigo de pedagogia historica subscripto por Ephraim Emerson, da « Harvard University », encontrei um conselho pratico que me impressionou bastante. Este conselho consiste em acostumar-se quem quer que leia historia, e não queira ser embaraçado pela astucia dos eruditos, que de ordinario não rezistem ao entusiasmo profissional, a exigir provas positivas, incontrovertidas, dos fatos narrados ou antes encadeiados pelo arbitrio do narrador; porquanto raro é o autor de um grande corpo de conhecimentos que não termine por substituir as lendas do passado por uma mitolojia muito mais perigosa para a verdade, que é a mitolojia raciocinante — especie de labirinto no qual a razão pratica se decompõe e enfraquece, vindo o criterio, por ultimo, a perder-se espavorido diante dos fantasmas, que se levantam, auxiliados por uma lojica doentia do meio das ruinas enigmaticas da historia.

A critica moderna de reconstituição é atrapalhadissima; a de interpretação ainda mais escorregadiça; quando aparece a síntese, si quem opera possui imaginação, acaba por cortar as dificuldades com uma larga fantazia. Então caímos em pleno dominio do romance.

Desculpe esta banal divagação. Podia tel-o poupado ao sacrificio de lêr esta carta, enviando um cartão de parabens.

Mas... permita que, sem perda da *pose* que o assunto exige, use de uma locução muito corrente no Ceará, de onde sou filho:

—O sapo de cócoras e eu com elle !...

Não posso lêr um trabalho sobre assunto religioso, — principalmente em referencia ao Christo — sem que me surja o desejo de botar a livraria abaixo.

Com a maior estima e afeto assino-me
Collega amigo e admirador

T. A. ARARIPE JUNIOR.

Rio, 4 de Setembro de 1909.

DO MESMO AUTOR

PROBLEMAS DE PHILOSOPHIA BIOLOGICA 1 Vol., 1905, Recife.

JESUS (ENSAIOS DE PSYCHOLOGIA MORBIDA) 1 Vol., 1909, Rio de Janeiro.

ENSAIOS DE HISTORIA DIPLOMATICA DO BRASIL-REPUBLICA (1889-1902) 1 Vol.,
1912, Rio de Janeiro.

Em publicação :

HISTORIA DIPLOMATICA DO BRASIL-COLONIA (1500-1800) 1 Vol.





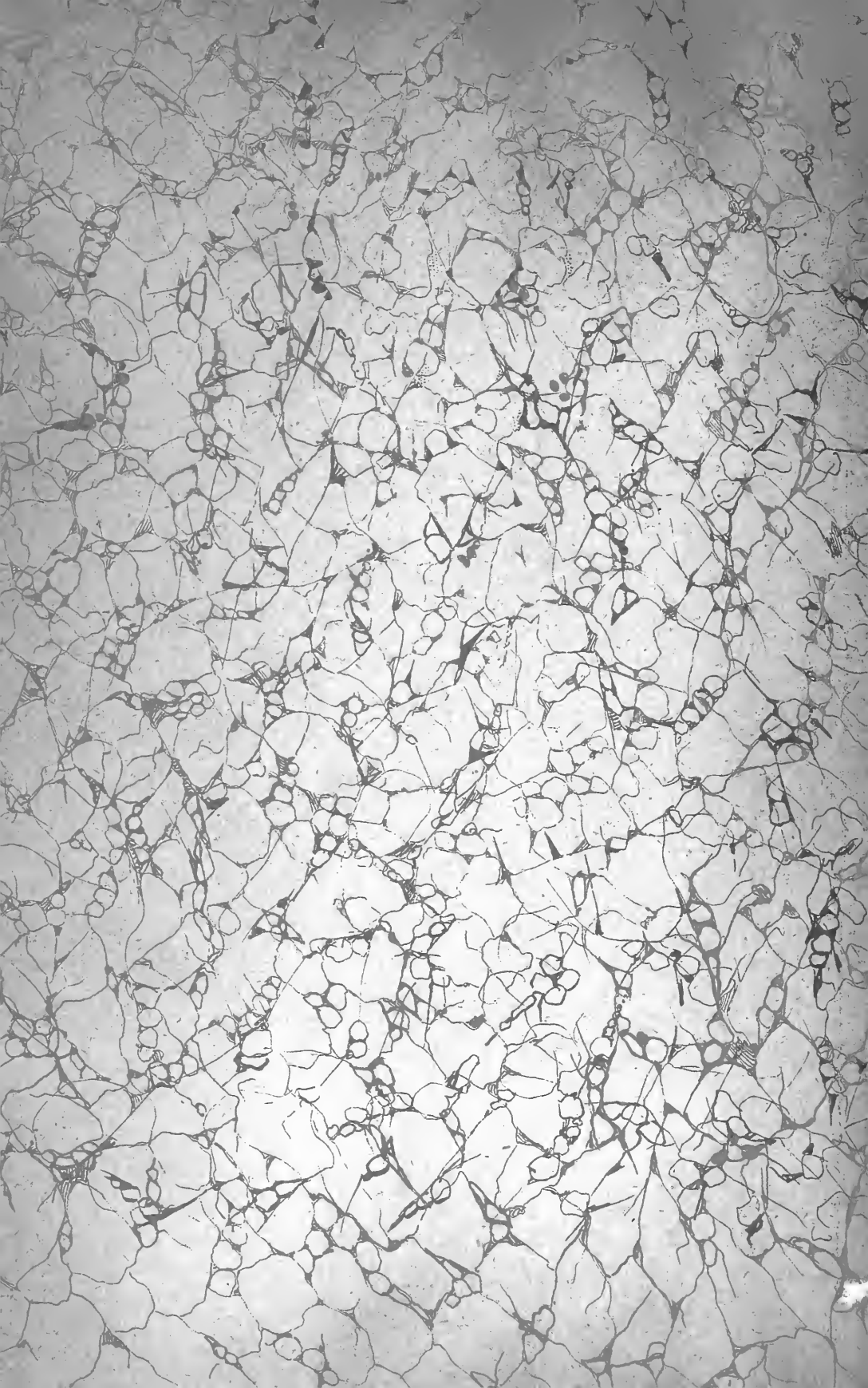


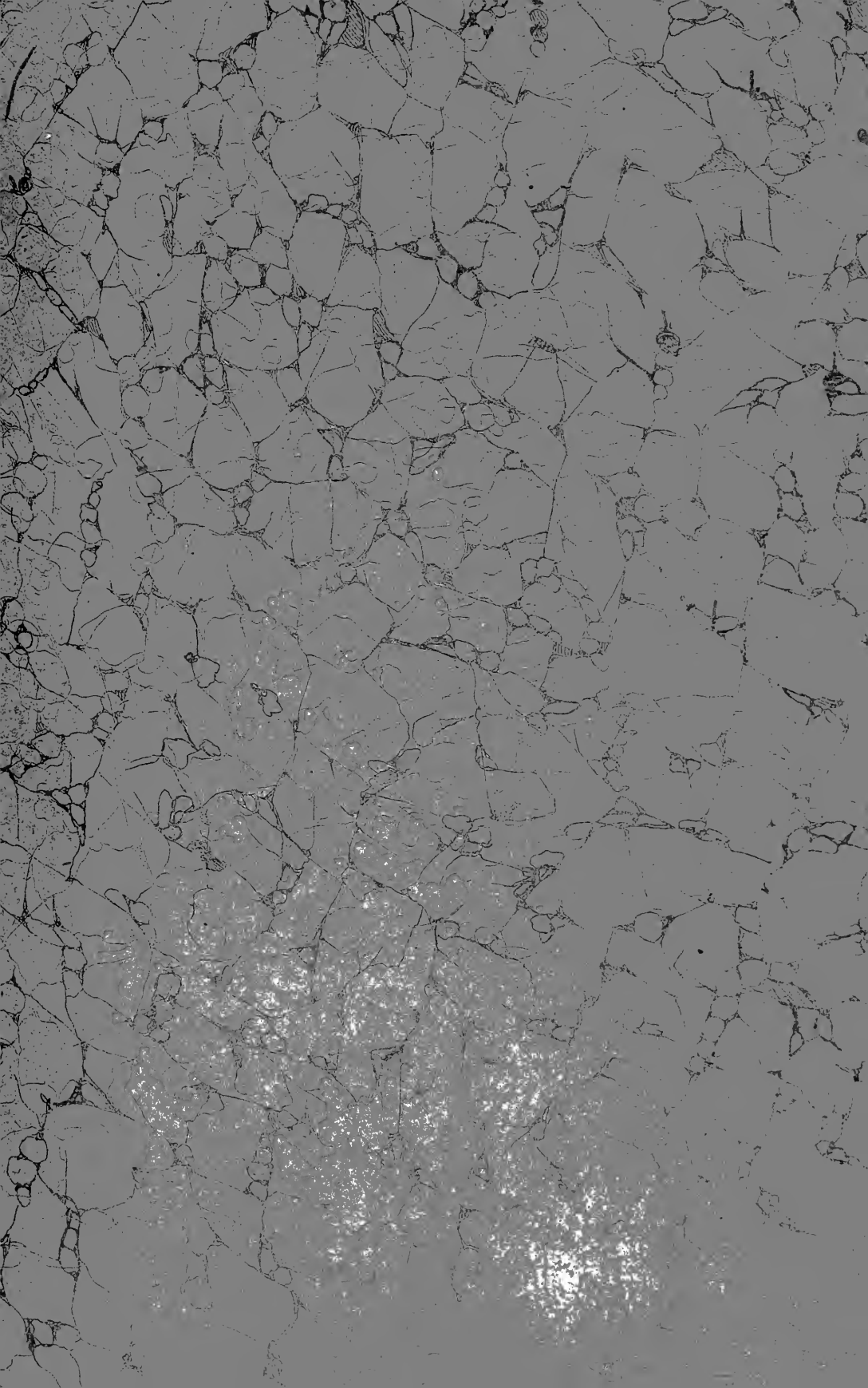
Deacidified using the Bookkeeper
Neutralizing agent: Magnesium Oxide
Treatment Date:

APR
PreservationTechno

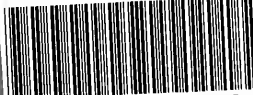
A WORLD LEADER IN PAPER PRESERVATION
111 Thomson Park Drive
Cranberry Township, PA 15066
610-376-3000







LIBRARY OF CONGRESS



0 009 475 895 6